UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

ESTADO DE SANTA CRUZ
O SEPARATISMO NO MOSAICO BAIANO
(1930-1980)

MARICÉLIA CARDOSO MATOS NEVES

SALVADOR - BA

Dezembro/2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

ESTADO DE SANTA CRUZ:
O SEPARATISMO NO MOSAICO BAIANO
(1930-1980)

Dissertação final de curso, apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTÔNIO F. GUERREIRO DE FREITAS

MARICÉLIA CARDOSO MATOS NEVES

UFBA
2006

As pessoas em geral acreditam que as únicas memórias dignas de serem lidas ou lembradas são aquelas em que há acontecimentos extraordinários ou notáveis...Portanto é, confesso bastante arriscado para um indivíduo obscuro — e, mais grave ainda, um estranho — assim pedir a complacente atenção do público, principalmente quando reconheço que não apresento aqui, a história de um santo, de um herói, nem de um tirano...

Olaudah Equiano[1]

[1] "The interesting narrative of the life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African. Written by Himself (1985)". In: Gates, Jr., H. L.. The classic slave narratives, Nova York, Penguin, 1987, p.11.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer ao Ser Supremo por me possibilitar esta graça.

A Sidney e a Sofia, pela paciência, incentivo e compreensão da minha ausência.

Aos meus familiares – mãe, pai, Danilo, Raísa, Cíntia, Neto, Têca e as amigas – Keite, Dica, Darlene e Denise, pelo incentivo nos momentos difíceis desta jornada.

Aos professores Antônio Guerreiro, Lina Aras, Carlos Alberto de Oliveira e Israel Pinheiro, pela orientação e amizade.

Aos colegas que se tornaram amigos: Neli Paixão, Marcelo Lins, Alessandra Cruz, Adriano Pontes, Vânia Vasconcelos e Kleber Simões.

A vocês que participaram ativamente na conclusão deste e com carinho me ajudaram a vencer mais esta etapa, muito obrigada!

RESUMO

O objetivo específico desta pesquisa foi analisar historicamente as manifestações separatistas ocorridas dentro da sociedade cacaueira da Bahia, entre 1930 e 1980, bem como, investigar quais as origens desse sentimento separatista. Buscou-se perceber em que momento e de que forma as lideranças da região cacaueira passaram a elaborar um projeto de desmembramento do Estado da Bahia, concretizado no projeto de criação do Estado de Santa Cruz. Coube perceber, também, a gama de interesses dos grupos políticos adeptos ou não do ideal separatista, bem como, as relações políticas e econômicas que essa região manteve com o Governo do Estado da Bahia.

ABSTRACT

This research is aimed at analyzing historically the separatist manifestation occurred in the Bahia cocoa producers society between 1930 – 1981 as well as to investigate the origins of this separatist sentiment. The moment and the way which the cocoa society authorities started elaborating a separatist project of the State of Bahia was also a topic of research, accomplishing in the creation of the State of Santa Cruz. It is also known a range of interests of the political groups, followers or not to the cause of the separatist ideal as well as the political and economical relations this region kept with Bahia State Government.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 07

CAPÍTULO I - Movimentos separatistas no Brasil e a unidade territorial

1.1 A formação das unidades territoriais 18

1.2 Tensões entre centralização, federalismo e separatismo ... 34

1.3 Projetos separatistas e a criação de novos estados 43

1.4 As várias nuances do separatismo no Brasil 49

CAPÍTULO II – Com o cacau, nasce uma região

2.1 A formação da região cacaueira da Bahia 52

2.2 A configuração social: o nascimento da burguesia do cacau. 56

2.3 Bahia em 1930: profundas transformações 70

2.4 A "pobre/rica" região cacaueira da Bahia: prosperidade, crises, reivindicações, ICB e a CEPLAC. 79

CAPÍTULO III – Os movimentos separatistas no mosaico baiano

3.1 A crise na federação brasileira 98

3.2 Estado de Santa Cruz: realidade ou utopia? 104

CONSIDERAÇÕES FINAIS 128

LISTA DE FONTES 131

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 131

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como eixo o processo dinâmico de implantação e desenvolvimento da cultura do cacau na região Sul da Bahia, a partir de então denominada região cacaueira. Objetivou-se, nesta pesquisa, analisar historicamente as manifestações separatistas ocorridas dentro da sociedade cacaueira entre 1930 e 1980. Ou seja, analisar o trajeto social produzido pelos grupos políticos adeptos ou não do ideal separatista, bem como, as relações políticas e econômicas que essa região manteve com o Governo do Estado da Bahia.

O interesse pelo tema aconteceu quando participava como bolsista do projeto “Testemunhos para a História” da Universidade Estadual de Santa Cruz, cujo objetivo mais amplo era colher depoimentos de pessoas idosas da comunidade de Ilhéus e Itabuna, construindo um acervo sonoro para o Centro de Documentação e Memória Regional - CEDOC. Numa dessas entrevistas, em 1999, presenciei o depoimento de Henrique Weyl Cardoso e Silva, um senhor de 82 anos, advogado, ex-vereador e ex-prefeito da cidade de Ilhéus, ex-deputado estadual e federal, um homem com grande experiência política e um sonho: criar o Estado de Santa Cruz. A partir daí, interessei-me em investigar quais as origens desse sentimento separatista, se o interesse vinha de uma única e exclusiva pessoa, de uma facção política ou se a população em geral ansiava por esta separação.

Durante a graduação apresentei monografia intitulada “A Idéia da Criação do Estado de Santa Cruz: análise do Projeto de Lei n.º 194”, tendo como base o Projeto de Lei Complementar n.º 194, de 1978, de autoria do então Deputado Federal Henrique Weyl Cardoso e Silva, o qual pretendia a separação de alguns municípios do sul e sudoeste baiano e a anexação de outros municípios do norte de Minas Gerais, com a finalidade de se criar um novo estado, que se chamaria Santa Cruz. Tive como orientador o professor Carlos Alberto de Oliveira, que, com paciência e dedicação, ajudou-me a trilhar pelos caminhos da pesquisa histórica. Devido ao curto espaço de tempo, o estudo se limitou à análise do Projeto de Lei e seu conteúdo.

Tratou-se de lidar com a idéia de região. Região, de uma forma ou de outra, remete a um espaço determinado, porém, este espaço é social e culturalmente construído através de um processo histórico – o que faz com que a região seja fruto de relações sociais estabelecidas num determinado território. Francisco de Oliveira formulou um conceito de região à luz da economia política, ou seja, do processo de reprodução do capital, das formas que este processo assume, das estruturas de classes que lhe é peculiar e do conflito social em escala mais geral. Segundo o autor, região é o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde acontece uma fusão entre o político e o econômico.[2]

Para Ilmar de Mattos o conceito de região pode, pela imprecisão de seus limites espaciais, possibilitar utilizações inadequadas. Segundo esse autor, a idéia de região não se restringe aos limites administrativos, como os das capitanias, províncias e estados no Brasil, conforme recorte temporal preferido, nem se referencia no fato de um grupo de indivíduos

---

[2] OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião:* Sudeste, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 26.

coabitar o mesmo território, porque essas práticas não estabelecem, necessariamente, redes de relações sociais, nem desenvolvem consciência de pertencimento a um universo comum, embora uma região se firme sobre uma base territorial.[3]

Janaína Amado, em oposição aos conceitos naturalistas e cientificistas, destaca um conceito influenciado pelas concepções marxistas, segundo o qual a região é uma construção humana[4]. Com base nessa última noção de região, procurou-se analisar o processo histórico de desenvolvimento da região cacaueira. Ou seja, narrar historicamente esse processo é contribuir para uma definição dinâmica dessa região. Essa narrativa se constrói na medida em que são explicitadas as relações da referida região com a totalidade, isto é, as formas de inserção da produção e da exportação do cacau, as relações políticas das oligarquias regionais com o Estado da Bahia e com a União.

Atentaram-se, também, para as novas perspectivas historiográficas abertas ao estudo da política e do poder. Segundo Francisco Falcon, o mesmo movimento desqualificador da história política tradicional portava em si uma nova história política, como a exemplo das novas correntes marxistas que vieram em auxílio dessa restauração do político em geral ou da história política em particular, levantando novas perspectivas sobre o político: o Estado, suas relações com a sociedade civil, além de abrirem investigação histórica à questão muito mais ampla do poder e das formas de dominação. [5]

É a partir dessa nova história que se pretendeu desenvolver esta pesquisa, analisando as representações e os imaginários sociais, bem como, as diversas práticas discursivas associadas ao

---

[3] MATTOS, Ilmar Rohoff de. *"O tempo saquarema".* São Paulo: HUCITEC, 1987. p.24.

[4] AMADO, Janaína. Região e regionalismo. In: SILVA, Marcos (org.). *República em migalhas:* história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

[5] FALCON, Francisco. "História" e poder. In: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 73.

poder. Procurou-se levar em consideração um conceito de política, como “atividade ou práxis humana estreitamente ligada ao poder, entendido este como fenômeno social”.[6] A especificidade do poder político é exercer-se concomitantemente ao poder econômico e ideológico. Portanto, é pertinente valorizar a dinâmica com que se constitui o todo social, ou seja, o entrecruzamento dos diversos poderes formando redes complexas, e não, instâncias estanques, com funcionamento próprio ou isolado.

A lavoura cacaueira instalada na Bahia como nova opção econômica, onde ocorreu predominantemente seu desenvolvimento, conferiu à região características históricas, específicas e originais, conformando à sua feição uma estrutura sócio-econômica e cultural, cuja dinâmica transpôs os limites de sua área de ocorrência maior.[7] Assim é que o conceito de Região Cacaueira não se refere apenas aos municípios onde a cacauicultura predominou, mas engloba outros municípios circunvizinhos, que têm a vida econômica vinculada à área de cultivo do cacau, ainda que seu plantio não chegue a ocupar posição de destaque na vida da municipalidade.

Os maiores rendimentos somente foram registrados na segunda metade do século XIX, estimulados pelas condições do mercado internacional que eram satisfatórias. A partir de então, o cacau começou a sua expansão e passou a aumentar as cotas das exportações baianas. Essa expansão foi favorecida, em parte, pelas crises da mão-de-obra, desencadeadas pela proibição do tráfico atlântico de escravos, do capital e das condições do mercado internacional do açúcar. A partir de 1904, o cacau tornou-se o primeiro produto de exportação do Estado, posição que manteve até os anos setenta do século XX.[8]

---

[6] BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI N., PASQUINO. G. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
[7] GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *História econômica e social da região cacaueira*. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975. p. 05.
[8] *Idem*, p. 14.

Apesar da expansão econômica, desde seu início, a lavoura cacaueira enfrentou dificuldades, como o difícil escoamento do produto e a falta de créditos. Faltavam estradas que permitissem uma fluência normal das safras e eram irregulares as linhas de navegação para o porto de Ilhéus, onde se concentrava o maior volume de produção de cacau da região.[9] Diante das sucessivas crises, a região, representada pelos produtores e comerciantes de cacau, começou a cobrar um posicionamento do governo do Estado, reivindicando financiamento e assistência à produção do cacau. Reclamava-se de uma total indiferença dos órgãos oficiais, cuja atuação na região e sobre a economia do cacau, se prendia à cobrança de tributos, com os quais, aliás, conforme reconhecimento público unânime, equilibrava-se a vida econômica do Estado. Buscou-se perceber em que momento e de que forma as lideranças da região passaram a elaborar um projeto de desmembramento do Estado da Bahia, concretizado no projeto de criação do Estado de Santa Cruz.

Ao analisar a configuração social da região cacaueira e a consolidação da burguesia do cacau como classe dominante regional, se fez necessária a adoção de um conceito de classe social. A discussão sobre a organização da sociedade em castas ou classes é bastante antiga, e o problema nunca foi tão atual nos debates entre filósofos, pensadores políticos, sociólogos e historiadores, que percebem a importância desse aspecto da vida social. Na República, Platão já sugeria uma forma de dividir a sociedade, sendo que os dois últimos séculos acentuaram a relevância da estratificação social para a compreensão e explicação das relações entre os homens.

Quase todas as pesquisas e trabalhos sociológicos modernos combinam alguns dos aspectos do pensamento marxista com

---

[9] FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo:* a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001, p. 104.

algumas das idéias de Max Weber. Na história do pensamento ninguém fez como Marx: da luta de classes sociais e econômicas um aspecto tão central da sociedade e uma fonte tão dominante de mudança social.

Nos trabalhos de Pierre Bourdier, percebe-se a influência do pensamento de Marx e de Weber, principalmente a vertente weberiana. Segundo Bourdier, a classe social não é apenas vista como um elemento que existiria em si mesmo sem manter uma co-relação com elementos qualificados já coexistentes, e sim, constituinte, por sua integração, em uma estrutura onde se observa que a ignorância das determinações específicas que uma classe social recebe da outra classe pode nos levar a estabelecer falsas identificações e omissão em analogias reais.[10]

Assim, uma classe social jamais pode ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e, com isso, exprimem diferenças de situações e de posição segundo uma lógica sistemática, tentando transmutá-la em distinções significantes.

Bourdier afirma que os grupos de *status* se definem menos por um ter do que por um ser, irredutível a seu ter, menos pela posse pura e simples de bens do que por uma certa maneira de usar estes bens, pois a busca da distinção pode introduzir uma forma inimitável de raridade da arte de bem consumir capaz de tornar raro o bem de consumo mais trivial.[11] As diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir esses bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico ou ostentatório

---

[10] BOURDIER, Pierre. “Condição de classe e posição de classe”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 5-6.
[11] Idem p. 15.

que transmuta os bens em signos, as diferenças de fato em distinções significantes, ou, para falar como lingüistas, em valores, privilegiando a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função.

É, portanto, natural que, a exemplo das sociedades tradicionais, os grupos de *status* imponham aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamento, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar os modelos.

Na análise da formação da burguesia cacaueira da Bahia, utilizando a proposta de Bourdier, tentou-se englobar na simbologia da posição dessa classe, não apenas, os procedimentos expressivos, isto é, os atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também, o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer ou saber, traduzem ou revelam aos olhos dos outros e, sobretudo, dos estranhos ao grupo, uma certa posição na sociedade.

Tratar-se-ia, portanto, de estabelecer de que maneira a estrutura das relações econômicas pode, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações e as posições do sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irredutível à lógica das relações econômicas.

No primeiro capítulo abordamos de forma sucinta, até porque o tema daria outra dissertação, como a história do Brasil, ao longo dos seus cinco séculos, esteve permeada de manifestações e idéias separatistas de vários tipos: tanto com o objetivo de se criar um novo país, quanto de se emancipar determinada parte de um território. Enfatiza-se como o sistema de centralização e descentralização do poder político - a perda da autonomia por

parte dos Estados e o discurso regionalista - influenciaram nesses processos.

O segundo capítulo aborda a constituição da sociedade cacaueira, o contexto político-econômico da Bahia, especificamente após a Revolução de 1930, focalizando os mecanismos de reivindicação dos grupos políticos que estavam dentro e fora do poder local. Nesse capítulo abordamos também a questão da formação da burguesia cacaueira da Bahia, e como essa burguesia se organizou e se solidificou reivindicando seus direitos de classe dominante dentro da hierarquia social do Estado.

No terceiro e último capítulo, retratamos os fatores que levaram a crise da Federação brasileira e sua ligação com a apresentação de projetos que tinham como objetivo criar um novo estado dentro da Federação. Analisamos, especificamente, o projeto de criação do Estado de Santa Cruz em duas apresentações na Câmara dos Deputados, bem como, suas repercussões nos planos estadual e regional.

O presente estudo teve como início a década de 1930 - período de reestruturação política em todo país, quando se intensificaram as reivindicações da sociedade local, solicitando uma posição do Estado diante da crise econômica em que a região cacaueira se encontrava - até à década de 1980, quando fora reapresentado na Câmara dos deputados o projeto de criação do Estado de Santa Cruz.

A proposta metodológica implicou em estabelecer um diálogo entre as fontes. As atas e diários dos órgãos de representação popular – Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa e Congresso Nacional – com sua riqueza de detalhes, nos possibilitaram reconstituir o universo político de seus representantes, bem como, o que estava por trás de suas posições.

Tendo em vista ser o jornal a instituição capaz de dar visibilidade às linhagens ideológica, este trabalho considerou os

periódicos, instrumentos estratégicos de representação político/ideológica que têm como objetivo a veiculação de idéias, além de influenciarem a chamada "opinião pública"[12], os detentores do poder estatal e outros segmentos sociais. Através da análise de jornais foi possível mergulhar na dinâmica das relações políticas, econômicas e sociais entre a região cacaueira e o Governo do Estado da Bahia, identificando os focos de discussões dentro da sociedade cacaueira sobre a separação e a possível criação do Estado de Santa Cruz.

Segundo Capelato, no contexto de uma guerra de oposições, as *trincheiras ideológicas* são particularmente expressas na atuação dos jornais, assim:

> A imprensa, concebida como ator político-ideológico, deve ser compreendida como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, assim como representa uma instituição em que se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre um e outro são tênues.[13]

Destarte, tanto a elaboração de certas idéias quanto a canalização de um conjunto delas fazem com que a imprensa seja peça fundamental para a – aqui pressuposta – conquista da hegemonia política regional. Gramsci define a relação entre a imprensa e seus leitores:

> (...) o elemento fundamental [além do aspecto comercial] para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas (...) Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais:

---

[12] É interessante frisar que essa expressão é invocada pelos jornais em diversas situações, simplesmente para identificar a sua (do jornal) própria opinião, que, embora privada, pretende se passar por "pública". Por tudo isso, "opinião pública" funciona essencialmente como um recurso retórico-ideológico estratégico e fundamentalmente voltado a encobrir – interesses particulares e privados – do que a revelar. Ver GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

[13] CAPELATO, Maria H. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 18.

> 1) como elementos ideológicos "transformáveis" filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos "econômicos", capazes de adquirir as publicações e faze-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que, o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação.[14]

Por ser fonte de expressão das elites, a imprensa é uma das instâncias sociais que mais colaboram na execução dos seus projetos políticos. Esse papel ganha forma com a divulgação de idéias e valores que em geral criam condições favoráveis à aceitação do domínio das elites. Os jornais aqui utilizados foram importantes veículos de informação numa época em que os meios de comunicações eram escassos e limitados. Assim, o jornal contribuiu para o entendimento das atitudes mentais como "forças" que atuaram diretamente sobre a história da sociedade cacaueira, identificadas através do sistema ideológico que perpassou o texto jornalístico.

Outra fonte também utilizada foi a literatura regional – romances, memórias, crônicas, biografias – fontes essas que traduzem os valores de grupo social, do mesmo modo que as corografias ou memórias histórico-descritivas municipais, que tanto se produziu no século XIX e primeira metade do século XX.

Neste trabalho pretendeu-se contemplar basicamente a historiografia da região em pauta. Entendemos que o movimento separatista deve ser visto como um dos aspectos da constituição da própria região cacaueira, onde a tentativa de criação do Estado de Santa Cruz foi o ponto culminante de um processo. São as "lideranças" agindo no sentido de (re)definir, não somente, os limites geográficos do espaço onde vivem e trabalham, mas também, sua emancipação política, suas determinações econômicas sociais.

---

[14] GRAMSCI, Antônio. *Op. cit.* pp 179-163.

CAPÍTULO I

MOVIMENTOS SEPARATISTAS NO BRASIL E A UNIDADE TERRITORIAL

1.1 A formação das unidades territoriais

Os discursos separatistas são bem antigos, acompanhando a própria história de formação do Estado brasileiro. A simples observação do mapa do Brasil mostra a existência de estados de grande extensão territorial em contraste com os de pequena extensão. Esse desequilíbrio é resultado, em grande parte, da primeira divisão do território, hoje brasileiro, feita pelo rei D. João III, de Portugal, nos meados do século XVI, o qual dividiu a colônia em 15 extensos lotes.

No decorrer dos primeiros séculos, várias unidades formadas pelas capitanias hereditárias conseguiram permanecer mais ou menos estáveis. Outras foram-se constituindo posteriormente, conforme a expansão do povoamento, sendo que, em 1709, devido à grande importância econômica advinda da exploração do ouro e do diamante, foi criada a capitania de São Paulo e das Minas de Ouro, provocando o desaparecimento das capitanias de São Vicente, Santo Amaro e de Santana.[15]

---

[15] A nova capitania tinha grande extensão territorial, compreendendo os atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo. Sua importância derivava do fato de já possuir uma agricultura de subsistência expressiva e passar a produzir o ouro. Cf. ANDRADE, Manoel Correia. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: UNESP – EDUSC, 1999. p. 52.

Em 1720, a capitania de São Paulo e Minas de Ouro foi desmembrada em outras quatro unidades – São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A economia das três últimas girava em torno da mineração e, alguns dos seus arraiais se tornaram centros urbanos, como Ouro Preto, Mariana e Cuiabá. Mais tarde, ao sul de São Paulo, foram criadas as capitanias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro.

Em seu trabalho sobre os significados territoriais da colonização, Demetrio Magnoli ressalta que a criação desta última está ligada à estratégia do governo português para manter o domínio e direito de posse na disputa com os espanhóis.

> A capitania de Rio Grande de São Pedro foi criada em 1760, subordinando-se diretamente ao Rio de Janeiro. A sua criação inscrevia-se no esforço de interligação da Colônia de Sacramento, isolada às margens do rio Prata, com os territórios portugueses no Brasil. A capitania meridional tornou-se o pivô de demorada confrontação entre as coroas ibéricas, que se prolongou após a transferência da família real para o Brasil e desembocou na Questão Cisplatina.[16]

A reformulação territorial desenvolvida pelo Marquês de Pombal no século XVIII tinha como objetivo principal a extinção das antigas capitanias hereditárias e a criação de novos blocos de capitanias diretamente vinculados à Coroa e designados para promover a apropriação e valorização territorial, a fim de tornar mais eficiente a exploração colonial e a concentração do poder. Como parte desse processo, extinguiu algumas capitanias, entre elas, a de Itaparica, a de Paraguaçu ou Recôncavo da Bahia, a de Ilhéus e a de Porto Seguro. Essas duas últimas foram incorporadas à Capitania da Bahia de Todos os Santos em 1753.

---

[16] MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca de seu território”. In: István Jancsó (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p.289.

Quando a Colônia estava dividida em dois estados (de 1621 a 1774) – Estado do Brasil, com capital em Salvador e, depois, no Rio de Janeiro, e Estado do Maranhão, com capital em São Luís, depois transferida para Belém do Pará – o Governo português criou dois tipos de capitanias: as gerais e as subalternas, estas últimas dependentes das primeiras.

No estado do Maranhão, eram capitanias gerais as do Grã-Pará e a do Maranhão, e subalternas, as de São José do Rio Negro e a do Piauí. No estado do Brasil, eram gerais as capitanias de Pernambuco, da Bahia de Todos os Santos, de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso, do Rio de Janeiro e de São Paulo. O bloco de subalternas era composto pelas capitanias do Ceará (até 1799), do Rio Grande do Norte (até 1808) e da Paraíba (até 1799), dependentes de Pernambuco; as capitanias de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro eram dependentes de São Paulo. Alagoas pertencia à capitania de Pernambuco, enquanto que Sergipe pertencia à Bahia. O Paraná pertencia a São Paulo, tornando-se província em 1853.[17]

Muitas das divisões e anexações do período pombalino tinham uma relação com o projeto de assegurar o controle metropolitano, a partir do desenvolvimento das grandes "frentes de apropriação territorial", que promoviam a ligação entre o interior e o litoral, configurando novas redes de intercâmbio, como ressalta Magnoli.

> As frentes de apropriação dinamizadas na segunda metade do século XVIII expressam a convergência entre os interesses geopolíticos da coroa e uma multiplicidade de interesses dos colonos. Do ponto de vista da coroa, tratava-se de produzir provas de soberania, por meio da ocupação real e simbólica dos territórios, especialmente nas largas faixas de fronteiras. As vilas e povoações, as fortificações e os caminhos, os levantamentos econômicos e censitários, os documentos cartográficos

[17] ANDRADE, Manoel Correia. *As raízes do separatismo no Brasil*. Op. Cit. p. 54.

> funcionavam como instrumentos do empreendimento de apropriação política dos territórios coloniais.[18]

O sentimento de separação da metrópole e a consciência de uma ligação com a terra de origem desenvolveram-se, sobretudo, a partir do século XVIII. Com tantas dificuldades de comunicação e com tantos interesses que se contrapunham, formar uma comunhão nacional em um território tão extenso não foi tarefa fácil. Inicialmente as rebeliões foram muitas vezes nativistas[19], movimentos locais contra interesses contrariados ou contra injustiça e discriminação por parte da Coroa, como a Revolta de Beckman no Maranhão em 1684, e a Revolta de Felipe do Santos, em Minas Gerais, em 1720. [20]

Posteriormente surgiram sentimentos separatistas mais definidos politicamente, com bases ideológicas mais consistentes. Assim, podem ser caracterizadas a Inconfidência Mineira de 1789, fortemente influenciada pela Revolução Norte-Americana; a Conjuração Baiana ou Revolução dos Alfaiates em 1798, com bases sociais bem aprofundadas; e, sobretudo, a Revolução Pernambucana de 1817, com grande influência nos estados do Nordeste, que conseguiu implantar, pelo curto período de dois meses, um governo republicano em Pernambuco, o primeiro a ocorrer em território brasileiro. [21]

---

[18] MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. p. 293.

[19] Entendem-se como nativistas os confrontos, numa mesma região, entre os próprios colonos e os representantes da metrópole, na tentativa de assegurar os direitos dos nativos ou radicados no Brasil, ante a dominação portuguesa. Geralmente, essas rebeliões não pretendiam a independência do Brasil e a formação de um estado, e sim, desejavam que suas regiões alcançassem certa autonomia local.

[20] ANDRADE, Manoel Correia. *Raízes separatistas no Brasil.* Op. cit. p. 55.

[21] Sobre a Inconfidência Mineira Cf. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa:* a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Sobre a Revolução dos Alfaiates ou Conjuração Baiana, Cf. TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798:* a conspiração dos alfaiates. São Paulo: Pioneira, 1975; Cf. SOUZA, Afonso Ruy de. *Primeira revolução social brasileira de 1798*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942; JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia contra o império:* história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec; Salvador: Ufba, 1996. E sobre a Revolução Pernambucana de 1817, Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. “Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-

A Inconfidência Mineira foi o primeiro movimento a manifestar a intenção da Colônia romper suas relações com a Metrópole. A importância do levante mineiro reside no fato de exprimir a crise da política colonial e, ao mesmo tempo, a influência das idéias iluministas sobre a elite da Colônia, que, na prática, foi quem organizou o movimento, o qual reuniu proprietários rurais, intelectuais, clérigos e militares[22], numa conspiração que pretendia eliminar a dominação portuguesa e criar uma nação livre em 1789.

Outra importante influência que marcou a Inconfidência Mineira foi a independência das 13 colônias inglesas na América do Norte, que, apoiadas nas idéias iluministas, não só romperam com a Metrópole, mas criaram uma nação republicana e federativa. A vitória dos colonos norte-americanos frente à Inglaterra serviu de exemplo e estímulo a outros movimentos emancipacionistas na América Ibérica.[23]

Além disso, Minas Gerais se constituiu na mais importante região aurífera e diamantífera no Brasil, onde a exploração de diamantes era monopolizada pela Coroa desde 1731, e o peso da

---

brasileiro - Notas sobre as idéias de pátria, país e nação". In: Lília Schwartz (Org.). Dossiê Brasil Império. *Revista USP*. São Paulo, n. 58, jun./jul./ago. 2003; e ANDRADE, Manuel Correia. *A Revolução Pernambucana de 1817*. São Paulo: Ática, 1995.

[22] Além destes, encontramos ainda alguns indivíduos de uma camada intermediária, como o próprio Tiradentes, filho de um pequeno proprietário, sendo, portanto, um dos poucos indivíduos sem posses que participaram do movimento. Essa situação explica a posição dos inconfidentes em relação à escravidão - a maior parte dos membros da conspiração se opunha à abolição da escravidão, enquanto poucos, incluindo Tiradentes, defendiam a libertação dos escravos. Cf. CHIAVENATTO, Júlio José. *As várias faces da inconfidência mineira*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

[23] O ideal iluminista difundiu-se na Europa ao longo do século XVIII, principalmente, a partir da obra de filósofos franceses, e teve grande repercussão na América, primeiro, influenciando a independência dos EUA e, posteriormente, as colônias ibéricas. Ao longo do século XVIII tornou-se comum à elite colonial enviar seus filhos para estudar na Europa, onde tomaram contato com as idéias que clamavam por direitos, liberdade e igualdade. De volta à Colônia, esses jovens traziam, não somente, os ideais de Locke, Montesquieu e Rousseau , mas, uma percepção mais acabada em relação à crise do Antigo Regime, representada pela decadência do absolutismo e pelas mudanças que se processavam em várias nações, mesmo que ainda controladas por monarcas despóticos. Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella; Brasília: CNPQ, 1990.

espoliação lusitana se fazia sentir com maior intensidade. A mudança na política tributária com a instituição da *Derrama* – mais um imposto cobrado pela Coroa – aumentou a revolta contra a situação de dominação. Delatada por um de seus membros, e com o apoio das autoridades portuguesas instaladas no Rio de Janeiro, a conspiração foi subjugada.

Na Bahia, em 1798, a fonte de inquietação e inspiração foi a Revolução Francesa. Considerada por alguns como a "primeira revolução social brasileira"[24], a Conjuração Baiana configurou-se como grande movimento contestador à ordem colonial e ao regime monárquico absolutista. Assistiu-se à gestação de um projeto de revolução que articulava as elites locais e os indivíduos egressos da escravidão ou que ainda se encontravam no estado de cativos.

Os boletins que circulavam - cópias de trechos de livros, documentos franceses proibidos e do poema "A Liberdade" - eram destinados a formar uma consciência ou uma posição contra a condição de colônia da Capitania da Bahia, de crítica à Igreja de Roma, de simpatia pela França e de preferência pelo regime republicano.[25]

O movimento baiano é considerado mais amplo e singular - entre os outros deste período da história do Brasil – pela forte influência que recebeu das idéias humanistas de igualdade de todos os seres humanos, sem diferenças de cor[26]. Os pasquins-boletins traziam implícito o reconhecimento do princípio segundo o

---

[24]Cf. SOUZA, Afonso Ruy de. *Op. Cit.*

[25]TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2001. p.182.

[26] A Conjuração Baiana foi fortemente influenciada pela fase popular da Revolução Francesa, quando os jacobinos, liderados por Robespierre, conseguiram, apesar da ditadura política, importantes avanços sociais em benefício das camadas populares, como o sufrágio universal, ensino gratuito e abolição da escravidão nas colônias francesas. Essas conquistas, principalmente essa última, influenciaram outros movimentos de independência na América Latina, destacando-se a luta por uma República abolicionista no Haiti e em São Domingos, acompanhada de liberdade no comércio, do fim dos privilégios políticos e sociais, da punição aos membros do clero contrários à liberdade, e do aumento do soldo dos militares. Cf. MATTOSO, Kátia M. De Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano, 1798.* Coleção Baiana. Salvador: Itapuã, 1969.

qual todos os homens livres seriam cidadãos, e também a idéia de nação como sinônimo de estado, instaurado pela soberania popular. Não continham, entretanto, uma rejeição à nação portuguesa: o alvo era o trono, o "despotismo", o "rei tirano", a subordinação a Lisboa.[27] A violenta repressão metropolitana conseguiu sustar o movimento, que apenas iniciava-se, detendo, torturando e executando seus principais líderes.

Apesar da contínua repressão da Coroa aos movimentos contestatórios, as idéias republicanas e autonomistas estavam espalhadas ao longo do território chamado Brasil. Essas idéias se desenvolveram no decorrer do século XVIII devido à influência do iluminismo europeu, como já citamos, e, principalmente, às crises da lavoura canavieira, associadas à política de opressão fiscal do governo do Marquês de Pombal, culminando na Revolução de 1817.

A revolução protagonizada pelos pernambucanos, de fato, constitui-se num movimento de grande importância no processo de emancipação política do Brasil: "foi a mais ousada e radical tentativa de enfrentamento até então vivido pela monarquia portuguesa em toda sua história".[28]

A revolução tinha como principais bandeiras a repulsa à administração monárquica que presidia o empreendimento colonial da "metrópole interiorizada", delineando uma identidade, por meio de uma rejeição dupla, ao elemento reinol e à Coroa. Ao mesmo tempo, os pernambucanos agiram como forças centrífugas, regionalizantes, que hostilizavam a hegemonia do Centro-Sul sobre o restante das possessões americanas de El-Rei, embaralhando a dicotomia brasileiros/portugueses e os esforços desenvolvidos pelo

---

[27]JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um Mosaico: ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira". In: Carlos Guilherme Mota (org.). Viagem Incompleta. 1500-2000; a Experiência Brasileira. Formação: Histórias. São Paulo, Editora Senac/São Paulo, 2000, pp. 127-75.

[28]BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça, *apud* VILLALTA, Luiz Carlos. "Pernambuco, 1817, "encruzilhada de desencontros" do Império luso-brasileiro - Notas sobre as idéias de pátria, país e nação". In: Lilia Schwartz (Org.). Dossiê Brasil Império. *Revista USP*,. São Paulo, n. 58, jun./jul./ago. 2003, pp 25-40.

monarca com vista a romper com a descentralização político-administrativa que imperara em todo o período colonial.[29]

No entanto, de acordo com Villalta, os pernambucanos revolucionários deixavam a porta aberta para a incorporação, à República por eles instituída, do conjunto dos brasileiros e de parcela dos portugueses, exigindo apenas de ambos - portugueses e brasileiros - a adesão à causa republicana, antitirânica, anticolonial, defensora da propriedade e da escravidão:

> Aos 7 de março de 1817, instalou-se o Governo Provisório, constituído por cinco membros, nos moldes do Diretório da França, em 1795. O novo governo promulgou uma Lei Orgânica, enviada a todas as câmaras das comarcas de Pernambuco, que fixava a tese da soberania popular, determinava o regime republicano de governo, seguia princípios como a liberdade de consciência, de imprensa, a tolerância das religiões, adotando, porém, a religião católica como a religião do Estado.[30]

A heterogeneidade do governo revelou-se na divisão de seus membros e apoiadores em relação ao futuro do trabalho escravo e à participação dos cativos na luta contra os realistas. A divisão interna em relação à questão escrava enfraqueceu a república e fortaleceu os realistas (contra-revolucionários), contribuindo, entre outros fatores, para a derrota do movimento:

> A análise dos fatores revolucionários demonstra que havia uma série de indecisões entre os líderes, formados, sobretudo, por padres, militares, comerciantes, altos funcionários e uma pequena adesão dos proprietários de terra. Estes temiam que, com a independência e a república, se seguissem a abolição do tráfico de escravos e da própria escravidão.[31]

---

[29] VILLALTA, Luiz Carlos. Op. Cit. 25-40.
[30] MOTA, Carlos Guilherme, *apud* VILLALTA, op. cit. 30.
[31] ANDRADE, Manuel Correia. *A Revolução Pernambucana de 1817*. Op. Cit. p. 62.

Assim, durante 74 dias, a República Pernambucana de 1817 realizou uma possibilidade de independência que fragmentava a América portuguesa, possibilidade essa abortada anteriormente com o êxito da repressão contra as Inconfidências de Minas, em 1789 e, da Bahia, em 1798, movimentos que, por sua vez, traziam projetos diferentes de Brasil, ou melhor, de Minas e Bahia. [32]

Importante ressaltar que esses movimentos, onde princípios autonomistas eram defendidos, tinham um caráter regional, mostrando que não se havia ainda forjado uma consciência nacional, em razão mesmo da política colonial. Ligando-se as diversas capitanias mais a Lisboa do que ao centro político-administrativo situado na Colônia, Portugal tolerava, na prática, a descentralização, acreditando que esta criava obstáculos para a formação de um poderoso feixe de interesses capaz de resistência à ação da Metrópole, como afirmou Sérgio Buarque de Holanda.[33] Isto significava que uma fragmentação de poder na Colônia, com um deliberado fortalecimento de administrações locais, era mais segura contra possíveis planos emancipacionistas do que a efetiva centralização. Essa deliberação contribuiu para a sedimentação de interesses regionais, fortalecendo o poder local.

As idéias liberais no Brasil tinham seus limites bem definidos. A liberdade era vista a partir do interesse de uma minoria, como a necessidade de ruptura dos laços com a Metrópole, sem que rompessem as estruturas socioeconômicas. Mesmo do ponto de vista político, a liberdade possuía limites. A luta pela independência incluía ainda a definição do regime político a ser adotado. A maioria defendia a formação de uma República que fosse Federativa, porém não garantia o direito de participação política a todos os homens. Os movimentos emancipatórios do período colonial representavam uma ameaça aberta tanto aos interesses portugueses de recolonização, expressos nas Cortes de

---

[32] VILLALTA, Luiz Carlos. op. cit. P. 35.

[33] HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Herança Colonial – sua desagregação”. In: *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. V. 1, 1962. p. 25.

Lisboa, como principalmente à elite tradicional brasileira, com seu projeto moderado de independência política.

O regionalismo e o sentido de autonomia que se manifestava na região norte contrariavam as intenções da aristocracia rural, organizada principalmente no Rio de Janeiro. Para essa elite, a independência deveria conservar as estruturas socioeconômicas e promover mudanças políticas apenas com o objetivo de romper com Portugal e garantir a soberania do Brasil, possibilitando, dessa forma, que essas elites exercessem, com maior liberdade, seus interesses econômicos.

O sentimento regional começara a conviver simultaneamente com o nacional, com a declaração da Independência e a formação do Império. Porém, no momento de ruptura com a Metrópole portuguesa, a unidade territorial não estava nem de longe assegurada. O novo Império brasileiro não dispunha de um território unificado prévio, mas, de um conjunto heterogêneo de territórios, colônias herdadas da colonização.

No plano político inexistia um território brasileiro conglobado, apesar da "marcha de apropriação e valorização territorial" ter promovido uma ampla integração de mercados em escalas regionais. Nessa circunstância, a fragmentação do poder e o fortalecimento da administração local, antes adotada por Portugal para conter os movimentos emancipacionistas, estavam fora de questão.

O poder imperial no Brasil surge como resposta à ameaça de desintegração republicana: como instrumento de unidade política e territorial. O programa da unidade implicava a subordinação das oligarquias ao centro político. Ao ratificar o poder político do executivo sobre as esferas regionais e locais, o centralismo político e administrativo do Império brasileiro mostrou claramente a distinção entre o Estado e as oligarquias.[34]

---

[34] MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. p. 294.

Sob a forma monárquica de governo, instituiu-se um sistema altamente centralizado através da Constituição de 1824. A hipertrofia do poder do imperador era denominada de imperialismo, e os liberais procuraram introduzir reformas constitucionais que atenuassem a centralização. O poder do imperador era quase absoluto, uma vez que ele exercia o Poder Moderador: nomeava os presidentes de província, podia dissolver a Câmara quando julgasse necessário e tinha o direito de escolher os senadores vitalícios eleitos em listas tríplices[35].

> A Constituição, (de 1824, Art.12) reconhecia que todos os poderes, tanto os da Assembléia Geral como os do imperador eram delegações da "nação brasileira". Não teria assim o imperador o direito divino... estabelecia a existência de quatro poderes... o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador. Este último, de acordo com o Art. 98 é "a chave de toda a organização política e é delegado privativamente ao imperador, como Chefe Supremo da Nação".... o imperador, por intermédio dos ministros, escolhidos e nomeados por ele, exercia também o poder Executivo (Art. 102).[36]

A independência oficial do Brasil, prevalecendo sobre a libertação sonhada pelos patriotas - para usar uma palavra em voga na época -, frustrou grande parte da população. A independência oficial sedimentou uma estrutura econômica e política herdada da Colônia, pouco alterando a situação das massas e, por adotar um centralismo autoritário, pressionava também o sistema político nas províncias:

> O traço centralista aparece na Cosntituição de 1824 em todos os lugares, mas caracteristicamente na abordagem da divisão espacial do território. As províncias funcionavam unicamente como circunscrições territorias da unidade geral. A divisão do território circunscrevia-se apenas à dimensão administrativa, não possuindo

[35] A lista tríplice para a escolha dos senadores permitia a eleição de representantes de província que não tinham qualquer vinculação com a mesma. Isto foi muito criticado pelos liberais durante o período imperial.
[36] ANDRADE, M. C. Op. Cit. p. 65.

> nenhuma substância política... a atividade política tinha por condição a lealdade à integridade territorial do Estado e implicava a renúncia absoluta à própria representação de espaços políticos regionais.[37]

A oportunidade perdida de democratizar a prática política, de um lado, e a insistência em manter inalterado o instituto da escravidão, de outro, praticamente fizeram aflorar o anacronismo do Estado brasileiro, provocando várias reações. Entre elas a Sabinada (1837), na Bahia, a Balaiada (1830-1841), no Maranhão e a Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul.[38]

O ideal separatista ou federativo se apresentou com maior nitidez na Revolução Farroupilha e na Sabinada. Segundo Viana Filho, houve uma estreita ligação entre o médico Sabino da Rocha Vieira – mentor da Sabinada – e Bento Gonçalves – líder gaúcho - tanto na ocasião que Sabino estivera exilado no Rio Grande do Sul, quanto na época em que Bento Gonçalves estivera aprisionado no Forte do Mar, em Salvador, surgindo dessa relação pontos semelhantes nas propostas revolucionárias.[39]

A Bahia fomentou sentimentos nativistas e de independência, muitos influenciados pelo ideal federalista, mesmo contrariando a postura conservadora dos senhores de engenho do Recôncavo. Lina Aras, através do estudo sobre movimentos federalistas ocorridos no Recôncavo baiano entre 1831 e 1833, ressalta um cotidiano de insatisfação sócio-política e econômica, onde surgem movimentos de rebeliões e insurreição em tal freqüência, que passavam a dificultar a execução da política administrativa do Primeiro Império.[40]

---

[37] MAGNOLI, Demétrio. Op. Cit. p. 295.
[38] CHIAVENATO, Júlio José. *As lutas do povo brasileiro*. p. 55.
[39] VIANNA FILHO, Luís. 'A Sabinada: a república baiana de 1837', *apud* ANDRANDE, Manuel, Correia. Op. Cit. p. 77.
[40] ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial – Bahia, 1831-1833*. São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado). P. 10.

A Sabinada foi o movimento de maior repercussão na província pela efetivação de sua proposta – proclamação da independência da Bahia, com opção pela forma republicana de governo. Seu propósito era basicamente federalista. Pleiteava ampla revisão na Constituição de 1824 quando defendia a descentralização, ficando cada província com sua própria estrutura política.

Logo os ideais revolucionários foram difundidos pela camada trabalhadora que vivia sob o "espectro da fome"[41], devido a uma prolongada crise de abastecimento, derivada do desaquecimento da economia açucareira, situação propícia para o afloramento da revolução. Sabino Vieira, principal ideólogo da revolta, através do Novo Diário da Bahia, divulgava suas críticas, as quais, em tons franceses, acusavam a recolonização das províncias pelo governo central e clamava abertamente pela revolução.

Em novembro de 1837, após ocuparem o poder na cidade do Salvador, líderes revolucionários reuniram-se na Câmara e proclamaram a Bahia "inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro, e considerada Estado livre e independente".[42] Somando-se a outras rebeliões sufocadas pelo governo central, a "revolta separatista" foi a última revolução armada ocorrida na Bahia. O ideal federativo esperou o período final da monarquia constitucional unitária para reaparecer ligado ao movimento republicano". [43]

Diante dos múltiplos movimentos federalistas e separatistas ocorridos no século XIX, a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, traz consigo uma questão peculiar: devido ao fato de ter surgido numa área tardiamente povoada e fronteiriça, a Capitania de Rio Grande de São Pedro, posteriormente província de São

---

[41] Cf. MATTOSSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia:* A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 234.
[42] 'Ata da Sessão Extraordinária de 07 de novembro', Apud VIANA FILHO, Luís. ,. *A Sabinada.* Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1938, pp. 114-117.
[43] TAVARES, Luis Henrique Dias, Op. Cit. p. 264.

Pedro do Rio Grande do Sul, foi uma região movida por princípios autonominístas, onde os confrontos entre lusitanos e castelhanos tornaram-se habituais desde os inícios da ocupação. Esse processo de apropriação e confrontos não impediu um inter-relacioamento econômico e político entre a Capitania e o Prata, contribuindo, assim, para algumas peculiaridades na formação social dos sulinos. Segundo Helga Piccolo:

> ...organizaram os "bandos" sob lideranças fortes agindo com muita autonomia e que seriam a base de um poder privado regional que se constituiu no decorrer do século 18 e que, desde então, procurou fortalecer-se politicamente chegando a desafiar autoriddes coinstituídas....Para o Estado brasileiro, em formação desde o século 19, com seu projeto político centralizado, o autonomismo separatiasta dos "senhores guerreiros" sulinos seria a expressão de sua índole separatista.[44]

De fato, a guerra civil instaurada em 1835 foi a expressão de um regionalismo movido pelo descontentamento, tanto com a exploração fiscal, como pela subordinação do poder local praticado pelo governo Imperial após 1822. Para Piccolo, a República no território sul-rio-grandese foi pensada muito antes de 1822, por ter sido esse território integrado - não só historicamente, mas também, em termos geoeconômicos - à região platina, onde a descolonização das colônias espanholas se processava tendo primordialmente a República como objetivo: "contaminar" os vizinhos fazia parte das estratégias dos que, no Prata, estavam empenhados em sua independência.[45]

---

[44] PICCOLO, Helga. "Nós os "gaúchos", os separatistas". In: *Revista Nós, os gaúchos*. V. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 64.

[45] PICCOLO, Helga. Da descolonização à consolidação da república: a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul, no século XIX. In*: Revista Indicadores Econômicos*. Porto Alegre: FEE, nov./1993, p. 149.

O conflito na fronteira marcou efetivamente a declaração da revolução e proclamação da República Rio Grandense, em 1836. Durante a guerra, foi intensa a cooperação dos caudilhos uruguaios – como Lavalleja e Rivera – aos chefes farroupilha – Bento Gonçalves da Silva e Antônio Neto. Da luta armada contra o governo imperial participaram rio-grandenses e castelhanos, de forma que chegaram a pensar em formar uma confederação formada pela República de Rio Grande, Uruguai, Entre Rios e Corrientes. Os republicanos, chefiados por David Canabarro, chegaram a ocupar Santa Catarina, e, com as forças navais de Garibaldi, conquistaram Laguna, criando a República Juliana, em 1839.[46]

Analisando a composição social do movimento, identifica-se a presença de uma elite proprietária de terras e criadora de gado. Mário Maestri afirma ser uma visão romantizada deduzir o termo farroupilha/farrapo dos uniformes em frangalhos dos últimos combatentes sulinos. Boa parte das tropas farrapas era composta por peões nativos, cativos e libertos, convocados por seus senhores.

> Não foi o ideal liberal-republicano que levou o gaúcho pobre à guerra. Quando os caudilhos trocavam de lado, sem pudor, os peões faziam o mesmo. Bento Manuel mudou de bandeira diversas vezes, sempre seguido por sua gauchada. Para o peão, o ideário farroupilha significava, sobretudo, soldo churrasco e charque. Quando chamado as armas, o homem livre tinha o direiro de substituir-se. Em geral, alforriava um cativo para ocupar seu posto no combate... as classes subalternizadas jamais intervieram de forma autônoma.[47]

O movimento foi perdendo adeptos, inclusive, os grandes comerciantes e charqueadores escravistas, que aderiram ao Império temendo que a vitória do movimento comprometesse o

---

[46] ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit. pp. 76-77.
[47] MAESTRI, Mário. Guerra Farroupilha: história e mito. In: Revista *Espaço Acadêmico*. Ano II, n. 21. fev. 2003.

tráfico internacional de escravos. A população urbana, em geral, também optou pelo Império, levando os farrapos a perderem o controle das grandes cidades e do litoral.[48]

Alguns pesquisadores da Revolução Farroupilha sustetam nos seus textos a idéia de que "nem toda província de São Pedro foi Farroupilha; nem todos os farroupilhas foram republicanos; e, nem formaram um grupo homogêneo".[49]

Em 1845, com a ajuda de Luís Alves de Lima e Silva – posteriormente intitulado Duque de Caxias -, nomeado Presidente da Província e Comandante das Armas, o governo imperial conseguiu reprimir os republicanos. Reintegrada ao Brasil, continuaram os rio-grandenses com um forte sentimento autonomista, reaparecendo em outros momentos da nossa história.

Assim, a unidade consagrada em 1822 seria contestada no Primeiro Reinado e na Regência, em pontos diversos do território nacional, com movimentos contestatórios que refletiram a insatisfação com o regime vigente. Por certo, o período regencial é visto tradicionalmente como um período de crise, tendo, de um lado, a elite moderada do centro-sul pretendendo consolidar seu modelo de independência e, de outro, as elites regionais e as camadas populares contestando a centralização, com projetos variados, ou até mesmo sem um projeto político definido.

1.2 As tensões entre centralização, federalismo e separatismo

A centralização e a descentralização foi um dos problemas mais discutidos desde os primeiros anos do Império,

[48] MAESTRI, Mário. Op. Cit. p. 5-6.
[49] Afirmação percebida na maioria dos estudos sobre a Revolução Farroupilha. Cf. Helga Piccolo, Mário Maestri e Manuel C. Andrade – obras citadas.

conjuntamente com o ideal federalista. A idéia de federação e o próprio federalismo fora amplamente debatido entre os meios político e intelectual do país, influenciando a maioria dos movimentos que aconteceram durante o Império. Um dos elementos básicos do federalismo é a pretensão da unidade na diversidade, procurando interligar unidades heterogêneas em torno de um conjunto de regras comuns, dando certa homogeneidade. conseguida através de uma constituição.[50] As idéias federalistas eram consideradas como a salvação para o Estado brasileiro, ora instável pela estrutura político-administrativa do período.

Os federalistas, entre eles José Mariano, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, criticavam determinados pontos da Constituição de 1824 e a conduta política do governo imperial. A maioria deles concordava em alguns pontos, como, por exemplo, a necessidade de restrições ou eliminação do Poder Moderador. Defendiam a substituição do senado vitalício por um temporário, justificando que o existente era composto, em sua maioria, por políticos de posição conservadora e facilmente influenciados pelo imperador. Pleiteavam a eliminação do Conselho de Estado, justificando que a sua criação em 1841[51] constituiu um desrespeito ao Ato Adicional 1834[52], que o fizera desaparecer.

Defendiam, também, a necessidade de um alargamento do Colégio Eleitoral, promovendo as eleições dos presidentes de províncias, sendo estes eleitos - direta ou indiretamente - pela Assembléia Legislativa. As críticas ao processo de preenchimento do cargo de presidente eram incisivas pelo fato de que eles eram escolhidos para ocupar o cargo em províncias a que não eram

---

[50] ARAS, Lina Maria Brandão de, Op. Cit. p. 118.

[51] O Conselho de Estado foi restabelecido em pela Lei 234 de 1841, composto pelos ministros de Estado e por doze conselheiros vitalícios, nomeados pelo imperador para assessorá-lo.

[52] O Ato Adicional de 1834 fez pequenas modificações na Constituição de 1824, entre elas, estava a criação das Assembléias Legislativas Provinciais em substituição ao Conselho Geral da Província, na tentativa de se conceder uma maior autonomia às províncias.

ligados, desconhecendo, muitas vezes, os problemas existentes nas mesmas.[53]

Tavares Bastos, um dos principais líderes liberais entre os que combateram a centralização e defenderam a federalização política, em seu livro *A Província,* analisou a situação política brasileira existente em 1870, procurando demonstrar os inconvenientes da política de centralização em um país de grandes dimensões continentais, de diferentes formações étnicas e do baixo relacionamento comercial entre as várias províncias.[54] Discutiu, entre outros pontos, o problema tributário e fiscal, defendendo uma maior participação das províncias nas rendas delas procedentes, levando em consideração o problema da cobrança de taxas locais, de impostos de importação e exportação e do imposto territorial. Criticou, ainda, a divisão territorial do Brasil implantada no período colonial, onde permaneciam províncias grandes e ricas e províncias pequenas ou grandes, mas, subpovoadas, propondo uma redivisão territorial.

Tavares Bastos combateu, porém, a simples redivisão feita por categorias territoriais ou estatísticas, a fim de que se respeitassem as projeções históricas e os interesses das populações que viviam na área. Na realidade, ele foi precursor de idéias que só se tornariam mais fortes após a Revolução de 1930. O seu livro nos possibilita identificar quais as principais aspirações dos liberais reformistas que criticavam a centralização dos poderes nas mãos do imperador, lutavam por maiores concessões e mais autonomia para as províncias.

No fim do período imperial, quando a propaganda republicana teve seu ápice, o jornalista e político Alberto Sales defendeu a idéia de que São Paulo poderia proclamar a República e se separar do Império, de vez que era a província mais rica e culta do

---

[53] ANDRADE, Manoel C. Op. Cit. p. 87.
[54] BASTOS, Tavares. *Apud* ANDRADE, Manoel Correia, ANDRADE, Sandra M. C. *A federação brasileira:* uma análise geopolítica e geosocial. São Paulo: Contexto, 1999, p. 46.

país, podendo ocorrer que outras províncias seguissem o seu exemplo e, uma vez independentes, passassem a se agregar a São Paulo e a outras províncias republicanas, para formar uma federação ou uma confederação.[55] Essa manifestação de idéias separatistas ficou conhecida como "O movimento de 1887", como abordou Tácito de Almeida em livro de mesmo título.

Tácito de Almeida revela que, além de Alberto Sales, os principais intérpretes dessas idéias foram Francisco Pacheco e Silva, Joaquim Fernando de Barros, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Emiliano Pernetta. Segundo o autor, não se tratavam de vozes isoladas. Essas pessoas eram portadoras do pensamento geral, das aspirações da maioria consciente de São Paulo.[56] Essa perspectiva, permeada de um forte sentimento separatista, quebrava a unidade nacional, pois pregava que a implantação da república não necessitava ser proclamada em um centro, englobando todo o país, mas que fosse proclamada na província que tivesse condições de fazê-la.

As tensões entre centralização, federalismo e separatismo acirraram-se como conseqüência das dificuldades que as províncias em expansão econômica encontravam para se impor no momento das decisões políticas. Segundo Emília Viotti da Costa, as idéias separatistas paulistas teriam surgido da contradição entre o poder econômico e o poder político dos fazendeiros do Oeste paulista, que tiveram um grande desenvolvimento econômico, mas não assistiram ao igual crescimento de sua representatividade política junto ao governo. [57]

Apesar de não ter conseguido a vitória durante o Império, as idéias federalistas continuaram a ser a base de alguns grupos políticos, inclusive adotadas pelos partidos Liberal e Republicano. Porém cabe salientar as diversas maneiras através de que esses

---

[55] Idem, p. 47.
[56] ALMEIDA, Tácito. *Apud* ADDUCI, Cássia Chrispiniano. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.19, nº. 38, p. 101-124.
[57] COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 344.

grupos pregavam a bandeira federalista. Havia quem defendesse uma monarquia federalista, como foi o caso de Joaquim Nabuco; uma república federalista, como defendiam Campos Sales e Prudentes de Morais; e, até, aqueles que eram adeptos da federação em si, sendo ela aplicada na monarquia ou na república, como foi o caso de Ruy Barbosa.[58]

A adoção de um sistema federativo e descentralizado de estado ocorreu com a Proclamação da República, a partir de 1889, com a concessão de autonomia às antigas províncias, então elevadas à categoria de Estado pela Constituição de 1891[59]. Considera-se como Estado aquele em que as unidades administrativas que o compõem gozam de autonomia, embora não possam considerar-se independentes.

As várias constituições brasileiras – de 1934, 1937, 1946, 1967/9 e de 1988 – ora tenderam a restringir a autonomia dos estados ora a expandi-la. Algumas delas, como as de 1937 e de 1967/9, foram fortemente centralizadoras, enquanto que outras, embora menos abertas à federação do que a de 1891, apresentaram-se bem mais liberais em relação à maior ou menor autonomia estadual.[60]

---

[58] ANDRADE, Manuel Correia. Op. Cit. p. 91. Ver também: "Nabuco: entre a Monarquia e a República". In: ANDRADE, M. C. DANTAS, T. C. *Nabuco e a Federação*. Recife: Massaangana, 1992.

[59] A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, teria como grande responsável por sua elaboração o jurista Ruy Barbosa, que aderiu ao 15 de novembro, e foi fortemente influenciada pela Constituição dos Estados Unidos. Instituiu que a Nação brasileira constituia-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil (Art. 1), e estabeleceu que o país se tornava uma federação formada por vinte estados, que poderiam se dividir em novos estados ou se agregar a outros, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas e aprovação do Congresso Nacional (Art. 4). Determinou que o Governo federal não poderia intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo, para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; para manter a forma republicana federativa; para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos; para assegurar a execução das leis e sentenças federais (Art. 6). Cada Estado deveria convocar uma Assembléia Constituinte e promulgar uma Constituição. Esses artigos garantiram uma ampla autonomia às antigas províncias, transformadas em Estados.

[60] ANDRADE, Manoel Correia, ANDRADE, Sandra M. C. Op. cit. p. 55.

A ampla autonomia dada aos Estados durante a Primeira República também fez com que estes aumentassem consideravelmente o custo de manutenção administrativa. No intuito de promover a auto-suficiência dos Estados, a Constituição de 1891, no seu artigo oitavo, determinou que cada um deles arrecadasse o imposto de exportação de produtos produzidos no seu território. Essa medida permitiu que o Estado de São Paulo, principal produtor e exportador de café, produzisse uma receita expressiva, tornando-se, assim, um dos estados mais ricos da Federação.

O grande desnível econômico entre os estados, notadamente em relação aos produtores de café, beneficiados pelas condições favoráveis à exportação do seu principal produto, incluindo entre estas o próprio sistema tributário, acarretaram condições desiguais de desenvolvimento entre esses estados, o que provocou uma grande reação de suas lideranças políticas e intelectuais, alimentando idéias separatistas que chegaram a mobilizar grupos políticos e levando alguns estudiosos a formular programas centralizadores, amedrontados com a possibilidade de desagregação nacional.

Nesse contexto, as oligarquias regionais da Primeira República procuravam legitimar a elevada autonomia dos estados através de um discurso que enfatizava as diferenças culturais, econômicas e geográficas de cada região – entendidas estas como coincidentes com as divisas estaduais. A ampla descentralização vigente nesse período era apontada como um modelo de organização federativa capaz de impedir o separatismo, justamente porque respeitava a diversidade regional.

Vários defensores do poder central concordavam com a idéia de que o federalismo altamente descentralizado constituía um modelo político realista, capaz de manter a unidade nacional, enquanto não houvesse condições propícias para um movimento centralizador. Outros defensores do fortalecimento do poder central, pelo contrário, afirmavam que o modelo federalista estabelecido pela Constituição de 1891, por ter-se inspirado nos

princípios da democracia liberal, instaurara no país uma tendência à desintegração, que só teria começado a ser corrigida a partir da Revolução de 1930.[61]

Tanto num discurso, como no outro, não se percebe diferença na essência da linha de argumentação. Os debates sobre a unidade nacional enfatizavam sempre a conveniência do sistema federalista para conciliar as particularidades regionais com os interesses da nação. No primeiro período republicano, o discurso dominante enfatizava essas particularidades em favor da autonomia, do mesmo modo que no período pós-30 e, sobretudo, durante o Estado Novo, a fração dirigente utilizava dessa mesma ênfase para justificar o fortalecimento do poder central dentro da federação.

Pode-se dizer que existem vários tipos de regionalismos, os quais derivam da cultura política do grupo regional dominante:

> a mobilização regionalista é, pois, extremamente complexa, e envolve tanto forças sociais do interior da região, como sua articulação com o poder centralizado do Estado. [...] Como o regionalismo é mobilizado por um grupo particular que poderá obter uma vitória política particular, o caráter progressista ou conservador dos objetivos perseguidos dependem dos interesses daqueles que os conduzem. [62]

No caso do federalismo brasileiro, o regionalismo aparece na literatura especializada associado às iniciativas das unidades estaduais, quando buscavam garantir, junto ao poder público federal, vantagens econômicas e políticas no ambiente federativo. Além disso, no Estado Federal o regionalismo envolve uma articulação horizontal em que estão presentes as forças sociais da

---

[61] BESSA, Vagner de Carvalho e DINIZ FILHO, Luis Lopes. "Território e Política: as mutações do discurso regionalista no Brasil". *Estudos Históricos*, vol.8, n. 15, 1995.

[62] CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade* – Discurso e prática do regionalismo nordestino. Tese de Doutorado em Ciências Políticas, Rio de Janeiro, IUPERJ.

região, e uma outra, no plano vertical, envolvendo a mesma região e o poder público federal. “A ação regional encontra-se dirigida para uma negociação com a União, sendo mais recorrente quanto maior a centralização dos recursos de poder no ambiente federativo”[63]

Contudo a força do regionalismo na política brasileira correspondia a uma configuração territorial e econômica marcada por profundas clivagens regionais. Somente a partir de meados da década de 1920 e, principalmente, após a crise de 1929-1933, que os chamados “enclaves regionais” começaram a ser assimilados em um sistema econômico nacionalmente integrado, que, com o avanço da industrialização e o aumento da capacidade de intervenção do Estado possibilitou a unificação do mercado interno, ampliando, assim, a complementaridade econômica das regiões.

Ainda assim, a integração não foi capaz de dissolver as profundas disparidades regionais que, desde os primórdios da colonização, têm sido a marca da formação territorial brasileira. Ao contrário, o avanço da industrialização, dando-se de forma concentrada na região Sudeste e, em particular, em São Paulo, ampliou essas disparidades, mobilizando o Estado para a constituição das primeiras políticas explícitas de planejamento regional no país.[64]

Na Primeira República ocorreram alguns ajustes em escala estadual, como, por exemplo, o estabelecimento e a fixação de divisas interestaduais. Até à primeira década do século XX a Bahia não tinha seus limites interestaduais definidos. As expedições dos séculos XVI e XVII foram responsáveis pela formação do território, contudo, os limites do estado só foram estabelecidos entre 1919 e 1926. Braz do Amaral participou, como representante baiano da Liga de Defesa Nacional - comissão criada pelo governo federal

[63] C.f. LOVE, Joseph L. *apud* ISMAEL, Ricardo. As duas faces das manifestações regionalistas na história política do Nordeste.
[64] Idem, p.58.

com o objetivo de reunir os representantes dos estados brasileiros para negociar os limites das unidades da Federação.[65] Dessas negociações resultou o convênio que estabeleceu linhas de fronteiras entre a Bahia e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Goiás, Piauí, Pernambuco e Sergipe.

> As divisões da Bahia com os visinhos em que não havia zonas limitrophes estabelecidas, se acham resolvidas, sendo traçadas linhas de fronteiras que substituíram o vago e incerto dos tempos coloniaes que persistio durante o Império e até agora.[66]

Dessa forma, percebe-se como é recente a demarcação do território baiano e mais recente ainda, o sentimento de unidade e pertencimento das pessoas que viviam nas diversas regiões do estado.

O discurso regionalista, muitas vezes, invade a esfera estadual. Cabe salientar que as diversidades internas, tanto econômicas quanto culturais, são constantes em estados com grandes extensões territoriais. Na Bahia do início do século XX, por exemplo, existia uma grande desarticulação entre as regiões do estado baiano, as quais desenvolveram espaços históricos com dinâmicas próprias:

> A Bahia, para a maioria dos moradores de diferentes regiões do interior, especialmente as mais distantes da capital, era quase uma abstração. Era um local para onde se ia, os interioranos não estavam nela, portanto. A esfera pública estadual limitava-se à justiça, à polícia e ao fisco, tudo passando pelas mãos dos chefes locais. As trocas culturais quase não se davam, ficando cada local responsável pela preservação e reprodução das suas práticas. [...] Aliás, a partir da questão cultural

---

[65] TAVARES, Luis Henrique Dias, Op. Cit. p. 162.

[66] Relatório apresentado por Braz do Amaral, como representante do Estado da Bahia na Conferência de Limites do Rio de Janeiro. *Imprensa Oficial do Estado*, julho, 1921.

> revela-se nítido o mosaico baiano, composto de partes distintas, desarticuladas, heterogêneas e contraditórias.[67]

Dentro dessas "múltiplas realidades", não causa estranhamento as várias manifestações separatistas que tinham o objetivo de se desmembrar do Estado da Bahia, como ocorreu com o projeto de criação do Estado de São Francisco, região Oeste, e com o projeto de criação do Estado de Santa Cruz, na região sul baiana, sendo este último foco principal desta dissertação.

A década de 1930 fomentou novas discussões acerca de idéias separatistas em todo o Brasil. A Revolução de 1930 ocorreu em um momento de grande crise econômica e de forte ebulição intelectual, quando os grupos organizados defendiam seus interesses nas soluções que apresentavam para o país, cuja economia dependia da exportação de produtos primários, e tinha um incipiente desenvolvimento industrial abalado com a crise da bolsa de Nova York. Dentre os grupos que disputavam o poder, havia as velhas oligarquias paulistas, que procuraram retomar a posição perdida e tentaram enfrentar Getúlio Vargas, exigindo a convocação da Assembléia Constituinte. Não atingindo seus objetivos, eles promoveram o Movimento Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932.

Entre os grupos que formavam a direção desse movimento, estavam os separatistas, que desejavam a independência de São Paulo como uma república soberana, ou a formação de uma federação onde os estados adquiririam a soberania. Entre os principais defensores do separatismo destacavam-se o presidente do Tribunal de Justiça, Costa Manso, os escritores Alcântara Machado, Monteiro Lobato e o historiador Alfredo Ellis Junior.[68]

---

[67] FREITAS, Antônio F. Guerreiro. "Oeste da Bahia: formação histórico-cultural". In: *Cadernos CEAS*, nº. 181/182, Salvador, 1999, pp. 59-78/85-102.
[68] ANDRADE, Manoel Correia. Op. Cit. p. 120.

Não contando com o apoio dos outros estados, o Movimento Constitucionalista foi subjugado. Indignados, Alcântara Machado e Monteiro Lobato escreveram textos de repulsa aos mesmos. O primeiro se referia aos nortistas como negros e mulatos, com o maior desprezo e, o segundo, afirmava em texto muito inflamado que São Paulo só tinha duas opções: separar-se ou ocupar o Rio de Janeiro, implantando uma política hegemônica sobre os demais estados[69]. Essas declarações vieram a fortalecer a crença de que São Paulo era separatista e que o movimento de 1932 não era constitucionalista como apregoava, mas visava a sua independência.

1.3 Os projetos separatistas e a criação de novos estados

O Brasil, com sua grande extensão territorial[70], dividido em 26 estados e 01 Distrito Federal, sob o controle de uma República Federativa, sempre foi palco de discussões cujo principal objetivo era a redivisão territorial que proporcionasse melhor oportunidade de desenvolvimento às diversas regiões brasileiras. Essa necessidade de reorganização do espaço, hoje brasileiro, vem desde o período colonial, quando o Marquês de Pombal percebeu que, devido à diversidade e extensão do espaço colonizado, era preciso fazer um reajustamento nas capitanias existentes, ora extinguindo-as ora anexado-as, ora criando novas capitanias.

---

[69] SILVA, H. a*pud* ANDRADE, Manoel Correia. Op. Cit. p. 126.
[70] Com seus 8,5 milhões de Km², o Brasil é o maior país do continente sul-americano e o quarto maior do planeta em termos de extensão territorial contínua.

Ao longo dos séculos essas divisões praticadas por Pombal foram se modificando de acordo com a ocupação espacial e o desenvolvimento econômico regional. As capitanias, transformadas em províncias e, posteriormente, em estados federados, cresceram em níveis distintos, e, com isso, surgiram a necessidade de novas divisões do território.

Os projetos e estudos sobre uma melhor redivisão territorial do Brasil começaram efetivamente na década de 1940, a partir dos trabalhos de Teixeira de Freitas, publicados na Revista Brasileira de Estatística e na Revista Brasileira de Geografia.[71] Em sua obra "Problemas de Base do Brasil", do início dos anos 1940, os pontos centrais da discussão recaem sobre duas necessidades: a de reestruturação da máquina administrativa, integrando e estendendo os benefícios da reforma às três órbitas governamentais; e a de uma redivisão territorial-política orientada pela regra da equivalência entre os estados e municípios, visando à racionalidade da exploração do espaço brasileiro, incluindo a interiorização da capital e o fluxo migratório para o oeste.

Em 1941, seguindo o modelo das grandes regiões naturais, Fábio de Macedo Soares Guimarães dividiu o Brasil em cinco unidades, formadas pela Amazônia ou Norte, pelo Nordeste, pelo Leste, pelo Sul e pelo Centro-Oeste. Através do IBGE e dos recém-fundados cursos superiores de geografia, iniciaram-se os estudos exploratórios, a fim de esboçar melhor um quadro regional, delineando o território brasileiro e a dinâmica de expansão da população pelo espaço nacional. Esses estudos levaram o IBGE a desenvolver uma nova divisão regional do Brasil, alterando o traçado do Nordeste mais para o Sul, englobando os estados de Sergipe e Bahia, provocando o desaparecimento da Região Leste. Também foi criada a Região Sudeste, deixando na Região Sul os três estados meridionais.[72]

---

[71] Ver, entre outros trabalhos. A redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano III, n. 3, 1941; *Problemas de base do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
[72] ANDRADE, M. C. Op. Cit. p.144-152.

Vários governos elaboraram políticas desenvolvimentistas, visando promover uma maior integração nacional. A "marcha para o Oeste", aplicada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), pode ser considerada como um marco inicial para o povoamento de áreas ainda subpovoadas. Vargas afirmava que politicamente o Brasil era uma unidade nacional, mas que, economicamente, precisava promover um avanço no desenvolvimento sob todos os aspectos e com todos os métodos, para fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas.[73]

É certo que essas reformas implementadas por Getúlio Vargas foram ações voltadas para o aumento da centralização política e administrativa, feitas às custas do enfraquecimento das elites regionais e estaduais, o que permitia maior integridade nacional, e possibilitava também construir uma identidade nacional brasileira uniformizada, eliminadora de conflitos originários das diferenças.

Dentre outras medidas para a ocupação/integração do território nacional[74], Vargas criou as Colônias Agrícolas Nacionais. Estas últimas deveriam garantir o autoconsumo, produzir para o mercado e possibilitar a instalação de indústrias de transformação. Assim, "a colônia seria um núcleo de irradiação, um pólo de desenvolvimento que influiria sobre as áreas vizinhas".[75]

A internacionalização da economia manteve seu desenvolvimento nos anos de 1950, com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck, consolidado através da construção de Brasília e do Plano Rodoviário Nacional, que interligou as unidades da federação entre si e com a capital

---

[73] Idem; p. 148.

[74] Também foi instituído o PIN – Programa de Integração Nacional, que visava criar uma infra-estrutura (estradas, aeroportos e telecomunicações), oferecendo estímulos fiscais, linhas de créditos e subsídios, para atrair os empresários para a região.

[75] LENHARO, Alcir. A sacralização da política. *Apud* SOUZA, Edison. Sinop: *História, imagens e relatos. Um estudo sobre a sua colonização*. (Dissertação de Mestrado) Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso, 2004. p. 33.

federal. Esse processo modificou a organização espacial interna, promovendo uma integração social e econômica do Centro-Oeste e do Norte, áreas mais distantes do eixo econômico nacional, reordenando, assim, a relação entre as regiões.

Apesar da ação centralizadora durante o período da ditadura militar que, através da Constituição de 1967, restringiu a autonomia dos Estados, percebe-se o amortecimento, em escala nacional, dos sentimentos separatistas, devido tanto ao projeto de dinamização da economia do país, seguido pelos militares, quanto ao próprio regime de força imposto. Porém, no plano estadual esses sentimentos ficaram mais fortes, principalmente em algumas regiões situadas em Estados com grande extensão territorial, que se destacaram por ter desenvolvido um suporte econômico satisfatório, o que gerou uma dinâmica social própria e aumentou os espíritos autonomistas.

A questão da redivisão territorial do país voltou com toda força na década de 1970, promovendo uma ampla discussão na esfera política. Em 1975, o deputado Siqueira Campos apresentou à Câmara dos Deputados um requerimento, solicitando a criação da Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, justificando que “o tema sempre fora objeto de atenção do Executivo e do Legislativo, sem, no entanto, verificar-se a objetiva realização de uma efetiva proposta de redivisão territorial do país”. O requerimento foi aprovado pelo Plenário, e a Comissão, criada em 1976, composta por membros da ARENA e do MDB, sendo o próprio Siqueira Campos designado presidente.

A Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica teve como principal objetivo promover debates sobre questões territoriais e demográficas das diversas regiões do país. Durante o período de sua atuação – 1976 a 1978 - houve 50 reuniões, realizadas sob a forma de mesas-redondas e conferências, quando várias teses foram apresentadas, como descreveu o relator-geral:

> Os volumosos subsídios existentes, coletados durante três anos, da instalação do órgão ao termo da Legislatura, oferecendo amplos e valiosos suprimentos, estudos comparativos e pesquisas regionais geográficas, geo-econômicas e sócio-econômicas, não apenas para assinalar a complexidade do problema, como de consulta indispensável para a elaboração de projetos parciais ou, mesmo de uma ampla redivisão territorial do País. Constituem-se num suporte sólido ao debate e numa inspiração a quantos legisladores se interessem pelo assunto, oportunamente.[76]

Dessas sessões de debates participaram professores, juristas, dentre vários outros pesquisadores e estudiosos do tema em questão. Alguns prefeitos de municípios passíveis de desmembramentos participaram das reuniões, manifestando o posicionamento de suas Câmaras Municipais.

Vale ressaltar a influência que a Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica exerceu na discussão e aprovação da Lei Complementar nº. 31 de 1977, que desmembrava o Estado do Mato Grosso, criando o Estado do Mato Grosso do Sul, o qual começou efetivamente a existir em primeiro de dezembro de 1979. O relatório final atribui o desmembramento como uma das contribuições das discussões sobre as divisões territoriais promovidas pela Comissão.

> Ousamos crer que a iniciativa parlamentar, suscitando o debate da redivisão administrativa do País, haja encorajado o Executivo a enviar ao Congresso proposição, entusiasticamente aprovada, dividindo em dois o Estado do Mato Grosso, praticamente sem objeções na área parlamentar, logo superadas as questiúnculas regionais de fronteiras.[77]

---

[76]Ata da 50ª reunião da Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, realizada em 28/11/1978, onde foi apresentado o Relatório Final – DCN, 06/12/1978, P. 11552, Col. 01.

[77] Idem; Col. 02.

Depois de finalizados os trabalhos, a Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica elaborou e encaminhou à Mesa da Câmara dos Deputados um conjunto de propostas atendendo às conclusões que chegaram nos debates. Entre outras propostas sugeridas para a reformulação da estrutura geopolítica do país, indicava-se providenciar com urgência:

> a transformação em Estados dos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia; na criação do Estado do Tocantins, nos termos do projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, nº. 187, de 1978, de autoria do deputado Siqueira Campos; na criação do Estado de Santa Cruz, conforme escrito no projeto de Lei Complementar nº. 194, de 1978, do deputado Henrique Cardoso; criação do Estado de Mearin, tendo como capital Imperatriz - MA, em 1977; criação do Estado de Tapajós, no Pará, tendo como capital Santarém; criação do Estado de Trombetas, tendo Monte Alegre como capital, também no Pará; criação, no Amazonas, do Estado de Juruá, com capital em Eirunepé, e Estado do Rio Negro, capital São Gabriel da Cachoeira; criação do Estado do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, tendo Uberaba como capital . (grifo nosso)[78]

Nota-se que de todos os projetos de redivisões territoriais sugeridos – num total de oito - o único que se concretizou foi o do Estado do Tocantins, a partir do desmembramento do Estado de Goiás, mesmo assim, somente aconteceria uma década depois, quando, transferida a matéria ao foro da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Siqueira Campos apresentou a Emenda Popular, assinada por mais de setenta mil eleitores, enfatizando o anseio popular pela emancipação. Aprovado o pleito, o Tocantins foi criado pelo Artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.

---

[78] Ata da 50ª reunião da Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, realizada em 28/11/1978, onde foi apresentado o Relatório Final – DCN, 06/12/1978, P. 11554, Col. 01.

O projeto de criação do Estado de Santa Cruz, objeto principal dessa dissertação, que seria formado a partir do desmembramento do Estado da Bahia, teve uma trajetória semelhante ao projeto de criação do Estado de Tocantins – também fora criado a partir das discussões da Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, apresentado em 1978 pelo deputado Henrique Cardoso, e reapresentado pelo deputado Fernando Gomes, em 1985. Porém, diferentemente de Tocantins, não obteve êxito em qualquer dos dois momentos. Assim, se os discursos para as proposições de desmembramento giravam em torno de uma mesma causa – a necessidade de uma melhor redivisão territorial do Brasil -, cabe a pergunta: qual a justificativa para a não-aprovação/criação do novo Estado? Estas e outras questões serão abordadas no III Capítulo, que versará sobre as "forças" que levaram ao arquivamento do projeto que criaria o Estado de Santa Cruz.

1.4 As várias nuances do separatismo no Brasil

No Brasil, muitos foram os projetos de cunho separatista. É necessário enfatizar que o discurso separatista não é exclusividade desta ou daquela região brasileira. A história do Brasil é rica desse tipo de ocorrência que segue até à atualidade. Desde o período colonial, passando pelo Império e pela República, registra-se movimentos secionáveis. Um exemplo recente da continuidade desse discurso foi a onda separatista que invadiu o Rio Grande do Sul na década de 1990. Através de pequenas ou de grandes notícias, periódicos, canais de rádio e televisão discutiram

o neo-separatismo sulista. Baseados nas referências históricas, os líderes dos movimentos referiam-se constantemente à Guerra dos Farrapos, reivindicando a criação de uma nova "República nos Pampas". Segundo Mário Maestri Filho,

> o neo-separatismo sulino constitui movimento galvanizado pelo processo de internacionalização da economia, e não do exotismo nascido de singularidades étnico-históricas, ainda que elas alimentem sua ideologia. O padrão exportador criou bases para o desenvolvimento de forças centrífugas nas regiões produtoras voltadas ao exterior, fragilizando os laços nacionais tecidos nos anos 1930-1964.[79]

Percebe-se que embora a conjuntura seja outra, a natureza dos argumentos continua a mesma – o isolacionismo do Rio Grande do Sul e as dificuldades econômicas dele decorrentes; a falta de força do Estado para influir nacionalmente - ou seja, da contradição entre o poder econômico e o poder político.

Com a análise desses vários tipos de movimentos de cunho separatista, nota-se como as regiões brasileiras se transformaram ao longo do tempo, fundindo-se ou subdividindo-se, revelando como o processo de desenvolvimento cria novas fronteiras sociais, econômicas e culturais, que atravessam políticas internas e desafiam as nossas tradicionais regiões. O poder e os interesses políticos dos estados resistem e persistem, a despeito dessas mudanças. Mas, nem por isso, alguns deixaram de ser subdivididos ou perderam parte de seu território para outros que se constituíram.

É indiscutível a diferença entre os projetos separatistas aqui expostos: os de criação de uma federação, independente do

---

[79] MAESTRI Filho, Mário José. *Identidade nacional e globalização:* irredentismo lingüístico itálico na região colonial italiana do RS, Brasil. Seminário apresentado ao CES da Universidade de Coimbra, em 14 de fevereiro de 2002.

território brasileiro e os projetos de criação de um novo estado dentro da federação. As linhas teóricas, as justificativas, as reivindicações passam pelo mesmo pressuposto: a necessidade de maior autonomia política e econômica. A “separação” era justificada como uma resposta à opressão sofrida por parte do governo central, fosse ele estadual ou federal.

II CAPÍTULO

COM O CACAU, NASCE UMA REGIÃO

2.1 A formação da região cacaueira da Bahia.

A região sul da Bahia, onde se desenvolveu a lavoura cacaueira, compreendia as antigas capitanias de Porto Seguro e São Jorge dos Ilhéus[80]. Na administração pombalina, estas duas capitanias tornaram-se parte da Capitania da Bahia de todos os Santos, sendo mais tarde dividida nas comarcas de Jacobina, Bahia, Porto Seguro e Ilhéus[81]. No período entre a sua fundação e o início do século XIX, a Vila de São Jorge dos Ilhéus viveu uma economia voltada para a extração de madeira e do cultivo de mandioca e cana-de-açúcar, cultivo este que não conseguiu promover o desenvolvimento econômico da vasta região que compreendia a capitania.

---

[80]A capitania de São Jorge dos Ilhéus, formada pela da divisão da Colônia em lotes, por D. João III, teve como primeiro donatário Jorge Figueiredo Correia, que obteve a carta de doação em 26 de junho de 1534. A carta (foral) da capitania, onde eram fixados os direitos, foros e tributos que haveria de pagar ao rei se encontra às folhas 70 do Livro 10 da Chancelaria de D. João III, com data de 1º de abril de 1536. Contudo, coube a Francisco Romero, a fundação e administração da Vila de São Jorge dos Ilhéus. C.f. SALES, Fernando. *Memória de Ilhéus*. São Paulo: GRD, 1981.

[81] Em 28 de junho de 1881, pela Lei nº 2.187, a Vila de São Jorge dos Ilhéus passou à categoria de cidade. Após a proclamação da República, as comarcas foram reorganizadas em municípios. Em 1890 foi criado oficialmente o município de Ilhéus com cerca de 8.000 Km², tornando-se, depois de Salvador, a região mais povoada da Bahia.

Vários viajantes[82] que passaram pela região descreveram, em seus relatos, a decadência econômica do território, em contraste à sua imensa riqueza natural ainda pouco explorada, caracterizando o espaço regional da capitania pela pobreza e o isolamento. De acordo com Guerreiro de Freitas e Maria Hilda Paraíso, a colonização das comarcas do Sul da Bahia foi um processo lento, e a dificuldade para incorporarem-se ao circuito comercial deveu-se, entre outros fatores, ao desinteresse das autoridades do governo em investir na região.[83]

Na tentativa de atenuar a crise da economia colonial instalada desde 1760, as autoridades metropolitanas estabeleceram novas orientações político-administrativas, com o objetivo de incentivar o aumento da produtividade e da qualidade da produção colonial. Entre essas metas buscou-se estimular melhorias nas atividades tradicionais e introduzir novos produtos comercializáveis, com a finalidade de promover alternativas de enriquecimento e de expansão das regiões consideradas estagnadas e marginalizadas economicamente. É certo que essas medidas fazem parte do conjunto de reformas introduzidas a partir da vinda da Família Real para o Brasil, e a conseqüente mudança da sede do poder para a Colônia, o que resultou na quebra do exclusivismo colonial e na solidificação da produção voltada para o mercado interno, a fim de atender à demanda advinda com o crescimento demográfico.[84]

Na Bahia, nas primeiras décadas do século XIX, cresceu o interesse pelas Comarcas do Sul devido à profunda crise que consternava a economia baiana, o que se constituiu na procura de

---

[82] Entre eles, Maximiliano de Wied-Neuwied (1817), von Spix, Martius (1816), Mouchez (1857), Baltazar da Silva Lisboa (1802), Vilhena (1802), Aires de Casal (1817), Domingos Rebelo (1829) e Afonso Celso (1886). C.f. VINHÁES, José Carlos. *São Jorge dos Ilhéus:* da capitania ao fim do século. XX. Ilhéus: Editus, 2001. p. 104.

[83] FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo:* a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001, p. 39

[84] LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação:* o abastecimento das cortes na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo, 1979, p. 45-55.

alternativas para a manutenção do modelo tradicional de exportação de produtos primários,

> ... a Bahia vivia um momento de crise, em decorrência da não modernização do sistema produtivo, comercial e viário, aliada ao desgaste do solo, períodos de seca prolongados e retração dos mercados internacional, com relação à cana-de-açúcar e ao algodão produzidos no Recôncavo e norte da Província, e do nacional, no tocante a pecuária.[85]

Nesse contexto, aconteceu, de forma lenta e gradual, a inserção da região Sul baiana no circuito comercial nacional e internacional, a partir do florescimento do plantio do cacau.[86] Apesar do cacau constar nas pautas de exportação da Bahia desde o começo do século XIX, foi somente no final deste que se compreende o período considerado de fixação da economia cacaueira, a qual vai se destacando entre as principais atividades econômicas do Estado. Esse deslanchar da lavoura cacaueira coincidiu com a crise e decadência da economia açucareira do Recôncavo, que estava com seu sistema produtivo desfigurado devido, entre outros fatores, à concorrência do comércio internacional.

No âmbito geral, o desenvolvimento da lavoura cacaueira se apresentou como solução para o malogro em que se encontrava a economia baiana. A introdução e a implementação comercial do cacau representaram a solvência dos problemas na balança de dívidas da Província da Bahia, assim como, transformou o Sul em um destino judicioso para o excedente de mão-de-obra livre do Recôncavo baiano.

---

[85] FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro, Op. Cit. p. 71.

[86] O cacaueiro é nativo das bacias do Orinoco e do Amazonas, e já era cultivado pelos Incas e Astecas, civilizações que habitavam o continente mesoamericano. No Brasil, desde 1711 passou a ser cultivado no Pará. Consta na bibliografia regional que o produto foi trazido para Bahia na primeira metade do século XVIII, sendo plantado às margens do Rio Pardo.

Conseguindo cada vez mais aumentar a sua participação nas exportações baianas, a lavoura do cacau revitalizou a participação da Bahia no comércio internacional, e proporcionou o aumento das rendas estaduais a partir do momento em que desse produto se recolhia uma expressiva receita.[87] A dinamização a partir da cacauicultura, além de favorecer a economia baiana, promoveu o reordenamento da atividade produtiva local e a expansão da fronteira agrícola do sul da Bahia.

Essa extensão de zonas produtoras que se localizavam principalmente no eixo Ilhéus-Itabuna,[88] e tinham como principais núcleos produtores as áreas de Belmonte, Camacan, Canavieiras, abriu uma nova configuração geográfica àquela região, ao favorecer o aparecimento de novas cidades, vilas e distritos. Dentre essas cidades, vale salientar a posição destacada do município de Ilhéus como centro exportador:

> o movimento comercial de Ilhéus ampliou-se com a presença dos caixeiros viajantes de todos os lugares e a *coreografia urbana* modificou-se radicalmente após o funcionamento da estrada de ferro Ilhéus-Itabuna, em 1911. Esta estrada, de 59 quilômetros de extensão, conectava as principais zonas produtoras a Ilhéus, concorrendo, com as antigas tropas de burro e com a precária navegação fluvial. Com isso, estabeleceram-se melhores condições de transporte da produção para Ilhéus, que começou a assumir a liderança no embarque do cacau, em face de sua situação em relação ao eixo produtor.[89]

Ilhéus, “Princesa do Sul”, como ficou conhecida, tornou-se o centro econômico, de poder, cultura e lazer da região cacaueira,

---

[87]GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Bahia cacaueira:* um estudo de história recente. Salvador: UFBA, 1979. p. 20.

[88] Em 28 de julho de 1910, pela Lei 807, referendada pelo governador do Estado, o arraial de Tabocas, 3º Distrito do Município de Ilhéus, emancipou-se, nascendo o municipio de Itabuna, perdendo Ilhéus o seu mais rico distrito.

[89] FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá; CED-UFBA, 1995, p. 46.

sendo o primeiro núcleo urbano a beneficiar-se com as transformações promovidas pela economia do cacau. Segundo alguns relatos de moradores, “Ilhéus vivia a vertigem do desenvolvimento”. Era um tipo de espelho onde se refletia um pouco de tudo que acontecia na região. As contradições sociais surgidas com a exploração da mão-de-obra de pessoas oriundas de diversos lugares eram ignoradas ou não reconhecidas, ficando escondidas diante de tudo o que se via, por tudo que se tinha para mostrar, permanecendo a idéia de cidade-modelo do Estado da Bahia.[90]

Aos poucos foi-se configurando a região cacaueira da Bahia. Uma região com suas peculiaridades, constituída pela dialética nas relações culturais mantidas com o novo contingente populacional,, formado por imigrantes e nativos de camadas sociais distintas.

2.2 A configuração social da região cacaueira: o nascimento da burguesia do cacau.

A cacauicultura, instalada como opção econômica nas comarcas do Sul da Bahia, abriu finalmente os caminhos para seu efetivo povoamento. Antes da consolidação do cacau, a região era habitada por um grande contingente indígena[91], o qual se mantivera em constante conflito com a frente colonizadora européia, que tinha como um de seus objetivos transformar o índio em mão-de-obra escrava, braços para o enriquecimento e sucesso do projeto de colonização da área. O fracasso do projeto de colonização e o marasmo econômico dos primeiros séculos da Capitania de São Jorge foi atribuído, principalmente, à dificuldade de exploração e dominação da mão-de-obra indígena.

---

[90] FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro, Op. Cit. pp 133-166.

[91] No litoral a região era habitava pelos *Tupinikin*,l; no interior, pelos *Kamakã-Mongoió* e *Aimorés*, conhecidos também como *Grên* e Botocudos.

> Tendo sido dizimado um terço da população dos índios aldeados, os conflitos assumiram proporções mais dramáticas, pois a morte dos aldeados provocou o incremento dos apresamentos e assaltos a aldeias antes preservadas. Os colonos buscavam com as idas aos sertões substituir a mão-de-obra escrava indígena, pois a redução demográfica da população *Tupinikin* atingiu o sistema produtivo num dos seus aspectos mais vulneráveis – sua dependência da mão-de-obra indígena escravizada.[92]

Na administração pombalina, no final do século XVIII, muitos dos aldeamentos jesuíticos foram doados aos colonos na tentativa de dinamizar a economia local. No início do século XIX, a presença de colônias estrangeiras foi uma constante nas terras do Sul da Bahia. Por ter um grande potencial natural,, sinônimo de abundância de terras férteis e matéria-prima, a região era procurada por colonos que tinham como objetivo o livre acesso à terra, vista como bem ilimitado que possibilitaria o enriquecimento individual. Além disso, o governo oferecia alguns incentivos financeiros como forma de fixar o estrangeiro e promover a ocupação e o desenvolvimento de terras ainda despovoadas. Assim é que foram se instalando na zona de Ilhéus famílias estrangeiras, principalmente de origem alemã, francesa e suíça.

A partir da segunda metade do século XVIII, a coroa portuguesa estimulou os agricultores da comarca de São Jorge dos Ilhéus a plantar lavouras alternativas – algodão, café e cacau, dentre outras - para exportação, com o intento de diminuir a dependência do comércio do açúcar. Além das tradicionais famílias de origem portuguesa, fixadas na região desde o tempo da Capitania, também participaram desse projeto as famílias estrangeiras, as quais começaram a cultivar o cacau em pequenas quantidades.

Cabe salientar que no período embrionário da implantação do cacau na região, além da força de trabalho indígena, também foi

---

[92] FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro, Op. Cit p. 20.

utilizada a mão-de-obra de escravos africanos. É certo que a mão-de-obra escrava africana foi utilizada em menor escala, devido, tanto à extinção do tráfico de escravos em 1850, o que levou à crise do seu fornecimento, quanto ao difícil acesso a essa força de trabalho por colonos localizados em regiões economicamente marginalizadas, como foi o caso da região Sul da Província da Bahia.[93]

A consolidação da lavoura cacaueira como fonte econômica passou a atrair um contingente populacional de diversas origens, de segmentos sócio-econômico e cultural díspares, os quais foram aos poucos se tornando dependentes do plantio do cacau. O corpo social formado a partir da expansão da cacauicultura constituiu-se, pois, das famílias estrangeiras e seus agregados, como também, de trabalhadores provenientes, principalmente, do Norte da Bahia e da Província de Sergipe.

> Aqui na região, chegavam continuamente aventureiros de várias partes do território nacional, especialmente sergipanos, pernambucanos, mineiros e alagoanos, atraídos pelas notícias de terra disponível e farta. Enquanto brasileiros e europeus mostravam aptidão para a agricultura, sírios e libaneses dirigiram suas ações para as atividades comerciais e os que apareciam por estas bandas, quando buscavam as fazendas era, via de regra, para "mascatear" gênero de atividades em que se mostravam insuperáveis.[94]

Segundo Guerreiro de Freitas, esse contingente populacional foi atraído pela veiculação de informações acerca das possibilidades de progresso individual para os que se dispusessem a conquistar as terras virgens e ricas. Porém, segundo o autor, a crença nas possibilidades de todos terem acesso aos bens ilimitados e ao enriquecimento era, na verdade, mais uma imagem

---

[93] Idem, p. 25 e 39.
[94] SILVEIRA, Adelindo Kfoury. Itabuna, minha terra. 2. ed. Itabuna: O Autor, 2002. p. 38.

ideologicamente construída e alimentada pelos segmentos dominantes do que uma realidade concreta. Com a conquista das matas ocorreu e implantou-se o modelo tradicional de exploração das terras e o velho modelo de estrutura social hierarquizada e excludente das camadas sociais que não conseguiram realizar seus sonhos de tornarem-se proprietários e produtores de cacau.[95]

Após a expansão inicial, vários problemas começaram a aparecer. Os cuidados exigidos no período de plantio e nas diversas etapas do ciclo produtivo tornava necessários a existência de pessoas capacitadas e de recursos para se fazer frente a esses investimentos. Com a crescente demanda no mercado externo, com a comercialização mais regular do cacau, essa lavoura começou a se autofinanciar, pois, no seu acelerado crescimento não existiu uma participação efetiva do poder público, que incrementasse o seu desenvolvimento.

Nesse contexto ocorreu a concentração de propriedade por parte dos grandes fazendeiros, que se beneficiaram de sua posição econômica e da falta de acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores, que não podiam adquirir empréstimos das casas comerciais – que funcionavam como casas bancárias – por não possuirem o título de posse da propriedade[96]. Muitos desses pequenos proprietários hipotecaram suas propriedades em troca do dinheiro necessário para o financiamento da lavoura e, na impossibilidade de pagar o empréstimo, acabaram perdendo suas terras.

---

[95] FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro, Op. Cit p. 49-97.

[96] Angelina Garcez, em seu estudo sobre a formação da propriedade cacaueira, afirma que os pequenos proprietários quase nunca possuíam o título de propriedade da terra, devido à morosidade do governo do Estado, que levava de vinte a trinta anos para legalizar a posse através da expedição do título. Além disso, a autora atenta para o fato de que, até à década dos anos de 1920, os estabelecimentos bancários eram raros na região, existindo apenas o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado, fundado em 1905, com agência em Ilhéus. Contudo, o acesso a esse crédito não era para todos os produtores, principalmente, pela falta do título de posse legal da maioria das propriedades. Cf. GARCEZ, Angelina N. R., M*ecanismos de formação da propriedade no eixo Ilhéus/Itabuna (1890-1930) – Um estudo de história agrária*. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – UFBA, 1977.

A condição precária do trabalhador rural foi uma constante durante o desenvolvimento da cacauicultura baiana. A exploração da mão-de-obra, típica do sistema capitalista agro-exportador, fez com que o sonho de enriquecimento e prosperidade material de milhares de trabalhadores se esbarrasse na política de concentração de riquezas dos produtores de cacau. Uma das práticas utilizadas pelos fazendeiros como forma de dominação e fixação do trabalhador à fazenda era o sistema de "crédito no barracão"[97], o qual estreitava ainda mais a dependência entre o empregado e o patrão.

Assim, cabe ressaltar que nem sempre os pioneiros e desbravadores do chão do cacau acumularam bens e riquezas. O desenvolvimento da economia do cacau, uma fronteira agrícola com inúmeros interesses em jogo, com um elevado crescimento populacional e uma precária infra-estrutura de transporte e comunicação, permitiu que apenas uma elite capitalizasse os lucros gerados pela atividade econômica em expansão.

É necessário salientar que o fenômeno coronelístico, baseado na posse de terras e no prestígio pessoal/familiar esteve presente na formação da sociedade cacaueira. Aliás, é certo que o crescimento significativo da lavoura cacaueira coincidiu com o início do Brasil republicano, período em que se intensificaram as práticas coronelísticas. O Coronelismo é um conceito utilizado para designar a interferência das manifestações do poder privado no domínio público. Segundo Edgar Carone, o fenômeno do coronelismo, o qual consiste no desenvolvimento e na autonomia de agrupamentos sociais e políticos nos Estados, surgiu como conseqüência do desequilíbrio entre o centralismo e o federalismo. Para Carone, o crescente aumento do domínio do coronelismo, em conjunto com a limitação dos poderes dos governos estadual e

[97] O Barracão era um tipo de estabelecimento comercial localizado dentro da fazenda, de propriedade do fazendeiro, e que, na maioria das vezes, era a única opção do trabalhador rural de ter acesso aos gêneros alimentícios. Esse sistema de "crédito de barracão" levava o trabalhador a contrair uma dívida permanente, tendo em vista que os produtos eram vendidos com preços bem mais altos que o normal.

federal veio facilitar o crescimento da autonomia local, existindo estados onde predominavam os atos extralegais de forma bastante tranqüila, sem que seus autores – os coronéis – fossem molestados.[98]

De acordo com Isnara Pereira Ivo, mandonismo, coronelismo, privatismo, familiarismo, clientelismo e muitos outros são conceitos utilizados como sinônimos das manifestações do poder privado no Brasil, e são constantemente revisitados por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, que reiteram a atualidade do tema e a necessidade de analisar as especificidades regionais, não só, no sentido de recuperar as histórias locais, mas também, de exercer um "continuar" da história, muitas vezes, esquecida nas grandes sínteses.[99] Ao analisar as relações entre o coronel e a ordem pública, a autora demonstra como o sistema coronelista configurou-se numa via de mão dupla. Em alguns momentos os chefes locais, controlados pelo governo federal, eram submetidos e condicionados aos interesses políticos regionais; em outros momentos, era o governo federal que se submetia ao poder local, sendo obrigado a parlamentar com os chefes locais para garantir sua autoridade diante da força dos mandões locais.

Apesar do fenômeno do coronelismo ter existido praticamente em todo o Brasil, sua prática apresentava nuances em seus elementos característicos, conforme cada estado da Nação e cada região. Na Bahia, por exemplo, fica clara a diferença da base do poder do coronel da região Norte e da região Sul do estado. O poder dos coronéis da região Norte – Lavras Diamantinas e Vale do São Francisco – era baseado na posse do latifúndio, já na região do cacau, o poder não estava relacionado com o tamanho da propriedade, e sim, com a produção do cacau, e, conseqüentemente, com a riqueza gerada por ele. Outra

---

[98] CARONE, Edgar. *A República Vellha*: instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1972, pp 250-254.

[99] IVO, Isnara P. *A tragédia do tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)*. DM (Mestrado em História), Belo horizonte: FFCH/UFMG, 1998. p. 32.

peculiaridade que merece destaque foi a grande quantidade de coronéis que existiram na região cacaueira, onde se verificou um número superior a oitenta.[100]

Gustavo Falcón, em estudo sobre a região cacaueira, percebe o coronel como o agente do avanço do capitalismo na região e membro de uma burguesia cacaueira de produtores e exportadores. A propriedade fundiária, produtora de cacau, aliada ao capital estrangeiro foi, na região, a condição básica de exercício do mando coronelista que, apesar dessas especificidades regionais, guardou semelhança com o mandonismo local prevalecente na República Velha.[101] A questão central desenvolvida pelo autor refere-se ao fato de que a burguesia cacaueira, apesar de ser a classe mais rica do Estado, não conseguiu impor-se politicamente como liderança em nível estadual. O dinamismo econômico da região e os conseqüentes conflitos abertos pela posse da terra permitiram uma sucessão de chefes regionais no poder, não havendo a região produzido nomes que se destacassem na história política do Estado, tais como Horácio de Matos e Franklin Lins de Albuquerque.

Vitor Nunes Leal observa que a hegemonia do coronel era exercida especificamente sobre os dependentes de um determinado fazendeiro, que detinha um lote de votos sobre o seu controle.[102] Contudo, não é possível compreender essa hegemonia, de um só coronel, em relação a toda região cacaueira. O poder era fragmentado em diversas áreas de influência individual ou familiar. O agrupamento de fazendeiros nos distritos sob a chefia de um deles, e dos chefes distritais, fez cada um desses distritos

---

[100] Segundo Árleo Barbosa, existiram na região cacaueira da Bahia mais de oitenta coronéis. A maioria comprou sua patente da Guarda Nacional, tornando-se coronéis, tenentes-cononéis, como também, capitães. Ressalta ainda que o único coronel da região que adquiriu sua patente nos campos de batalha foi Joaquim Ferreira de Paiva. C.f. BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. Notícias históricas de Ilhéus. 4. ed. Itabuna, Ba: Colorgraf, 2003.

[101] FALCÓN, Gustavo. *Op. Cit.* p. 58.

[102] LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 25.

sofressem influência política de uma ampla quantidade de famílias, proprietárias de terras.

Dentro desse contexto, o município de Ilhéus, consagrado como maior produtor de cacau do Brasil, se tornou palco de intensas lutas pelo controle do poder político. Em princípio, apesar da grande quantidade de coronéis, o poder local ficou restrito às duas facções da burguesia local – os adamistas e os pessoístas – as quais se aglutinaram nos partidos políticos existentes:

> Em Ilhéus, as facções importantes eram os "Adamistas", liderados por Coronel Domingos Adami de Sá, vinculado ao Partido Republicano Federal (também chamados de federalistas) e os "Pessoístas", liderados pelo Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva, integrante do Partido Constitucionalista. Alternavam-se no exercício do poder, conseqüência de memoráveis lutas onde se misturavam disputas eleitorais geralmente subordinadas ao famoso sistema "bico de pena", porfias envolvendo tocaias, tiroteios, realizações de comícios e passeatas de bandas de música.[103]

O grupo social formado durante as primeiras décadas do século XX, representado pelo coronel Antônio Pessoa, estabeleceu novas dinâmicas na sociedade de Ilhéus, aumentou o seu poder aquisitivo com o cultivo do cacau e constituiu-se em oposição política à oligarquia que dominava a região até então, representada pela família Sá, do coronel Domingos Adami de Sá, formada por descendentes de uma elite colonial, com fortes relações com o Império e com o sistema escravista. Essa família exerceu o domínio político em Ilhéus, por quase um século, até os primeiros anos da República. [104]

A liderança exercida pela família Sá estava pautada, principalmente, na tradição do seu poder político e econômico,

---

[103] SILVEIRA, Adelindo Kfoury. Op. Cit. p. 43.
[104] RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito*: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001, p. 155.

enquanto que Pessoa construiu sua liderança com base no caráter moral de sua personalidade. Antigo abolicionista e de origem relativamente modesta, Antônio Pessoa, construiu sua imagem se mostrando como um homem “feito por si”, através do esforço próprio, cujo capital foi construído pelo trabalho, sem auxílio de parentes ricos ou de recursos públicos. Em artigos da imprensa local, considerava-se como a antítese da família Sá, descendente de antigos aristocratas escravistas que dominavam a região através da posse de grandes extensões de terra e do controle de diversas instituições, entre as quais, a Guarda Nacional.[105]

A família Sá e seus descendentes percebiam-se como uma elite branca, aristocrata, socialmente superior aos humildes lavradores enriquecidos pelo cultivo do cacau. Assim, esse novo grupo social, composto por descendentes de proletários alemães e de afro-brasileiros, não seria facilmente aceito como iguais pelas famílias tradicionais. A priori, essa aristocracia ilheense não criou uma relação de identidade com a nova “elite” regional desprovida de prestígio, que, nitidamente, demarcou uma identidade própria através do discurso e do simbólico.

Gradualmente, esse novo grupo encontrou formas de expressar o seu poder social e político. A maioria deixou de residir nas fazendas e construiu palacetes na cidade, que foram os símbolos urbanos mais utilizados para dar visibilidade ao seu prestígio sócio-econômico. O mobiliário das casas e as vestimentas da família eram importados diretamente do Rio de Janeiro e da Europa. A educação formal das novas gerações tornou-se objeto de preocupação dos coronéis emergentes, que passaram a enviar seus filhos para as melhores escolas e faculdades de Salvador e do Rio, quando não os enviavam para estudar na Europa.[106]

---

[105] RIBEIRO, André Luís Rosa. *Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira do sul baiano (1880-1950)*. DM (Mestrado em História). FFCH/UFBA, 2003. p. 20.

[106] Segundo Bourdier, nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas nada significam além delas mesmas: na verdade, elas exprimem

O domínio do poder, concentrado entre estas duas facções – adamistas e pessoístas – não abortou os conflitos internos dentro das mesmas. Preocupados em agremiar maior parcela de poder, e com este, maior parcela de votos, os chefes políticos viviam em constante disputa pelo prestígio de seus líderes. Essa dissensão fazia com que o poder do chefe político e até do coronel ficasse restrito à região, não havendo uma influência maior fora do circuito político regional.

A questão da emancipação do Arraial de Tabocas – 3º distrito do município de Ilhéus – foi um exemplo da divergência de opiniões e posições dentro da uma mesma facção. Tabocas se desenvolveu rapidamente juntamente com a expansão econômica do cacau, transformando a configuração local.

> Fatos importantes aconteciam, firmando cada vez mais o desenvolvimento de Tabocas. Artérias públicas se consolidavam, como, por exemplo, o contínuo urbano denominado Taboquinhas, onde já residiam várias famílias de destaque social na comunidade.[107]

Diante do desenvolvimento cada vez mais rápido, foram se destacando lideranças locais, que, aos poucos, se aglutinaram às forças políticas de Ilhéus. Entre essas lideranças estava o Coronel Firmino Alves, o qual representava o grupo político dos "pessoístas", e o Coronel Henrique Alves dos Reis, chefe político local do grupo ligado aos "adamistas". A campanha de emancipação do Arraial de Tabocas foi lançada pelo grupo liderado pelo Coronel Firmino Alves, que logo percebeu a potência em que

---

sempre a posição social, segundo uma lógica que é à maneira da estrutura social, a lógica da distinção, assim, a linguagem e as roupas, ou melhor, certas maneiras de tratar a linguagem e as roupas introduzem ou exprimem desvios diferenciais no interior da sociedade, sob forma de signos ou insígnias da condição ou da função. Conseqüentemente, com a língua, o vestuário, enquanto sistema simbólico com função expressiva, obedece à lógica das oposições significativas. C.f BOURDIER, P. *A economia das trocas simbólicas*. p. 17-18.

[107] SILVEIRA, Adelindo Kfoury. Op. Cit. p. 42.

o distrito se transformara e a possibilidade de se desvencilhar do município de Ilhéus, que, naquele momento tinha como intendente o Coronel Domingos Adami de Sá.

O pleito de Tabocas em transformar-se em município passava necessariamente pelo processo político partidário e, consequentemente, numa organização de forças para a concretização do projeto emancipatório. Porém, em princípio, em Ilhéus, tanto os políticos "adamistas" quanto os "pessoístas" se posicionaram contrários à proposta de emancipação do arraial, justificando que o município iria perder uma expressiva renda e que o distrito de Tabocas não teria condições sociais para se transformar em município autônomo. Interessante salientar que diante da nobre causa, os chefes locais deixaram suas vinculações partidárias, e, mesmo, contrariando seus líderes políticos, como foi o caso de Firmino Alves com Antônio Pessoa, se uniram em prol do objetivo comum – tornar-se independente do Município de Ilhéus.

> Em todos os quadrantes da região, fervilhavam comentários que Tabocas começava a demonstrar agora uma sólida posição de aspiração total emancipação. E aqueles homens ali presentes entre os quais se destacam figuras como Artur Nilo de Santana, João Soares Lopes, Paulino Vieira do Nascimento, Benigno de Azevedo, Mariano Vitor Ribeiro... Ramiro Nunes de Aquino, estavam dispostos a "virar a mesa"! Todos concordavam ser necessidade urgente a emancipação de Tabocas.[108]

Ante a situação de agitação social e constantes reivindicações já levadas à Assembléia Legislativa da Bahia e ao governador José Marcelino, os líderes das facções locais resolveram não criar empecilhos ao processo, porém, também nada fizeram para facilitar a criação no novo município. A Lei n.º 692. de 13 de setembro de 1906, assinada pelo governador José

[108] Idem, p. 57.

Marcelino de Souza, que continha como principal objetivo "desmembrar do município de Ilhéus o distrito de Tabocas, que constituirá um novo município, villa e termo de Itabuna", levou ao desenvolvimento de um forte centro de poder dentro da região cacaueira, o qual não mais se restringia somente ao município de Ilhéus.

À proporção que o município de Itabuna se destacava econômica e politicamente no âmbito regional, também se tornava intenso o antagonismo entre os dois municípios mais ricos da região. Percebe-se que essa rivalidade em muito prejudicou o desenvolvimento de um projeto político comum por parte de seus representantes, que alcançasse uma influência maior em nível estadual.

A imagem do coronel esteve presente em toda a dinâmica de consolidação do cultivo do cacau, influenciando e participando das rápidas transformações da estrutura sócio-econômica regional, até mesmo depois da década de 1930. Os principais coronéis da região, aderindo ao rumo das transformações, além de produzir, passaram, também, a comercializar o cacau, tornando-se, assim, produtor/comerciante e membro da burguesia cacaueira.[109]

Em torno do cacau fundamentou-se o poder e a significação social dos que o exploravam – grandes produtores e comerciantes/exportadores -, os quais souberam retirar da sua exploração vantagens e benefícios, formando e consolidando o que se pode chamar de burguesia cacaueira. A formação da burguesia cacaueira foi um processo histórico de aproximação entre a elite de fazendeiros ricos, que passou a comprar e a vender amêndoas de cacau, e comerciantes exportadores, que se transformaram em

---

[109] Para Weber, o controle da propriedade é um fato básico da determinação das oportunidades de vida de um indivíduo ou de uma classe. Entretanto, Weber acrescentava à dimensão econômica da estratificação, duas outras dimensões: o *poder* e o *prestígio*. Considerava a propriedade, o poder e o prestígio como três bases separadas, embora em interação, a partir das quais se criam as hierarquias de qualquer sociedade. As diferenças de propriedade criam as classes; as diferenças de poder criam os *partidos políticos*; as diferenças de *prestígio* criam agrupamentos de *status* ou *estratos*. C.f. MILLS, C. Wright. *Poder e política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 72

fazendeiros, donos de terra e, conseqüentemente, produtores dos "frutos de ouro".[110]

Privilegiados pela posição em que se encontravam, comerciantes/produtores souberam retirar vantagens das oscilações da demanda externa, da variação de preços dos transportes, explorando os médios e pequenos produtores.[111] Formou-se, dentro da sociedade regional, um segmento único de atividade agro-exportadora, cujos interesses, mesmo sendo originalmente divergentes, se apresentavam articulados e baseados em práticas semelhantes.

A nova dinâmica da sociedade regional era um fato incontestável. Os diversos segmentos da sociedade concretizaram formas de associações, todas elas representativas de interesses específicos de cada grupo. Contudo, essas novas formas de pensar e agir não foram suficientes para dar à região, à sua sociedade, a representatividade e os retornos que julgavam merecedores. Daí muitas vezes ter acontecido o envolvimento ideológico de boa parte da sociedade na luta por medidas, cuja finalidade era beneficiar apenas uma minoria.

Dessa forma, a burguesia cacaueira tentou consolidar sua dominação, e percebia claramente que era necessário se fazer representar. A consolidação desse grupo, através da solidariedade das frações que o formavam, reafirmava-lhe a hegemonia em nível regional, e a capacitava como fração economicamente dominante na luta pelo poder com as frações burguesas, basicamente situadas no Recôncavo e em Salvador. A luta pelo poder político, a vontade de se transformar em classe hegemônica estadual se constituiu em meta prioritária dessa classe.

---

[110]FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro.Op. cit. p.112.

[111]Para Mills, as ocupações constituem um meio fácil e ostensivo de se chegar a uma compreensão da estratificação. Assim como as fontes de renda, as ocupações são ligadas à posição de classe. Mas também, são relevantes para posição de *status* e envolve certa relação de poder sobre outra pessoa/grupo. Assim, para compreender as ocupações que constituem qualquer camada social, devemos observar cada uma dessas dimensões correlatas. MILLS, C. W. *Poder e política*. p. 165.

Porém, apesar do seu poder econômico e sua influência nas questões políticas, a classe dominante local não conseguiu impor sua hegemonia no plano político estadual. De acordo com Décio Saes, essa foi uma característica marcante de regiões que vivenciaram as práticas coronelísticas devido ao que ele denominou de "adesismo do coronel". Segundo Décio, o coronelismo se transformava em uma *força preservadora*, na medida em que o coronel apoiava eleitoralmente as forças sociais que controlavam o Estado.

> É que, mais que contribuir para a *conquista* da hegemonia política por uma fração burguesa qualquer, o coronelismo desempenha um papel estratégico na preservação de uma hegemonia política já conquistada. Precisemos esse papel preservador: a vitória eleitoral para a qual contribui o coronelismo, tem o condão de legitimar, aos olhos das demais frações da classe dominante, a continuidade da hegemonia política de um fração determinada.[112]

Na região cacaueira, o vínculo com uma determinada fração da política estadual era legitimado mesmo por chefes políticos de posições contrárias, os quais, em algumas situações, apoiavam, localmente, o governo estadual. Esse tipo de compromisso fez com que o poder dos políticos da região ficasse relegado à esfera local, determinando sua fraqueza política em relação ao Estado central, já que aceitavam a condição de chefe político municipal.

Durante a primeira metade do século XX, um dilema se colocou para a classe dominante regional: quais os mecanismos que poderiam conduzi-la a uma participação junto às elites políticas do Estado, onde poderia expor de forma clara as suas reivindicações e mais, transformar as prioridades da burguesia cacaueira em pontos fundamentais da própria política de governo.

---

[112] SAES, Décio. *Estado e democracia*: ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, p. 99.

2.3 Bahia em 1930: profundas transformações

Estudar a década de 1930 é uma tarefa demasiadamente difícil, devido às profundas transformações sociais que ocorreram no Brasil e no mundo, as quais permearam de incerteza e esperança os anos subseqüentes. O episódio revolucionário tem como uma de suas expressões a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se tornou cada vez mais precário.

> (...) O agravamento das tensões no curso da década de vinte, a crise econômica de 1929, as peripécias eleitorais das eleições de 1930, propiciam a criação de uma frente difusa, em março/ outubro de 1930, que traduz a ambigüidade da resposta, à dominação da classe hegemônica: em equilíbrio instável, contando com o apoio das classes médias de todos os centros urbanos, reunisse o setor militar, agora ampliado com alguns quadros superiores, e as classes dominantes regionais. (...) Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder por força do colapso político da burguesia do café, e da incapacidade das demais facções de classe para assumi-la, em caráter exclusivo.[113]

Houve uma insatisfação nas camadas sociais médias dos grandes centros urbanos, conspirações permanentes de políticos e militares, repetidas greves de operários; estados ameaçando separar-se do conjunto federativo e coronéis fortalecidos nos municípios e áreas de domínio.[114]

Ao iniciar a década de 1930, a Bahia era um estado descapitalizado, e sob os efeitos de profunda crise econômica e social, agravada pelo caráter agro-exportador da economia baiana, que tornava o Estado dependente basicamente do imposto de

---

[113] FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 112-114.

[114] TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. revista e ampliada. Salvador: UFBA; São Paulo: UNESP, 2001 p. 378.

exportação. Não apenas na Bahia, mas em quase todas as unidades da federação o ambiente era de conturbação geral.

A instabilidade política, própria de situações pós-revolucionárias - mesmo em paises como o Brasil, onde a palavra revolução tem conotação peculiar - fora agravada pelas repercussões de crise econômica mundial de 1929, fazendo com que a inquietação atingisse a todas as classes sociais. Diante desse contexto, o governo provisório decidiu estabelecer interventores nos estados da federação, a fim de estabelecer prévio controle das atividades políticas e econômicas.

As classes dominantes da Bahia manifestaram-se contra a Revolução de 1930. As circunstâncias históricas contribuíram para fortalecer o arraigado conservadorismo baiano. A conjuntura política nacional e local, no processo de sucessão presidencial, justificava esta atitude. A transição governamental de 1930 conduziria a Bahia a uma posição de relevo no cenário político nacional, caso a chapa situacionista vencesse - Vital Soares, como vice, na chapa de Júlio Prestes. Como a revolução desfez esta perspectiva de acomodação e bem-estar, não houve porque as elites políticas estaduais aderissem a um movimento que desalojava seus membros mais representativos do aparelho do Estado. Em princípio, o único nome expressivo da política local que se identificou com os aliancistas foi o do ex-governador J.J Seabra. Contudo, rompeu com Getúlio Vargas e se juntou à oposição devido à tarefa que recebeu: punir os membros do governo deposto – Tribunal Especial. [115]

Os dois primeiros interventores foram civis: Leopoldo Afrânio do Amaral e Artur Neiva que pouco tempo passaram no poder. Após este período o jovem tenente Juracy Magalhães assumiu a interventoria. A nomeação de Juracy Magalhães fora objeto de restrições tanto por parte dos que se opuseram ao movimento de

---

[115] SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*: luta política e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000. p 25.

1930 quanto pelos que o apoiaram. Contra o recém-nomeado, levantaram-se três objeções: ser jovem, militar e cearense. Pela primeira vez, um indicado de fora da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica ou da Faculdade de Direito - Recife ou Bahia - era conduzido ao mais elevado posto da política baiana. Fato que atingia os brios da elite local, ciosa dos seus méritos e convencida de sua importância.

Com a indicação de Juracy, as heterogêneas facções baianas uniram-se na resistência ao seu nome. Na oposição aglutinaram-se J.J. Seabra, Otávio Mangabeira (ex-ministro de Washinton Luís), Pedro Lago (governador eleito em 1930), João Mangabeira (liderança política na região do cacau e ex-deputado), Miguel Calmon (ex-deputado), Ubaldino Gonzaga (ex-senador) e Simões Filho (ex-líder da maioria da Câmera Federal e proprietário do Jornal A Tarde).[116]

A escolha de Juracy Magalhães por Vargas assinalou a derrota dos interesses regionalistas e a vitória do sentimento de unidade nacional – vitória da nacionalidade sobre a regionalidade. Porém, tão logo iniciou seu governo, o interventor baiano percebeu, não somente, que os grupos regionais eram fortes e resistentes, como também, o quanto seria difícil sobrepujar a regionalidade em nome da unidade nacional. Levando em conta esse fato, Juracy Magalhães renegou o vago idealismo revolucionário e elegeu o pragmatismo como linha de conduta - não implementou reformas radicais e não se sentiu desconfortável com o retorno das velhas práticas políticas. Aos poucos ele preparou o terreno para fincar suas bases políticas, evitando, deste modo, que os políticos do antigo regime readquirissem a força perdida. Ao mesmo tempo concedeu o necessário para conquistar novos adeptos entre os membros da desorientada classe dominante local.

[116] Idem. p. 30.

> Sem falsos escrúpulos, o tenente Juracy Magalhães estabeleceu compromisso com os coronéis que a revolução teria expurgado do panorama político. Manobrando e negociando com os "carcomidos" como era desdenhosamente chamados pelos revolucionários os membros da elite deposta, Juracy assegurou a vigência de uma nova ordem na Bahia. Para tanto foi necessário permitir que os mal-definidos ideais revolucionários fossem absorvidos pelos profundamente enraizados componentes da sociedade oligárquica brasileiro.[117]

Dessa forma, para minimizar a hostilidade que sua nomeação provocara no seio da classe dominante, Juracy dirigiu seus esforços para ganhar o apoio dos chefes políticos locais. Procurou apoio de J.J. Seabra, Pedro Lago e João Mangabeira. Os dois primeiros resistiram às investidas e não aceitaram sua liderança. João Mangabeira, em princípio, aceitou negociar um compromisso político. Era pragmático, e considerava que qualquer ação contra o governo imposta à Bahia seria infrutífera naquele momento. Depois de prolongadas negociações, apresentou duas condições *sine qua non* para o seu apoio: o controle político de Ilhéus, município líder na produção de cacau, onde exercia larga influência política, e a presidência da comissão executiva do partido oficial a ser organizado.[118] Comprometido em ambas as questões, pois já tinha designado Eusínio Lavigne como seu representante para a região cacaueira, Juracy rejeitou as condições impostas por Mangabeira, não recebendo assim o apoio almejado.

Nessa busca de apoio político, Juracy não interveio diretamente nas disputas entre os chefes políticos. Recorreu à mesma tática usada por Seabra nos velhos tempos oligárquicos, dando aos contendores a aparência de neutralidade para, em seguida, apoiar, sem restrições, aquele que, sofrendo menos escoriações na peleja, se mostrasse mais apto para a luta política.

---

[117] SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação*: o Legislativo na Bahia na Segunda República, 1930-1937. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992. p. 76.
[118] Idem, p. 88.

O número de votos que o contendor pudesse garantir era elemento determinante de aptidão política.

O governo revolucionário tendeu à centralização, e as desigualdades sociais alargaram-se no decorrer do período. A autonomia concedida aos municípios não passou de letra morta. Foi um artifício usado pelo executivo para recuperar as bases do poder que a revolução solapara. Da mesma forma, o poder dos coronéis era mais aparente do que real.

As forças políticas, desalojadas do poder em decorrência da revolução, não esperaram para pressionar o governo provisório. Recuperar a autonomia política do Estado foi a aspiração que mobilizou a elite política baiana de 1930-1945. Organizaram-se como corrente política criando a Concentração Autonomista da Bahia e a Liga de Ação Social e Política – LASP. Estes agrupamentos aglutinaram-se em torno da campanha em favor da reconstitucionalização do país, lançando-se na campanha Constitucionalista de 1932, através da LASP, também apelidada de Liga dos Amigos de São Paulo. Como estratégia política, apresentaram candidatos nas eleições da Assembléia Nacional Constituinte, em 1933 e, nas eleições legislativas, em 1934, sempre fazendo oposição ao grupo do interventor Juracy Magalhães.

> O "autonomismo" transformou-se em bandeira de luta capaz de reunir diferentes facções locais, colocando lado a lado antigos adversários, velhas e jovens lideranças (...) Artigos, manifestos, moções, propostas de trabalho e palavras de ordem saíram da imprensa, da faculdade de direito, do instituto da ordem dos advogados da Bahia e chegaram às praças onde ex-comunistas, comunistas, socialistas, mas, sobretudo os liberais ligados á Concentração Autonomista da Bahia proferiram inflamados discursos a favor da "redemocratização". Na maior parte dos pronunciamentos consta os nomes de João Mangabeira, Luís Viana Filho, Nestor Duarte, Wanderley Pinho, Aliomar Barbeiro, Aloísio de Carvalho Filho, Nelson Carneiro, Orlando Gomes e outros que compuseram a elite intelectual local.[119]

[119] SILVA, Paulo Santos. Op. cit. p. 35-43.

Percebe-se que o “autonomismo”, nascido da necessidade de combater o projeto centralizador, terminou convertendo-se numa forte corrente política. Por trás da falta de um programa de ação havia, porém, a convicção de que a centralização política não interessava aos grupos regionais. Qualquer projeto político que desconsiderasse a preeminência da regionalidade estaria em desacordo com a “evolução histórica” do país – expressão do “autonomismo” enquanto corrente política.[120] Entre 1930-1945, manifestou-se com maior vigor porque o projeto nacionalista centralizador contrariava seus fundamentos e subtraía privilégios políticos dos grupos que se beneficiavam de uma estrutura de poder descentralizada.

> Durante a década de 1930 ocorreu uma reestruturação no quadro político municipal. Os chefes políticos conservadores se posicionaram contra o governo de Juraci Magalhães. O principal elemento utilizado no discurso oposicionista explorava o fato de o interventor ser cearense, um estranho sem vínculos com a política baiana. “A Bahia para os baianos” era o principal lema dos denominados autonomistas.[121]

No plano político regional, as transformações projetadas pela revolução, levou a uma desestruturação no quadro eleitoral, praticamente definido pelo grupo político do coronel Antônio Pessoa, o qual detinha a hegemonia do poder político local, desde a passagem do poder estadual para as mãos de J.J. Seabra, em 1912. No período eleitoral de 1930, o jornal “Correio de Ilhéus” - o qual tinha como diretor o próprio Antônio Pessoa, e como redator, seu filho Astor Pessoa - tinha uma coluna sob o nome “A Plataforma do Governo Júlio Prestes” que noticiava quase todos dias os planos da futura administração do candidato à presidência da República, deixando claro o apoio do jornal à chapa Júlio

---

[120] Idem, p. 72.
[121] RIBEIRO, André Luís Rosa.*Op. cit.* p.119.

Prestes-Vital Soares, chegando, muitas vezes, a tecer elogios ao candidato da situação, como nessa matéria que foi publicada dois dias antes das eleições de 1930:

> O Exmº. Sr. Dr. Júlio Prestes de Albuquerque não é já mera experiência: é força positiva, é expressão autêntica, é personalidade do escol brasileiro de homens naturalmente indicados para governar. Não se lhe argúi, sensatamente, logicamente uma incapacidade: tem larga visão, possui talento aprimorado, é dotado de várias qualidades administrativas. Eleger, pois, este homem para o alto posto da República, obra não será apenas de justificativa, mas de perfeita moral.[122]

Após as eleições, o mesmo jornal divulga o resultado dessas com a seguinte matéria:

> O memorável pleito: Ilhéus soube cumprir o seu dever, sufragando os candidatos nacionais. (...) Eis, de acordo com os respectivos boletins das dezesseis secções eleitorais do município, o resultado total do pleito de 1º de Março – 2º distrito:[123]
>
> Senador Federal: Dr. João Mangabeira – 5.014 votos
>
> Presidente:
> Dr. Júlio Prestes/Vital Soares – 5.001 votos
> Getúlio Vargas / João Pessoa – 13 votos
>
> Deputados Federais:

Candidato	Votos
Dr. Wanderlei Pinho	4.712
Cap. Corv. Alfredo Ruy	4.709
Dr. Antônio Pacheco Mendes	4.318
Dr. Joaquim Spinola	3.818
Dr. Salomão Dantas	3.227
Dr. Júlio Afrânio Peixoto	3.105
Dr. Antônio F. Muniz de Aragão	1.185

Sabe-se que muitos dos candidatos eleitos não chegaram a assumir o poder por causa da eclosão da revolução. Percebe-se,

---

[122] *Jornal Correio de Ilhéus*, 27/01/1930, p. 01.
[123] *Jornal Correio de Ilhéus*, 06/03/1930, p. 01.

também, que alguns deles, mais tarde, participaram da Concentração Autonomista da Bahia, a exemplo de João Mangabeira, Wanderlei Pinho e Afrânio Peixoto. O resultado desse pleito mostra a influência que tais políticos exerciam sobre a região cacaueira.

Foi nesse momento da história da região cacaueira da Bahia, diante de uma grave crise política e econômica, a qual abalou profundamente a estrutura da sociedade regional, que levantaram-se os primeiros ecos autonomistas, com o surgimento das primeiras idéias sobre um possível desmembramento. No mesmo ano, o "Correio de Ilhéus" publicou uma matéria que comentava sobre a organização política do Brasil, onde ficou bem explícita a posição do jornal em favor de um possível desmembramento de alguns estados da federação. A matéria, que ocupou quase toda a primeira página, assim dizia:

> (...) bem é que levemos na devida linha de conta a deficiência de nossa população em país de tão extensos limites territoriais (...) uma das coisas mais sérias do nosso ainda sensível atraso, assenta na desproporcional divisão das unidades federativas, de sorte que os estados lutam com as enormes dificuldades advindas da falta de equidade geométrica. Enquanto a Bahia, Minas-Gerais, Mato Grosso, Amazonas, Maranhão e Goiás, possuem largos territórios, outros, como os do sul, principalmente, são, nesse particular, melhor servido por ser absolutamente menores. Não será possível ou lógico, vermos nas circunstâncias em apreço a razão mesma de ser dos progressos formidáveis dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. A verdade, entretanto, é que em trato territorial relativamente grande, difícil se torna a perfeita administração, e, portanto, o progresso político social. Tomemos como exemplo à própria Bahia. Os municípios que ficam nas periferias se avantajam, crescem, evolucionam, ao passo que os outros lá do centro-sul, esquecidos nos rincões longínquos do sertão ou separados por distâncias recônditas da capital, permanecem quase sem vida, apáticos, retrógrados, miseráveis quase no bem dizer. (...) oportuno seria que atentássemos bem para esse artigo 4º da lei básica – a Constituição da República: "Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outros ou formar novos estados, mediante aquiescência das respectivas assembléias

> legislativas, em duas sessões anuais sucessivas e aprovação do Congresso Nacional". Que mantenhamos íntegros os menores e aqueles onde se manifestam o trabalho animador, as realizações eficientes, o progresso. Porém, repartamos os maiores. Não que tenhamos 42, como os EUA, porém, conquistemos 30 ou 33. Talvez, ou certamente, assim, tenhamos em breve um Brasil melhor.[124]

Esse posicionamento se intensificou após o movimento de 1930, quando Eusínio Lavigne foi nomeado para o cargo de prefeito municipal de Ilhéus, e as autoridades "pessoistas", depostas de seus cargos, sendo introduzidos na região políticos ligados à Aliança Liberal. Além da falta de representatividade política, os adeptos do separatismo justificavam seu objetivo denunciando a falta de compromisso do governo do Estado diante dos problemas econômicos regionais.

2.4 A "pobre / rica" Região Cacaueira da Bahia: prosperidade, crises, reivindicações, ICB e a CEPLAC.[125]

À proporção que se intensificou a vocação exclusiva para a monocultura do cacau na região, cresceu sua dependência em relação ao mercado externo, ao sabor de oscilações que fugiram inteiramente do seu controle. Depois da expansão inicial houve as primeiras crises (1913-1914) devido a vários fatores, entre eles, os fenômenos naturais e as oscilações do mercado internacional:

---

[124] Jornal Correio de Ilhéus, 18/01/1930, p. 01.

[125] A expressão "pobre região rica", proferida pelo sociólogo Selem Rachid faz alusão à grande riqueza gerada pela exportação de cacau e seus derivados em contraste com a situação de abandono e de pobreza em que vivia a maioria da população da região cacaueira da Bahia. C.f ASMAR, Selem Rachid. Sociologia da Microregião Cacaueira. Itabuna, Ba: Itagrafe, 1983.

> Naqueles anos, ou seja, quando da ocorrência dos primeiros sinais que indicavam a repetição das crises comuns às atividades monocultoras, a sociedade regional mostrava-se perplexa diante das dúvidas quanto às possibilidades da cacauicultura.[126]

No entanto, a lavoura, tal quais as outras atividades agro-exportadoras, sempre esteve ligada a processos rotineiros, técnicas agrícolas primitivas, sem o emprego de instrumento e técnicas de beneficiamento que favorecessem uma produção mais racional. Esse arcaísmo nas técnicas aplicadas à produção do cacau, além de tornar a lavoura mais vulnerável aos fatores físicos e climáticos e às doenças, vai provocar oscilações dos índices das safras colhidas e, conseqüentemente, nas exportações, como também, vai tornar o cacau baiano de má qualidade e com baixas cotações nos mercados consumidores.

Mesmo com todas as dificuldades, de 1890 até 1911, a Bahia deteve os primeiros lugares como produtora e exportadora de cacau nos centros de comércio internacional, só perdendo essa posição após 1911, quando a sua produção foi suplantada pelo Equador e colônias inglesas da África. Essa queda, porém, não significou a perda da posição de destaque como centro de produção do cacau, pois suas safras apresentavam índices altos e crescentes, como também, sua exportação:

> Essa posição de relevo explica o atraso, em parte, no desenvolvimento das forças produtivas nessa lavoura, visto que os produtores não sentiam necessidade de modernizar a produção, nem melhorar a qualidade do cacau comercializado, já que seu espaço como centro exportador estava garantido, pois a Bahia tinha nos Estados Unidos da América o mercado seguro para sua produção, quase toda comercializada com aquele país.[127]

---

[126] Idem, p. 104.

[127] VIANNA, Ialmar Leocádia. *A estrada de ferro Ilhéus-Conquista e a lavoura de cacau na Bahia.* DM - UFPE, 1986, p.68.

Quando a concorrência com os outros centros se tornou mais forte, os agricultores, a partir da organização e atuação do Sindicato dos Agricultores de Cacau de Ilhéus, fundado em 1920, começaram a apresentar ao Governo estadual reivindicações para munir a lavoura de uma infra-estrutura, solicitando melhorias nos transportes, criação de escolas agrícolas, estações experimentais, instrumentos que permitissem uma produção mais aprimorada e que resultassem no cacau melhor preparado para a concorrência com o mercado mundial.[128]

A ausência de meios de transporte mais rápidos e eficientes causava grandes transtornos à exportação do cacau. As dificuldades de transportes das áreas de produção, pela falta de estradas, constituíram um dos principais problemas da cacaicultura baiana, especialmente no primeiro ciclo de produção, 1890 – 1931. Tal deficiência nos transportes para comercialização interna intensificou a presença da figura do intermediário entre o produtor e o exportador. O intermediário funcionava como atenuante desse problema, facilitando o escoamento da produção. Porém, essa intermediação aumentava o custo de produção e reduzia a parcela de lucro do resultado final. Inácio Tosta Filho, comentando sobre o problema dos transportes no primeiro ciclo da produção de cacau na Bahia, afirmava que “o transporte representava, em certos lugares, de 40 a 50% do valor do cacau nos portos primários de embarque”.[129]

De acordo com o estudo feito por Ialmar Viana sobre a construção da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, o problema na construção dessa estrada serve de exemplo do privilégio dado às áreas próximas a Salvador, em detrimento do sul da Bahia:

---

[128] FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op. Cit, p. 119.

[129] TOSTA FILHO, Inácio *apud* GARCEZ. Angelina N. R. *Instituto de Cacau da Bahia:* meio século de historia. Salvador: ICB, 1981. p.14.

> Se fossem verdadeiras as explicações de que o Estado não tomou para si a construção dessa estrada devido a situação financeira do mesmo, que não lhe permitia investir sozinho na construção, ele não seria proprietário de ferrovias como a Estrada de Ferro de Nazaré e a Estrada de Ferro de Santo Amaro. Ambas serviam ao Recôncavo e áreas adjacentes e, embora apresentassem o movimento financeiro ligeiramente positivo, eram deficitárias, necessitando de constantes injeções de dinheiro público. [...] Ambas construídas em áreas que não tinham os mesmos atrativos econômicos do sul baiano.[130]

A situação se agravou em 1929, quando ocorreu uma súbita queda nas exportações, correspondente à grande crise que neste ano abalou o sistema capitalista mundial. Foi tão grave e intensa a depressão econômica que se abateu sobre a Bahia e, conseqüentemente, sobre a região cacaueira que o preço do cacau no mercado internacional - o qual em 1927 era de Cr$37$500 - caiu para Cr$14$000 em 1932, sofrendo uma baixa de 62%.

> É certo que a inconsistência da economia cacaueira em si, gerava um alto grau de vulnerabilidade às crises, notadamente ao nível da produção, que se apresentava como o setor mais fraco. O preço pago pelos produtores, nas diferentes conjunturas da crise, tem sido alto e foi encargo ainda mais pesado quando a lavoura o carregava com suas próprias forças, forças dispersas, sem qualquer apoio ou reconhecimento dos poderes públicos, ao menos no sentido de conceber retorno daquilo que a lavoura oferecia à economia do Estado.[131]

Analisando a conjuntura mundial dessa época, pode-se concluir que esse período foi muito delicado para a região Sul da Bahia, a qual sofreu os efeitos da dedicação exclusiva à monocultura do cacau, uma atividade econômica exercida até então aleatoriamente, sem uma política ou estratégia de ação que lhe conferisse unidade e força para enfrentar o jogo dos interesses

---

[130] VIANNA, Ialmar Leocádia. Op. Cit. p. 113.
[131] GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Op. Cit.* p. 26.

externos, em igualdade de condições, ou, pelo menos, com eficácia. Nota-se uma total indiferença dos órgãos oficiais, cuja atuação na região e sobre a economia do cacau, se prendia à cobrança de tributos, com os quais, aliás, conforme reconhecimento público unânime, equilibrava-se a vida econômica do Estado.

Entre o período de 1900 a 1930 verificou-se quase nenhuma intervenção de órgãos da administração pública — federal ou estadual — para oferecer um mínimo de assistência à lavoura do cacau. Nota-se que a conjuntura econômica, o constante descompromisso do governo do Estado, juntamente com o problema da representação política regional, foram fatores que consolidaram o surgimento das primeiras idéias separatistas na região cacaueira.

Na crise de 1929, a situação da região se agravou, justamente pelo fato de depender exclusivamente da demanda externa. Nos primeiros anos da década de 1930, todos os esforços foram canalizados para se criar um órgão que pudesse socorrer urgentemente a região da crise econômica em que se encontrava. Isso só aconteceu com a criação do Instituto de Cacau da Bahia – ICB, em 08 de junho de 1931.

> Desde o outro regime, ou dos dois últimos anos para cá, os agricultores cacaueiros, compreendendo seriamente as dificuldades maiores a que estão expostos, resolveram usar do direito legítimo de petição ao governo, solicitando para sua lavoura os benefícios e auxílios a que fazem jus os esforços imensos que eles tem despendido na formação dessa grande riqueza agrícola, infelizmente abandonada à sorte pelos poderes públicos. [...] O ponto de principal empenho da representação dos grêmios conservadores é a criação da carteira hipotecária nas agências do Banco do Brasil, afim de que a lavoura bahiana possa ficar desvencilhada das suas atuais dificuldades. [...] Aspiram prosperidade para a maior e lamentavelmente a mais abandonada das lavouras do Estado.[132]

[132] "*Diário da Tarde*", 14/01/1931, p. 01.

O ICB foi criado como uma associação cooperativa, que visava apoiar o produtor, através da assistência técnica e de empréstimos de longo prazo, tendo como um de seus objetivos estabilizar os preços do produto e expandir as exportações, controlando as vendas de cacau no mercado internacional. Essa intervenção do Estado na economia era uma resposta oficial à incapacidade da empresa privada em reduzir os efeitos catastróficos da grande depressão. Foi uma tendência observada na época em todo o sistema capitalista, que abrangeu também, as questões sociais. O intervencionismo estatal substituía o *laissez faire* vigente até à grande crise de 1929.[133]

No primeiro momento de sua criação, o Instituto de Cacau da Bahia procurou encontrar soluções para os problemas imediatos e mediatos da lavoura, propondo-se a colocar em prática os objetivos básicos da nova instituição, os quais consistiam numa ampla lista de propostas:

> Promover a prosperidade da lavoura do cacau; amparar os legítimos interesses dos lavradores; difundir os ensinamentos das técnicas moderna, relativos a cultura, trato e beneficiamento do cacau e aproveitamento dos subprodutos; desenvolver na região do cacau, novas culturas e indústrias (para evitar os males da monocultura); realizar pesquisas, análises e experiências, mantendo laboratórios e estações experimentais; promover a aquisição de máquinas, adubos, inseticidas, enfim, todo o insumo necessário ao desempenho de uma agricultura moderna; conceder empréstimos hipotecários a longo prazo; oferecer serviços de informações comerciais; construir e manter armazéns; participar da comercialização vendendo o produto que lhe for consignado pelos associados; atuar na área de infra-estrutura regional (notadamente transportes, comunicações, educação, higiene rural, etc.); e, finalmente participar, através de propostas e sugestões, da adoção de medidas definitivas ou emergenciais necessárias ao progresso e amparo da

[133] SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p. 69.

> lavoura e comércio da produção, isto é, participar da elaboração de política dentro da economia do cacau.[134]

Desde a data da sua implantação até o início da década de 1940, o ICB atendeu às reivindicações de interesse da lavoura do cacau, efetivando obras de infra-estrutura com ênfase na construção de estradas de rodagem, o que facilitou as condições de comunicação e escoamento da produção. Além disso, o instituto manteve um sistema de informações comerciais sobre as cotações de preços e promoveu a oferta de crédito através da Carteira de Crédito Agrícola. Essas medidas só foram possíveis por meio do empréstimo de Cr$10.000$000 (dez mil contos de réis) fornecido inicialmente pelo Banco do Brasil, para atender a cobertura de dívidas da lavoura, além da taxa de Cr$2$500 (dois mil e quinhentos réis) incidente sobre cada saco de cacau exportado.

Todas essas medidas foram essenciais, a partir do momento em que passou a vigorizar a economia cacaueira, ameaçada de colapso total da sua atividade produtiva, caso não fossem adotadas providências imediatas para solucionar ou amenizar a crise gerada pela grande depressão. Porém, foi sob suspeita que a burguesia cacaueira acompanhou os avanços do dirigismo estatal. O primeiro embate contra a atuação do ICB aconteceu quando foi anunciado o projeto do governo de fechar o porto de Ilhéus, principal município produtor de cacau, com a justificativa de melhor controlar as exportações. Com referência a esse episódio, o jornal “Diário da Tarde”, mesmo dando total apoio ao interventor estadual, criticou fortemente a possibilidade de se fechar o porto de Ilhéus:

> A insistência de que os diretores do Instituto de Cacau se armam para centralizar, na capital do estado, todos os serviços dessa organização de crédito, pretendendo criar ali o entreposto oficial com vantagens de armazéns gerais para

[134] GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Op. Cit.* p. 37.

> toda a produção do Estado está despertando ruidosos comentários, não somente na imprensa regional e dos órgãos representativos das classes conservadoras, mas também, da quase totalidade da imprensa da capital que não encara com louvor a deliberação, que parece "pynhônica" do diretor-presidente do Instituto. Felizmente não estamos sós nessa campanha em que nos empenhamos, defendendo os interesses da lavoura cacaueira. Na capital do estado, órgãos como "O Imparcial", "Diário de Notícias" e o "Diário da Bahia", estudando a questão, desaprovam convictamente o plano do diretor do Instituto, plano que, levado à realização, fará com que o governo do Estado aberre com seu poder discricionário para satisfação único de uma idéia de pseudobenefício que contraria e põem em revolta os pretendidos beneficiários.[135]

Diante de tantos reclames da sociedade regional, o diretor do Instituto, Inácio Tosta Filho, resolveu desistir de centralizar a exportação do cacau no porto de Salvador.

Antes de completar dez anos de fundado, o ICB sofre algumas reestruturações e é alvo de severas críticas quanto à sua atuação como órgão de defesa do cacau. A partir do Decreto-Lei Federal n.º 581, de 01 de agosto de 1938, o qual estabelecia "que nenhuma cooperativa poderia permanecer sob o controle ou dependência de qualquer entidade ou associação", a direção do instituto, à revelia do governo do Estado, reformulou o estatuto, o qual obteve aprovação do Decreto Federal n.º 5.640, de 10 de maio de 1940, retirando o ICB da subordinação estadual. Insatisfeito com a perda do controle do órgão, o Governo do Estado, através do Decreto n.º 11.861, de 27 de março de 1941, transformou o instituto em autarquia, sob a alegação de que "o instituto, como autarquia, resolve os problemas do cacau com mais presteza e critério do que como cooperativa".[136]

A transformação do instituto em autarquia promoveu a insatisfação dos cacauicultores, cujas associações preferiam a forma cooperativa, coerente, na opinião deles, com os objetivos iniciais quando da criação do instituto. A crescente ingerência do

---

[135] *Jornal Diário da Tarde*, 13/07/1931, p. 01.
[136] GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Op. Cit.* p. 38 e 39.

ICB na comercialização direta do cacau acabou também por desagradar aos produtores, que acusavam o instituto de permitir a prática da especulação do produto, desviando-se do seu objetivo principal. Além disso, reclamava-se do ICB se manter sediado em Salvador, reivindicando-se que suas ações deveriam ser concentradas na região.

> Por origem e finalidade, como se deduz das nossas palavras, o Instituto não podia nem pode empenhar-se em comercio de cacau, concorrendo com os compradores. A função do Instituto é representar todos os cacauicultores, na defesa da economia do cacau....Vitoriosa foi à idéia da consignação. Não só por justiça e equidade, como ainda comercialmente encarada, a posição do Instituto – comprador se diminuiria perante o Instituto consignatário. No caso do propalado lucro, do Instituto-comprador, será ele o resultado de uma especulação, que pode favorecer a uns lavradores, mas pode igualmente arruinar a maioria. Uns concorrerão com poucos para o aumento do patrimônio do Instituto, e outros, com o sacrifício maior das suas economias, diante de prementes necessidades, que os obrigam a vender, por qualquer preço, o seu cacau. Quase sempre verifica-se essa dolorosa ocorrência com o pequeno e médio agricultor.[137]

Deve-se observar que as reestruturações e reformulações da política do ICB, sugeridas e realizadas geralmente nos momentos de crise, revelam a ineficiência do instituto em promover um plano sólido que fosse capaz de atender às deficiências da lavoura cacaueira. Além do mais, internamente, o instituto se desgastava nas disputas políticas entre associados, crescendo o desprestígio do órgão de representação regional.

---

[137] Memorial elaborado através de uma assembléia geral pela Associação dos Agricultores de Ilhéus, e pelas demais associações de classe da região, e enviado ao então Governador da Bahia, Otávio Mangabeira, com cópia ao Presidente da Republica, Ministro da Agricultura, Diretor Geral do Conselho Federal do Comercio Exterior, Secretario da Agricultura do Estado, Presidente do Instituto de Cacau e Dr. Ignácio Tosta filho, solicitando a reestruturação do ICB. Publicado no Diário da Tarde, em 24/07/1948, n.º 5996, p.2.

> O ICB na verdade foi um instrumento novo, intermediário entre o Estado e a elite do cacau...Prova de sua importância, ou melhor, das possibilidades de acesso ao poder que nele viam os grupos dominantes, é toda a disputa que se estabelece em torno da diretoria do mesmo, das suas realizações, quando frações insatisfeitas desse mesmo grupo exteriorizaram posições contrárias, chegando a propor alternativas para o comportamento da referida entidade. Em anos posteriores a presidência do ICB será um cargo cobiçado e motivo de controvérsias — como se verá nos debates legislativos — esvaziando-se apenas após o advento da CEPLAC, quando a disputa atinge entidades de outro porte, passando a ser sustentada por outras bases, quando então o ICB, começa a funcionar como uma espécie de contraponto, um exemplo nostálgico para as frações da classe dominante, marginalizadas de um poder maior.[138]

Segundo José Haroldo Vieira, o ICB, desde sua criação, foi manipulado politicamente, não resistindo às pressões regionalistas, o que desencandeou num processo de deteriorização e falha dos seus objetivos originais, perdendo, assim, sua expressão como órgão recuperador da lavoura. Afirmou, ainda, que o descrédito do instituto esteve ligado às soluções imediatas dadas aos problemas da cacauicultura que continuaram ligadas *aos esquemas de crédito ou de preços, por serem mais rápidos e fáceis, esquecendo-se do fundamental, básico e permanente gerador de toda a economia agrícola – a planta*.[139]

Ainda em relação à criação do ICB, é preciso distinguir que, na dimensão política da história regional, a criação do Instituto de Cacau da Bahia não apresentou uma vitória das reivindicações dos plantadores/comerciantes, mas sim, um instrumento de dominação e controle do Governo estadual sobre a burguesia cacaueira, encampando uma reivindicação já existente. Se se atentar para os

---

[138] GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Op. Cit.* p. 79.
[139] VIEIRA, José Haroldo Castro *apud* GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Op. Cit.* p. 41.

nomes que foram indicados para a chefia do Instituto, vê-se que é raro um nome oriundo da região de produção.[140]

A conjuntura da II Guerra, como em todas as conjunturas de crise mundial, agravou ainda mais os problemas da lavoura do cacau, face ao processo de declínio da taxa de exportação do produto, que tinha como principal comprador os EUA. Os efeitos da crise se prolongaram por toda a década de 1950 e, diante da grave situação, nota-se um constante apelo aos governos estadual e federal para que se tomassem providências quanto aos antigos problemas regionais, intensificando-se as críticas e sugestões quanto à atuação do ICB.

Foi novamente num contexto de crise, da necessidade de se adotar medidas emergenciais que evitasse a paralização das atividades produtivas que o Governo Federal, através do Decreto Federal n.º 40.987, de 20 de janeiro de 1957, instituiu o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, e criou o Fundo Econômico Rural da Lavoura Cacaueira, dotado de um milhão de cruzeiros para oferecer o suporte financeiro à aplicação do plano. Para gerir e aplicar esse recurso foi criada a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauieira – CEPLAC, integrada por elementos pertencentes a diferentes órgãos públicos federais e estaduais, que já atuavam junto à economia cacaueira.[141]

Elaborada por Inácio Tosta Filho, a nova proposta seguia, em linhas gerais, a mesma proposta da criação do ICB, também elaborada por ele, nos inícios dos anos 30. Na sua justificativa de criação do Plano, Tosta Filho explicitava que,

---

[140] JANCSO, István. *Apud* VIANNA, Ialmar Leocádia. *A estrada de ferro Ilhéus-Conquista e a lavoura de cacau na Bahia*. DM (Mestrado em História), UFPE, 1986, p. 119.

[141] A Comissão Executiva, sob a presidência do Ministro da Fazenda, foi formada inicialmente por Inácio Tosta Filho, representante da Carteira do Comércio Exterior – CACEX; Sosthenes de Miranda, representante da Comissão de Financiamento da Produção; Wanderbilt Duarte Barros, representante do Ministério da Agricultura; e Joveniano Jardim, representante da carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

> Se tornava oportuno o abandono, entre nós, proverbiais medidas de emergência, de caráter todo transitório e ocasional, para lançarmos os fundamentos de uma obra econômica de maior profundidade e longo alcance, visando assegurar a continuidade daquela nossa fonte de riqueza em bases sadias, garantindo-lhe a possibilidade de enfrentar a crescente competição internacional, ao tempo em que, para tal, se começasse por regularizar a atual e desordenada situação financeira de um certo número de lavradores.[142]

Realmente, no primeiro momento a CEPLAC conseguiu normalizar e fortalecer o sistema de comercialização, através da intervenção da CACEX, que passou a exportar diretamente, obtendo, assim, melhores cotações do produto no exterior. Além disso, realizou operações financeiras para aliviar a situação dos lavradores, alcançando de imediato o equilíbrio entre os dois setores – produção e comércio. Ainda assim, nesse primeiro momento, a CEPLAC não definiu uma política estruturada capaz de imprimir novos rumos à economia do cacau, ficando as medidas concebidas sempre em caráter emergencial.

A execução de um programa mais amplo só foi possível a partir do Decreto Federal n.º 539 de janeiro de 1962, o qual estabeleceu uma receita permanente - recursos provenientes da retenção anual de 15% do valor da receita cambial do cacau exportado em amêndoas, e de 5% sobre a exportação de produtos derivados –, fornecendo à CEPLAC uma base financeira para operar eficientemente no amparo à lavoura. A partir desse momento, o órgão passou a desenvolver um programa integrado de desenvolvimento da tecnologia agrícola, com a execução de obras de fortalecimento da infra-estrutura regional, orientação ao sistema cooperativista do cacau, como instrumento de apoio à produção, assim como, a realização de estudos sobre a cacauicultura e a região, com levantamento básico de pedologia, geologia,

---

[142] GARCEZ, Angelina N.ºR. & FREITAS, A. F. Guerreiro de. *Op. Cit.* p.44.

fertilidade, e outros, visando dimensionar e avaliar as potencialidades regionais.[143]

Apesar de todo o surto de mudanças promovido pela CEPLAC, convém ressaltar que sua atuação não ocorreu em clima de compatibilização completa com as expectativas expressas regionalmente. Em muitas oportunidades, na sua fase inicial, acreditava-se pouco na sua continuidade e, questionava-se muito os seus objetivos, considerados paralelos aos do Instituto de Cacau da Bahia. De certo, na raiz de todo esse questionamento encontrava-se o jogo dos interesses regionais, inconformados com a transferência, para a esfera federal, do centro de decisões sobre os assuntos da cacauicultura. Além disso, houve muitas controvérsias em torno da criação do novo tributo - taxa de retenção – visto como mais uma forma de espoliação da economia regional.

Diante das tensões e contradições entre o ICB e a CEPLAC, surgiram várias propostas sugerindo a anexação da CEPLAC ao ICB e vice-versa. Alguns alegavam que “a fusão evitaria um duplo encargo para a lavoura que contribuía para os dois organismos, distintos na sua constituição, mas iguais nos objetivos”. Contudo, os grupos e órgãos de classes da região se contrapuseram, não conseguindo chegar a um denominador comum, o que resultou na permanências dos dois órgãos, atuando conjuntamente na região.

O ICB e a CEPLAC tornaram-se ambos alvos de disputa pelo poder por parte dos grupos regionais, gerando divergências de posicionamento quanto às medidas que se deveriam tomar nos momentos decisórios da economia cacaueira. Percebe-se que as associações e sindicatos que atuavam na região[144] pleiteavam uma

---

[143] Idem, p. 52.

[144] Nesse período atuavam na região como órgãos representantes dos interesses da cacauicultura, as Associações Comerciais de Ilhéus e Itabuna, fundadas em 1912 e 1908, respectivamente; o Sindicato dos Agricultores de Ilhéus, fundado em 1926; o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau – CCPC e a Associação Baiana de Indústrias do Cacacu - ABIC fundados após a criação da CEPLAC.

maior participação no poder, tornando-se críticos ou defensores dos citados órgãos, conforme a conjuntura e suas aspirações como grupo representativo. Analisando esse posicionamento, percebe-se que os próprios objetivos de classe não se encontravam ainda definidos, e essas atitudes refletiam a falta de solidariedade, coesão e coerência embutidas no seio da sociedade cacaueira.

Dessa forma, apesar do forte poder econômico, a classe dominante regional não conseguiu se fazer influente nas decisões políticas do Estado. Uma das causas desse isolamento político deve se situar mais na importância social e política dos grupos tradicionais vinculados ao setor açucareiro que se apropriaram do poder, através da constituição de um grupo dirigente que governava, segundo os interesses da sociedade canavieira.

De acordo com Consuelo Novais, entre 1935-1937, o Legislativo baiano era composto de 50 deputados. Apesar de o cacau ser o sustentáculo da economia baiana, a região cacaueira estava representada por apenas 06 deputados. Em contrapartida, o Recôncavo, apesar de ser uma região mais fraca em termos econômicos, estava representada por 13 deputados, funcionando, por força da capital também com 13 deputados, como centro de gravidade política.[145]

A “bancada do cacau”, denominação do grupo composto por deputados com vínculos na região cacaueira, atuou na Assembléia Legislativa abordando aspectos e questões referentes à economia cacaueira, enfatizando tanto sua importância para a economia baiana, como suas limitações. Porém, as intervenções parlamentares abordando questões referentes à produção estavam concentradas apenas nos momentos de crise, quando os apelos eram intensificados, havendo, por parte dos representantes, uma espécie de pânico, reproduzindo, por certo, os próprios interesses regionais, mencionando-se “ameaças de convulsão interna” e todo

[145] SAMPAIO, Consuelo Novais.Op. cit. p. 88.

um tipo de discurso que traduz bem os vínculos entre os políticos da região.[146]

A partir da segunda metade do século XX, a "bancada do cacau" foi perdendo sua expressividade, principalmente após a saída de alguns chefes locais que mantiveram, até então, uma forma de controle político regional.[147] A questão da representatividade regional ou a falta dela foi motivo de discussões, debates e declarações na imprensa local, na tentativa de elucidar a problemática da falta de liderança na região, como se percebe no discurso do então deputado Luiz Prisco Viana, publicado no Diário da Tarde:

> "Por falta de lideranças políticas representativas, portanto, fortes" – acrescentou o secretário nacional da Arena – "a Região não exerce hoje influência nas decisões políticas do seu interesse, seja no Estado, seja no País. Ela perdeu o peso que teve em outras épocas na política baiana, quando fazia Secretários de Estado, presidia a Assembléia Legislativa e tinha representantes com posições de relevo. Atualmente essa participação está reduzida ao nível de segundo e terceiro escalões, e de assessorias de pouca significação"... Para o Deputado Luiz Prisco Viana essa situação decorre, principalmente, da falta de uma consciência política regional que evite, por exemplo, a grande pulverização de votos que acontece a cada eleição. "Isto tem impedido que nos últimos quinze anos aqui aparecessem lideres políticos regionais de expressão, capazes de exprimirem, com a autoridade da representação regional as aspirações da zona cacaueira perante os Governos do Estado e da União".[148]

A dispersão dos votos foi um fenômeno que se acentuou e influenciou a escassa presença de representantes do sul do Estado à frente de cargos importantes da Administração Estadual. Ocorria

---

[146] GARCEZ, Angelina N.ºR. & FREITAS, A. F. Guerreiro de. *Op. Cit.* p.87.

[147] A morte de líderes regionais. como Eduardo Catalão, Gileno Amado, entre outros, marca o início da crise do poder da bancada do cacau, que. nas eleições de 1970 somente consegue consagrar dois deputados: Eliseu Cabral e Paulo Nunes.

[148] Debate entre o deputado Luiz Prisco Viana e estudantes de Direito e Administração da Universidade de Santa Cruz, publicado no jornal *Diário da Tarde*, em 10 de outubro de 1978, n.º 13.812, p. 1.

que políticos de outras regiões disputavam votos na região cacaueira, enfraquecendo, assim, os candidatos locais, fossem eles do MDB ou da Arena. Esse aspecto assumia maior gravidade no caso das eleições para a Câmara Federal, quando a região tinha dificuldade de eleger mais de um representante e, algumas vezes, ficava sem representação na esfera federal.

Nota-se que *a priori*, a questão fundamental para a classe dominante da região cacaueira era não expurgar o grupo tradicionalmente hegemônico do Estado, uma tarefa quase impossível, mas, estabelecer bases para um domínio em comum, única maneira de atender aos interesses das diversas frações da classe dominante estadual, através de um governo que tanto submetesse as aspirações divergentes das frações principais, como as demais classes que formavam a sociedade estadual.[149]

Outro fator, motivo de constantes reivindicações tanto ao governo federal quanto ao estadual foi a questão portuária regional. Sempre houve reivindicações por parte dos produtores/exportadores para que o governo promovesse obras de melhorias, com o aparelhamento e a modernização que possibilitasse a atracação de navios de grande calado. Algumas melhorias somente aparecem em 1926, quando é realizada a primeira exportação de cacau pelo Porto de Ilhéus, porém, cinco anos depois o jornal "Diário da Tarde" publica: "Os devidos impostos ficam no esquecimento e o porto de Ilhéus é um dos piores e mais abandonados do Brasil".[150]

Aliás, o problema portuário se tornou o centro das reivindicações regionais. Ao longo dos anos subseqüentes, percebemos intensos apelos aos governos estadual e federal, numa constante solicitação de melhorias ao principal escoadouro da região,

---

[149] FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Os donos dos frutos de ouro*. DM (Mestrado em História). FFCH/UFBA, 1979, p. 85.
[150] "*Diário da Tarde*", 08/05/1931, p. 01.

> E o porto de Ilhéus permanecerá abandonado? É certo que a outra notícia fala em melhoramentos propostos pelo Ministério da Viação. Fala-se também em encampação do porto. Há uma porção de boatos, mas o certo é que continuamos, apesar da importância econômica do nosso movimento portuário, sem dragagem, sem os melhoramentos anunciados... E é toda uma região produtora, certamente a mais importante da Bahia, que se serve de Ilhéus como seu principal escoadouro. Os órgãos da classe agrícola desta zona, liderados pelo Sindicato de Agricultores de Cacau de Ilhéus, numa representação dirigida ao governo da república, focalizaram, entre outras questões de interesse vital para a nossa lavoura, o problema do nosso porto, situando o num plano de relevância definitiva para a economia baiana, até certo ponto para a economia nacional. E é de crer que o fato causasse, como se anuncia que causou, a maior impressão no espírito do chefe do governo será que vêm por si melhores dias para o nosso porto, ou ficará naquela sombria notícia que não haverá mais dragagem?...Eis a indagação apreensiva que lança o público desta região, todos os que sinceramente defendem os altos interesses da nossa coletividade.[151]

Em novembro de 1940 o Departamento Nacional dos Portos e Vias Navegáveis – DPVN enviou uma comissão chefiada pelo engenheiro Ney Rebello Tourinho, para estudar a situação do Porto de Ilhéus, a qual se agravara de tal forma que nenhum navio de longo curso se arriscava a atravessar a barra para atracar nas pontes do porto que se situava na bacia do Rio Cachoeira. Diante dessas circunstâncias, o cacau era embarcado nos navios que ficavam ancorados ao largo, através de alvarengas, ou em caminhões conduzidos para embarque pelo Porto de Salvador.[152]

Em 1942, o relatório foi concluído e entregue às autoridades responsáveis e à Cia. Industrial de Ilhéus, concessionária do porto. O relatório definia que as instalações portuárias deveriam ser abandonadas, e deveria ser criado um porto artificial em mar aberto. Em 1962, começaram definitivamente as obras de construção do novo porto na Enseada do Malhado. Porém, somente em 1971, após 31 anos, foi inaugurada a primeira etapa

---

[151] Jornal "*Diário da Tarde*", de 11/01/1940 n. 3483, p. 01.

[152] ALMEIDA, Manoel C. de. *Porto de Ilhéus, etc., etc,. etc*. São Paulo: Edições GRD, 1996. p. 38.

do Porto do Malhado, com a atracação da primeira embarcação, a "Corveta Ipiranga". Vale ressaltar que esta primeira etapa só conseguiu ser finalizada mediante recursos provenientes do BNDE – Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, já instalada na região.[153]

Cabe salientar que no mesmo período em que equipava o Porto de Ilhéus, construía-se também o Porto de Aratu, em Salvador. Vista como prioridade para o desenvolvimento regional daquela área e do Centro Industrial de Aratu, a construção do novo porto passou a representar uma obra prioritária para o Governo do Estado. No ano de 1971, os trabalhos tiveram início, momento em que o DNPV aprovou o projeto estrutural, de acordo com a resolução nº 8495/71. Em 1975 foram inauguradas as primeiras obras no Porto de Aratu, as quais estiveram sob o controle da Secretaria das Minas e Energia do Estado da Bahia e Superintendência do Centro Industrial de Aratu, até o ano de 1977, quando foi constituída a CODEBA, a qual passou a administrar todos os portos da Bahia.

Na comparação da trajetória de construção desses dois portos – o de Ilhéus que levou 37 anos e o de Aratu, que em apenas 04 anos já inaugurava suas primeiras obras - percebe-se a razão de tantos protestos por parte dos políticos e das entidades de representação regional, quando alegavam que suas reivindicações por melhorias na infra-estrurura eram preteridas, em favor das regiões próximas à capital do Estado, afirmando que os impostos gerados pela região cacaueira eram utilizados para financiar as obras da região metropolitana, enquanto que "o sul da Bahia carece de assistência do estado, do auxilio do estado, pois

[153] Sobre a trajetória de construção dos Portos da Bahia, ver ROSADO, Rita de Cássia S. C. *Cronologia Portos da Bahia.* Salvador: Companhia das Docas do Estado da Bahia, Centro de Documentação, 1987.

não se justifica, Sr. Presidente, que, quem tanto dê, nada tenha até hoje obtido de quem tanto tem recebido!”[154]

De fato, a maior parte dessas aspirações e reivindicações não se transformaram em realidade, aumentando ainda mais a insatisfação regional diante da falta de prestígio político e justificando a elaboração de um projeto que tornaria a região independente do Estado da Bahia, criando um novo Estado dentro da Federação.

[154] Discurso proferido pelo deputado estadual Expedito Cruz à Assembléia Legislativa da Bahia, publicado no *Jornal Diário da Tarde*, em 03/05/1948, n.º 5.930, pp. 1-4.

III CAPÍTULO

OS MOVIMENTOS SEPARATISTAS BAIANOS

3.1 A crise na federação brasileira

A discussão sobre o federalismo brasileiro reapareceu nas últimas décadas do século 20 sob o vício de um discurso antiautoritário voltada para a reforma constitucional. Segundo Fiori, o federalismo surge como sinônimo direto de descentralização e redemocratização e "a forma em que se desenvolve a barganha ou negociação federativa obedeceu ao jogo de interesses imediatos privados, muito mais do que a qualquer princípio ou modelo constitucional".[155]

O processo de descentralização no Brasil foi realizado sobre um frágil pacto federativo, assistido por um intricado sistema de trocas, muitas vezes, implícitas centradas basicamente nos fundos públicos, tornando-se responsável pela soldagem de interesses regionais e pela constituição de um espaço nacional de poder[156]. Dessa forma, o governo central mantinha alianças e acordos extremamente diferenciados para manter o equilíbrio entre as unidades da Nação, conservando, assim, a heterogênea base socioeconômica e política dos territórios brasileiros.

---

[155] FIORI, José Luís. "O federalismo diante do desafio da globalização". In: *A federação em perspectiva:* ensaios selecionados. AFFONSO, R. B. A.; (Org.) São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 23.

[156] AFFONSO, Rui de.B.Alvares. "A federação no Brasil: impasses e perspectivas" In: *A federação em perspectiva*: ensaios selecionados.Op. Cit. p. 69.

De acordo com Affonso, a fragilidade do pacto federativo e os também frágeis pactos territoriais fizeram emergir a crise federativa, gerada principalmente pela desigualdade de aplicação dos recursos nas regiões e estados, desencadeando um conflito baseado nas disputas por recursos tributários, disputa esta que alcançou várias dimensões no âmbito do aparelho estatal e da representação política.

A iniciativa, na década de 1970, de se criar uma comissão que proporcionasse uma melhor redivisão territorial do Brasil já demonstrava a crise na federação brasileira. O surgimento de vários projetos de criação de novos estados seria impulsionado, além de outros fatores internos, pela circunstância da elaboração da Constituinte de 1988, quando alguns congressistas perceberam a oportunidade de apresentarem projetos emancipacionistas, abrangendo algumas áreas do território brasileiro. Deve-se salientar, contudo, que a maioria dos projetos apresentados na Constituinte de 1988 foram derivados das discussões proporcionadas pela Comissão de Redivisão Territorial e Demográfica do Brasil, criada em 1976.

As áreas que se pretendiam elevar à categoria de estado geralmente situavam-se em unidades com grandes extensões territoriais – como, por exemplo, Bahia, Goiás, Minas Gerais, entre outros. Outra questão é que a maior parte destas áreas candidatas a um desmembramento tinha como suporte uma atividade econômica forte, o que lhes possibilitariam, em princípio, prover os recursos necessários para a manutenção do novo estado, além de oferecer sustentabilidade ao pleito.

De certo, a maioria das propostas de criação de um novo estado estavam pautadas basicamente em três elementos: o tamanho do território e a dificuldade de administrar estas vastas áreas; o desenvolvimento que o desmembramento traria às regiões que se sentem abandonadas pelos governos estadual e federal; e a nova representação política que o lugar passaria a

ter, pois o desenvolvimento já atingido tornava-o merecedor de um novo *status* político.

A concretização de alguns projetos de criação de novos estados provocou uma maior alocação de recursos para a área desmembrada, através da implantação de serviços e a realização de obras que dinamizaram uma população expressiva. Como experiências bem sucedidas, observamos a implantação dos estados do Mato Grosso do Sul, em 1979, e Tocantins, em 1988, únicas regiões que tiveram seu pleito atendido, de todos os projetos apresentados e discutidos entre as décadas de 70 e 80 do século XX.

Um dos argumentos utilizados pelo Governo Federal para justificar a criação do Estado do Mato Grosso do Sul foi a diferenciação ecológica – com o norte coberto em grande parte por florestas e fazendo parte da Amazônia Legal, e o sul formado basicamente por campos - alegando que o Estado do Mato Grosso possuía uma grande extensão territorial e uma diversidade econômica, social e geográfica que dificultava sua administração. Por ocasião da divisão territorial, em 1979, temia-se que apenas o Estado do Mato Grosso do Sul mantivesse o surto de desenvolvimento, intensificado na década de 1970.

Porém, no ano de 1984, sete anos após o desmembramento, a área plantada do Estado do Mato Grosso cresceu em um ritmo 30% maior, em comparação ao ano anterior, passando a ocupar 1,3 milhão de hectares. Nesse mesmo ano a produção estadual de grãos chegou a 2,3 milhões de toneladas, com a soja respondendo por mais da metade do total.

Na condição de terceiro maior estado brasileiro, o Mato Grosso tornou-se um importante pólo de migração nos anos 1990 do século passado e, com o desenvolvimento da agroindústria cresceu, nessa década, em ritmo superior a média

nacional.[157] Esses dados demonstram que apesar de ter sido criado a partir da porção menos rica do antigo estado do mesmo nome, a divisão territorial representou um impacto positivo sobre sua economia, especialmente na agricultura, quando o Mato Grosso, superando as expectativas iniciais após sua criação, passou a apresentar sucessivos recordes na produção de soja e algodão, situando-se entre as mais prósperas unidades da Federação.

Após a separação, o Mato Grosso do Sul, com sua forte tradição agropecuária, tornou-se o estado de maior crescimento econômico da região Centro-Oeste, crescendo a um ritmo 25% mais acelerado que a taxa média acumulada do Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – IPEA. A agricultura, que é mais desenvolvida no leste do estado, foi favorecida pela proximidade com a agroindústria e os mercados consumidores do Sul e do Sudeste, sendo que as culturas voltadas para os mercados nacional e internacional também apresentaram grande desenvolvimento, que pode ser atribuído ao processo de modernização, às políticas de incentivos fiscais e à redução do custo da mão-de-obra em curso no Estado.[158]

Na análise comparativa entre o Mato Grosso e o então criado Mato Grosso do Sul, percebe-se que, com a divisão territorial, este último tomou a dianteira em termos de desenvolvimento sócioeconômico, em relação ao irmão do norte. No entanto, o Mato Grosso que, com a formação do novo estado ficou com a parte menos rica, obteve um desenvolvimento econômico significativo, muito além, proporcionalmente, ao desenvolvimento alcançado antes da divisão.

---

[157]Dados retirados do estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, o qual analisou os 17 projetos de decreto legislativo propondo criar um novo estado ou território, que até junho de 2003 tramitavam no Congresso Nacional. C.f. DUARTE, Ana Tereza Sotero. *Divisão territorial em estados brasileiros:* benefícios e perdas para o Estado de origem e perspectivas para os novos estados. Estudo Consultoria Legislativa, junho/2003.

[158] Idem, p. 8.

Já o Estado do Tocantins - criado no final da década de 1980, através do dispositivo constitucional, Art. 13º do ADCT, da Constituição de 1988 – foi uma antiga aspiração da região norte do Estado de Goiás, a qual reivindicava sua autonomia desde a época do Império. A luta pela emancipação foi intensificada no século XX e tornou-se o principal objetivo do deputado Siqueira Campos, que, antes de conseguir a vitória na Constituinte, já havia apresentado a proposta por diversas vezes ao longo dos seus 18 anos como deputado federal.

Após separado do estado de Goiás, o Tocantins ficou na condição de estado mais pobre da Federação, apesar de possuir um rebanho de 6,5 milhões de reses, produzir 2,5 milhões de grãos anualmente e contar com depósito de bauxita, calcário, cassiterita, gesso e ouro. Contudo, já no final da década de 1990, o recém-criado estado tinha o PIB de 7,82%, em média, evoluindo a um ritmo três vezes maior que o Brasil, e seu IDH de 0,587 colocou o Tocantins no 19º lugar entre os estados brasileiros, situação mais favorável que a dos estados nordestinos em geral.[159]

Analisando a criação desses dois últimos estados da federação brasileira – Mato Grosso do Sul e Tocantins – nota-se que, embora a criação de um novo estado represente um pesado ônus para os cofres públicos em sua fase inicial, a divisão proporcionou uma mudança substancial no perfil econômico e social dessas áreas, apresentando um crescente desenvolvimento das atividades econômicas ali já existentes.

Os impactos da crise na federação brasileira também afetaram o Estado da Bahia, que nas últimas décadas do século XX fora alvo de projetos emancipacionistas, com a apresentação de dois projetos de criação de novos estados: o Estado de Santa Cruz, objeto principal dessa dissertação, e o Estado do Rio São

[159] Idem p. 10.

Francisco, o qual ainda tramita no Congresso Nacional.[160] A justificativa comum na apresentação desses dois projetos recaiu sobre a mesma questão: a dificuldade de se administrar um estado com grande extensão territorial, o que deixava algumas áreas à margem de investimentos por parte do Governo estadual. Outro fator comum aos dois projetos é que tanto o projeto de criação do Estado de Santa Cruz, quanto o projeto de criação do Estado do São Francisco tiveram origem em regiões que se tornaram importantes pólos agrícolas e desenvolveram uma dinâmica própria a partir da atividade econômica predominante.

A Bahia, com grande extensão territorial, tornou-se um estado onde se desenvolveu uma notável diversidade cultural e econômica entre as suas regiões. A configuração regional baiana começaria a ser completamente modificada a partir da construção de estradas de rodagem, que, após os anos 1930, se transformaram na alternativa mais viável para os transportes.

A abertura de estradas, associada à aceleração do processo industrial brasileiro proporcionou o surgimento de uma nova espacialização, uma outra regionalidade, contribuindo para outras formas de integração inter-regional. Além disso, outras mudanças como a expansão ou redução da área cultivada, a concorrência exercida por novos mercados e o emprego de novas tecnologias – irrigação, barragens, hidrelétricas –

[160] Projeto de Decreto Legislativo nº 631, de 1998, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), substituído pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 384/2003, por motivo de correção na legislação defende a divisão de 35 (trinta e cinco) municípios do Estado da Bahia, para a formação do Estado do Rio São Francisco, sendo criada mais uma Unidade Federada. Argumenta o autor que a região do futuro Estado do Rio São Francisco – o oeste baiano – teria sua área territorial de 174.298 Km2, com população de quase um milhão de habitantes e grande produtora de soja, algodão, milho, dentre outras culturas; apresenta um grande potencial de recursos naturais que podem transformá-la em grande produtora, com benefícios para seus habitantes e para todo o país. Justifica ainda que a diminuição da distância entre governantes e população é o primeiro passo para articular as diversas regiões do País, integrando-as aos centros mais dinâmicos e desenvolvidos. *Anais do Diário do Congresso Nacional* - Parecer da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – CAINDR, 10 de novembro de 2003.

contribuíram também para a formação de um novo espaço regional.[161]

De acordo com Guerreiro de Freitas, a partir desses fatores as diferentes regiões baianas passariam a ter um outro formato, estabelecendo outros vínculos, constituindo-se não mais um espaço articulado, pensado e desenvolvido em torno da sua capital - Salvador. Assim, em função dos meios de transportes e comunicação disponíveis, cada região situou-se no todo do espaço baiano, integrou-se ou desintegrou-se, mantendo uma originalidade decorrente das várias combinações locais e de suas relações com o exterior.

Dessa forma, as regiões distantes da capital Salvador e principalmente aquelas situadas em fronteiras com estados vizinhos da Bahia construíram com esses estados, não somente relações econômicas, avançando também no plano político e cultural, influenciando nos hábitos e costumes regionais. Assim, percebe-se que nessas regiões limítrofes o baiano fala, veste-se e se alimenta muito mais semelhantemente ao vizinho mineiro, goiano, pernambucano, piauiense, capixaba e sergipano, construindo, assim, uma nova regionalidade e transformando a Bahia em um estado em pedaços.[162]

Em razão dessa heterogeneidade do território baiano e da distância do centro de decisão estadual, algumas dessas regiões percebiam o estado somente como representação do fisco e da justiça, considerando-o como um usurário cobrador de impostos, sem fornecer contrapartidas proporcionais ao que arrecadava na região.

Observa-se que as questões apresentadas e outros fatores de origem interna influenciaram, em algumas regiões baianas, o desenvolvimento de um sentimento autonomista e,

---

[161] FREITAS, A. F. Guerreiro. "Eu vou para a Bahia": a construção da regionalidade contemporânea. *Revista Análise e Dados.* SEI, v.9, n. 4, Salvador/BA, março/2000. p. 24-37.
[162] Idem, p. 34.

consequentemente a elaboração de propostas separatistas, como foi o caso da região cacaueira da Bahia e da região do Médio São Francisco.

3.2 Estado de Santa Cruz: utopia ou realidade?

Mesmo com os freqüentes apelos regionais, nos primeiros anos da década de 1930 não formulou-se propostas separatistas concretas. O que se pode considerar, por ter chegado mais perto disso entre as décadas de 1930 a 1960, foi o projeto de Eusínio Lavigne, criado em 1941 e publicado em seu livro "Regionalismo e problemas correlatos", onde propõe um reajustamento territorial do sul-baiano:

> Integrado nas necessidades do sul da Bahia e, principalmente, na região tributária do porto de Ilhéus, advoguei, como prefeito dessa cidade, em apelo ao governo da União, um novo reajustamento territorial na divisão administrativa do Brasil, na qual se contemplaria o sul-baiano, como departamento de várias divisões regionais, dada a importância de suas rendas, do seu solo ubérrimo, da sua população crescente, da sua expansão comercial e agrícola e da sua capacidade autonômica. (...) O progresso de Ilhéus, comparado ao de outras cidades cacaueiras, deve-se mesmo, em grande parte, ao seu comércio com o Sul do país, e, portanto, à influência de tais relações. A grandeza política e administrativa dos grandes Estados, se enfraquece ação política da União, enfraquece também as iniciativas dos municípios, desanimados diante da desvitalização dos municípios sob as tenazes da compressão estadual. Um dos mais sérios problemas, portanto, do sul da Bahia é a sua falta de autonomia administrativa, em departamentos e regiões.[163]

O movimento separatista na região cacaueira só obteve sua concretização em 1978, quando o deputado federal Henrique Cardoso Weyl e Silva apresentou o projeto de Lei Complementar

---

[163] LAVIGNE, Eusínio. *Regionalismo e problemas correlatos (Redivisão territorial do Brasil. O que seria o ginásio de Ilhéus. Pensamento socialista*). Salvador: Tipografia Ita, 1955. p. 6 -7.

n.º 194, que determinava a criação do Estado de Santa Cruz pela separação de alguns municípios do sul e sudoeste baiano e pela anexação de outros municípios do norte de Minas Gerais. Em 1985, o projeto foi reapresentado pelo então deputado federal Fernando Gomes de Oliveira, através do Projeto de Lei Complementar n.º 253, contudo fazendo algumas alterações como versaremos adiante.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil estava sofrendo algumas reestruturações políticas e sociais, lutando pela abertura política, pela redemocratização e pelo voto direto e universal. Além disso, havia uma comissão no Congresso Nacional que estudava a possibilidade de uma redivisão territorial do Brasil, com a justificativa de que "*era preciso dividir para melhor administrar*". A referida comissão influenciou na idéia de criação do Estado de Santa Cruz, visto que o autor do Projeto de Lei Complementar que determinava a criação do novo Estado era Relator-Geral da Comissão de Redivisão Territorial do Brasil.[164]

Tanto o projeto apresentado em agosto de 1978 por Henrique Weyl Cardoso e Silva, quanto o projeto apresentado por Fernando Gomes de Oliveira em 1985, basearam-se na Lei Complementar n° 20, de 01 de junho de 1974, norma pragmática que regulamentava o art.º 3.° da Constituição Federal de 1967, dispondo sobre a criação de estados e territórios, a qual atribuia poderes aos Congressistas de pleitearem a redivisão territorial do país. Na verdade, o projeto de criação do Estado de Santa Cruz foi elaborado e redigido pelo deputado Henrique Cardoso e Silva, autor da proposta. Em 1985, o deputado Fernando Gomes simplesmente reapresentou o projeto com algumas modificações quanto à quantidade de municípios. Assim, no que tange ao conteúdo sobre a justificativa, abordagem de aspectos econômicos e organização geral do novo estado – poderes executivo, legislativo e judiciário – os dois projetos são idênticos.

---

[164] NEVES, Maricélia C. M. *A Idéia da criação do Estado de Santa Cruz:* análise do projeto de Lei nº 194. Monografia de Graduação - Curso de História. DFCH/UESC, 2002.

No cerne da justificativa do projeto de criação do Estado de Santa cruz percebe-se que o fundamento para a criação do novo estado recai sobre a questão da grande extensão territorial do Estado da Bahia e a conseqüente carência administrativa que algumas áreas do território baiano sofriam, aliada à falta de aplicação de investimentos por parte do governo estadual nessas áreas, como podemos perceber na citação abaixo:

> No caso específico do Estado de Santa Cruz, sentimos que a parte territorial que fica enquadrada no seu bojo já poderia ter tido uma dinâmica mais atuante, gerando o desenvolvimento tão almejado pela sua gente, que atua individualmente, sempre à espera da solidariedade governamental que precisa chegar. Os trabalhos de base, nas áreas de educação, transporte, saúde, industrialização, alimentos, alimentos, agricultura, pecuária, padecem dos estímulos governamentais, certamente pela imensidão da área global da Bahia, que coloca o seu Executivo em deficiência de atuação transferindo preferências mais das vezes prejudiciais à equidade de tratamento, sem equilíbrio de aplicação das próprias rendas geradas nas diversas áreas.[165]

Na abordagem sobre os aspectos econômicos que sustentariam os dois estados – o da Bahia e o de Santa Cruz – após o desmembramento, o projeto justifica que a Bahia ficaria com extraordinária posição criada pela indústria petroquímica e tudo quanto de "*royalties*" pudesse fornecer o seu petróleo, somado às indústrias já existentes. Assim, o Centro Industrial de Aratu, na época em ascensão, colocaria a Bahia na posição almejada de estado industrial, descentralizando a área agressiva e compacta que se estabeleceu no Sul do Brasil. A sua agricultura e pecuária lhe dariam respaldo aos recursos alimentícios, sobressaindo o feijão de Irecê e municípios vizinhos, com um plantel bovino de alta linhagem.

---

[165] Projeto de Lei Complementar n.º 194, que dispõe sobre a criação do Estado de Santa Cruz. DCN 24/08/1978 p. 7084, col. 02.

Quanto ao novo estado, o produto básico da economia seria o cacau, lavoura que gozava, naquele momento, de uma ascensão dinâmica no interesse de ganhar a primeira posição mundial. Segundo o projeto, a infra-estrutura ceplaquiana seria pólo de orientação ao seu desenvolvimento. Outras fontes econômicas seriam a pecuária, com matrizes e reprodutores nas microrregiões de Itapetinga e Vitória da Conquista, e o café, que seria outro produto que, uma vez já implantado em Vitória da Conquista e Barra do Rocha, abriria horizontes promissores ao desenvolvimento dessa nova lavoura na região, a qual teria no porto de Ilhéus o seu escoadouro natural. Para o autor do projeto, "a divisão iria proporcionar a eqüidade de aplicação de recursos gerados nas próprias áreas, servindo a ambos os Estados, que, desta maneira, solucionariam seus problemas, sem as queixas normais de desvios dos investimentos".[166]

A principal diferença entre os dois projetos é que a proposta de 1978, de Henrique Cardoso e Silva, consistia em dividir o Estado da Bahia, agregando 153 municípios baianos e 12 municípios mineiros, cedendo 07 municípios baianos ao Estado de Minas Gerais:

> Dentro dessa aspiração baiana colocamos também outra mineira, dando a Minas Gerais a condição de Estado Atlântico, incluindo 07 municípios do extremo sul da Bahia na área do Estado de Minas Gerais e, em contrapartida, colocando 12 municípios da Microrregião de Almenara dentro do novo Estado a ser criado, o Estado de Santa Cruz. Portando, duas aspirações antigas numa solução moderna: criação do Estado de Santa cruz e a posição marítima para o Estado de Minas Gerais.[167]

Contudo fica então uma pergunta: por que doar a Minas Gerais 07 municípios do extremo sul baiano, dando a oportunidade

---

[166] Projeto de Lei Complementar n.º 194, que dispõe sobre a criação do Estado de Santa Cruz. DCN 24/08/1978 p. 7085, col. 02.

[167] Pronunciamento do Deputado Henrique Cardoso em sessão da Câmara dos Deputados, DCN 29/08/1978 p. 7321, col. 02.

desta chegar ao Atlântico, em troca de alguns municípios do norte mineiro, região mais pobre do estado? Na 45ª legislatura, período que vai de 1975 a 1978, a bancada da Bahia era composta de 26 deputados e a bancada de Minas Gerais, de 37, regulado pela Resolução n.º 8.750, de 28/07/1970, do TSE. O que se pode concluir é que houve uma negociação por parte do deputado Henrique Cardoso com a bancada mineira que, em troca do apoio ao Projeto, receberia os municípios que possibilitaria a chegada do Estado de Minas Gerais ao mar.

De acordo com o projeto de 1978, dos 336 municípios que compunham o Estado da Bahia, 153 passariam a pertencer ao novo Estado, que teria uma extensão de 226.053 km², pertencentes as seguintes microrregiões assim dividas pelo autor: “Cacaueira”; “Chapada Diamantina Meridional”; “Chapadão do Rio Corrente”; “Encosta do Planalto da Conquista”; “Microrregião de Jequié”; “Médio São Francisco”; “Pastoril de Itapetinga”; “Planalto da Conquista”; “Serra Geral da Bahia”; “Tabuleiros de Valença”; (Ver Mapa 01 – p.111)

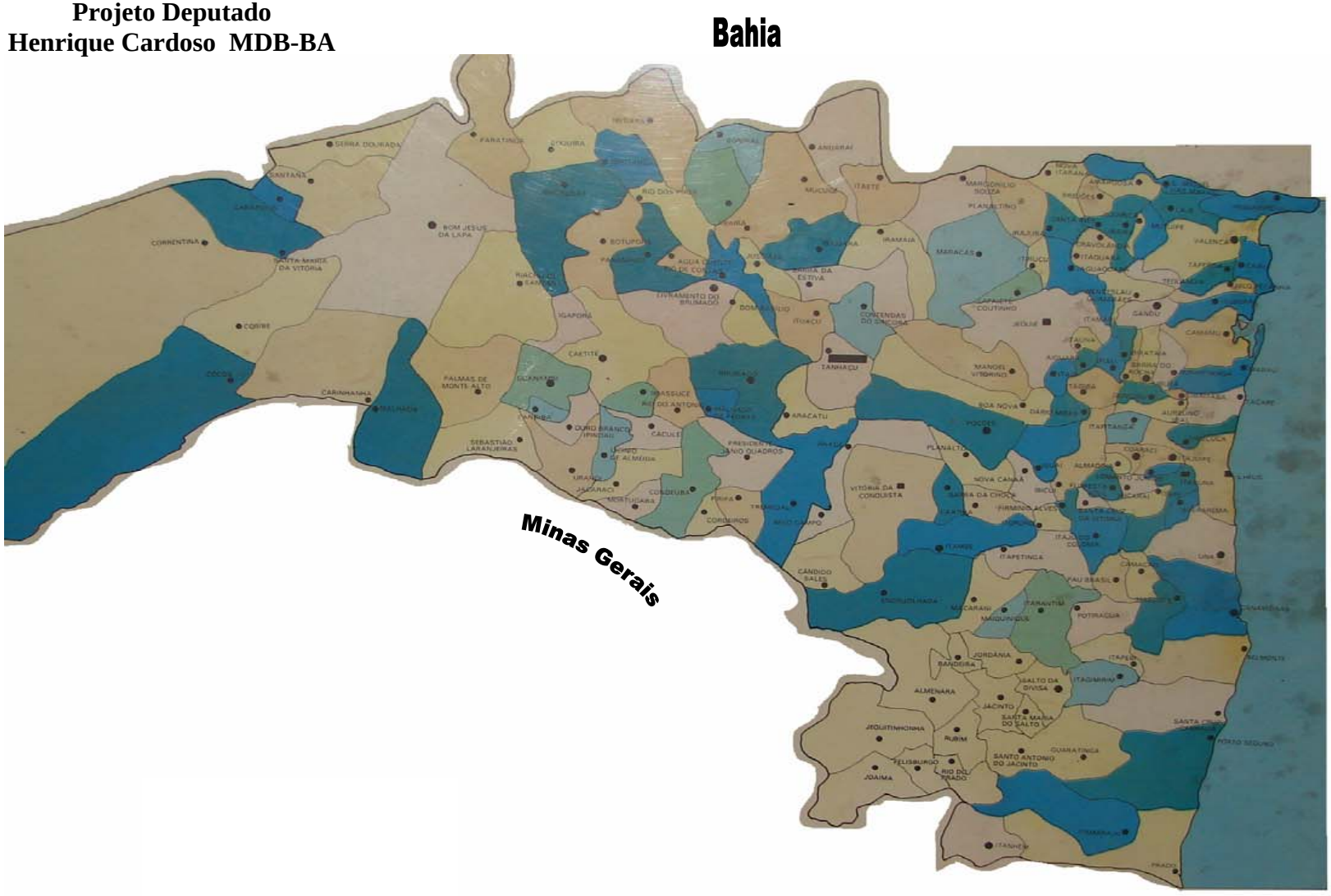
No mesmo sentido, as microrregiões “Interiorana do Extremo Sul da Bahia” e “Litorânea do Extremo Sul da Bahia”, teriam de se incorporar ao Estado de Minas Gerais, constando dos seguintes municípios: “Ibirapuã”; “Lajedão”; “Medeiros Neto”; “Alcobaça”; “Caravelas” e “Nova Viçosa”. Os 12 municípios desmembrados de Minas Gerais e integrados ao Estado de Santa Cruz seriam os seguintes: Almenara; Bandeira; Felixburgo; Jacinto; Jequitinhonha; Joaína; Jordânia; Rio do Prado; Rubim; Salto da Divisa; Santa Maria do Salto; Santo Antônio do Jacinto. (Ver mapa 02 – p.112).

Assim, o Estado da Bahia, remanescente da nova divisão, ficaria composto das seguintes microrregiões: “Chapadões do Alto Rio Grande”, com 12 municípios; “Baixo Médio São Francisco”, com 09 municípios; “Chapada Diamantina”, com 13 municípios; “Senhor do Bonfim”, com 08 municípios; “Piemonte da Diamantina”, com 16 municípios; “Corredeiras de São Francisco”, com 06 municípios; “Sertão de Canudos”, com 08 municípios; “Serrinha”,

com 12 municípios; “Feira de Santana”, com 19 municípios; “Sertão de Paulo Afonso”, com 06 municípios; “Agreste de Alagoinhas”, com 17 municípios; “Litoral Norte Baiano”, com 06 municípios; “Salvador”, com 09 municípios e o “Recôncavo Baiano”, com 26 municípios. (Ver Mapa 03 – p.113).

Estado de Santa Cruz

Projeto Deputado
Henrique Cardoso MDB-BA



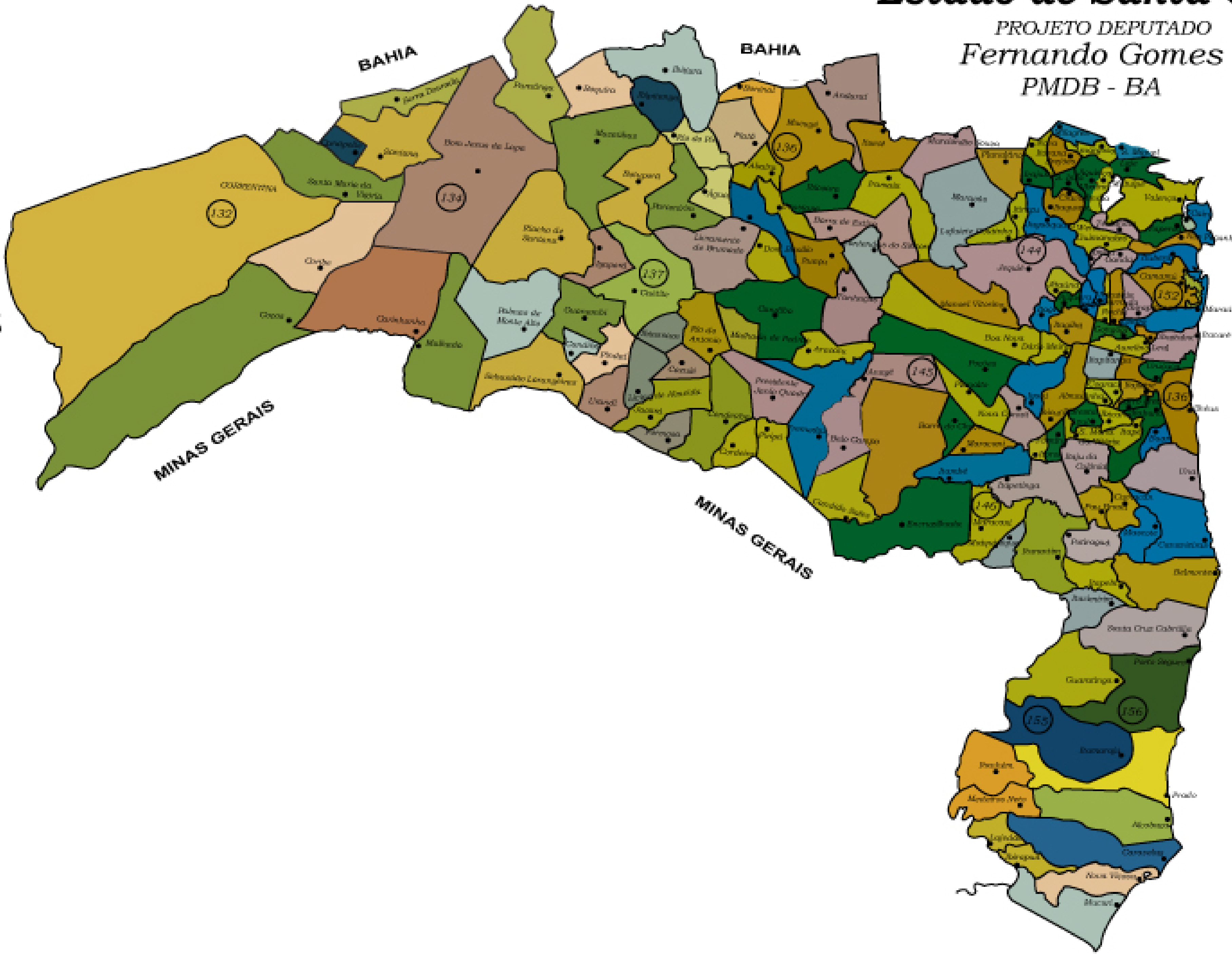
MACARANI
MAIQUINIQUE
ITARANTIM
POTIRAGUÁ
JORDÂNIA
BANDEIRA
ITAFEBI
ITAGIMIRIM
SALTO DA DIVISA
ALMENARA
JACINTO
SANTA MARIA DO SALTO
JEQUITINHONHA
RUBIM
GUARATINGA
SANTO ANTONIO DO JACINTO
FELISBURGO
RIO DO PRADO
JOAIMA
ITAMARAJU
ITANHEM

Estado de Santa Cruz

PROJETO DEPUTADO

Fernando Gomes

PMDB - BA



Já o projeto de 1985, de Fernando Gomes, não incorporava ao novo estado os municípios do norte de Minas Gerais nem anexava os municípios do extremo sul baiano ao estado mineiro. No caso do projeto de 1985, o estado de Santa Cruz ficaria com 160 municípios e uma extensão territorial de 236.165 km². Nos dois projetos – 1978 e 1985 – o Estado da Bahia ficaria com a extensão territorial de 333.898 km².

No que diz respeito à escolha da capital do novo estado, tanto o projeto de 1978, quanto o de 1985 explicitavam que

> O Poder Executivo criará Comissão de Alto nível para escolha da Capital do Estado de Santa Cruz, dentre as cidades de Itabuna, Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista e Itapetinga, devendo a preferência recair sobre aquela que reunir as melhores condições de infra-estrutura e de localização geoeconômica.[168]

No caso particular do projeto de 1978, a campanha em prol da separação e divisão do Estado da Bahia não promoveu uma ampla divulgação e discussão da proposta na mídia, nem nas casas de representação popular – Câmara Federal, Assembléia Legislativa e Câmaras de Vereadores –, ou nos órgãos de representação regional. Percebe-se que a movimentação em torno da criação do novo estado ficou restrita à região cacaueira, o que impossibilitou que as lideranças das outras regiões que iriam ser incorporadas ao Estado de Santa Cruz analisassem as proposições e aderissem ao movimento.

Um fator a ser considerado foi o curto espaço de tempo em que o projeto tramitou – apresentado em agosto de 1978 e arquivado em 1979 –, não havendo possibilidade de o autor cooptar lideranças, uma vez que não se reelegeu, ficando o projeto sem representação na Câmara Federal após sua saída em dezembro de 1978.

Em relação à discussão do projeto de 1978 nas câmaras de vereadores, percebe-se algumas citações sobre o assunto e, em alguns casos, uma adesão de um ou de outro parlamentar, porém, sem

---

[168] Projeto de Lei Complementar n.º 194, que dispõe sobre a criação do Estado de Santa Cruz. DCN 24/08/1978 p. 7081, col. 02.

uma discussão substancial sobre os possíveis benefícios ou prejuízos que a implementação da divisão territorial traria para a região, conforme ata da sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Ilhéus:

> ... O vereador João Batista Soares Lopes Neto pede para que esta casa oficie ao Deputado Federal Henrique Cardoso e Silva, no sentido de comunicar-lhe que a Câmara de Vereadores de Ilhéus, como poder de representação do nosso município, parabeniza-o e hipoteca total e irrestrita solidariedade pela apresentação do Projeto de Lei Complementar n.º 194/78, de sua autoria que cria o Estado de Santa Cruz...foram apensados por unanimidade, tendo o vereador solicitado as assinaturas dos seus pares...[169]

Vale ressaltar que não se encontra qualquer menção ou discussão sobre o projeto de criação do Estado de Santa Cruz em pesquisa às atas da Câmara de Vereadores da cidade de Itabuna, quando da apresentação do mesmo – agosto a dezembro de 1978.

Apesar da pouca visibilidade na esfera estadual, houve algumas abordagens sobre a questão da criação do novo estado nos jornais da região. Nota-se que essas abordagens, mesmo quando tomavam um posicionamento contrário à divisão do estado da Bahia, sempre manifestavam um tom de reivindicação e revolta pela situação de desprezo em que a região cacaueira se encontrava quanto a investimentos e participação política, como se pode observar na reportagem abaixo, publicada no jornal "Diário de Itabuna", a qual analisa a atuação do deputado Henrique Cardoso como representante regional e a proposição de criação do Estado de Santa Cruz;

> Com a combatividade que lhe é peculiar, ele levou até o Congresso Nacional, coisa que ninguém o fizera até então – a nossa bandeira regionalista no tocante à redivisão territorial da Bahia. E lá, exibiu para os representantes de todos os demais estados brasileiros, o processo de sangria econômico-financeira a que é submetida a região cacaueira baiana pelo Governo do Estado, que daqui leva tudo em função da grande Salvador em troca de migalhas. Uma evasão de recursos muito mais desgastante do que aquela hoje representada pela transferência de recursos para a Amazônia, mas contra a qual

[169] Ata da 28ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Ilhéus. 28/10/1978, p. 76.

> ninguém reclama e nem reage a altura... Se por um lado ele mostrou o cacau como riqueza, por outro pôs a nu as distorções sociais e econômicas que vicejam à sombra dos cacauais... E provando que o processo não pode ser estancado pelos meios normais, transformou a bandeira do regionalismo no Projeto do Estado de Santa Cruz. E embora estivesse lá por toda uma legislatura buscando sensibilizar os seus pares para os problemas regionais, essa luta em nenhum instante encontrou ressonância dentro da região cacaueira, com os homens que de cá comprometidos em saciar os seus apetites pessoais...[170]

Não é de se estranhar a posição contrária do governo estadual ante a proposta de divisão do Estado da Bahia para a criação do Estado de Santa Cruz, visto que a Região Cacaueira, dada à sua importância econômica adquirida depois do apogeu da cacauicultura, tornou-se a principal fonte de receita do estado. Este certamente foi um dos principais aspectos que fizeram com que o poder estadual não aceitasse a separação, conforme nota do Jornal Diário da Tarde:

> O governador Roberto Santos já se manifesta contrariamente a divisão do Estado da Bahia, como pretendem alguns políticos regionais, talvez sem muito assunto que interesse ao seu eleitorado...Em verdade, no momento não há como se pensar na criação de um novo Estado, porque as lideranças políticas não vão aceitar a proposição, mormente, de um deputado da oposição e mesmo porque a matéria é da competência da União, o que implicará numa decisão do Presidente da República...Todo o descontentamento, tanto de Barreiras como da Região Cacaueira, decorre da falta de realizações que satisfaçam os interesses do povo, porque entram e saem governadores e não atendem aos reclames justos dos que estão trabalhando e pagando impostos ao Estado, sem ver de volta uma parcela que possa expressar a atenção que tanto merece a região.[171]

O jornal Diário da Tarde em sua reportagem, reconhece que a região continuava descontente com o descaso dado pelo Estado, diante das reivindicações regionais, contudo, segundo a opinião do vespertino ilheense, descartava a idéia de separação. Vale salientar que o referido vespertino era ideologicamente ligado ao partido arenista, na pessoa de seu redator o ex-prefeito Ariston Cardoso, o qual fazia ferrenhas

---

[170] *Jornal Diário de Itabuna*, 08/12/1978, p. 2.
[171] *Jornal Diário da Tarde*, 02 e 03/09/1978, p.2.

críticas aos partidários do MDB, partido ao qual pertencia o autor da proposta separatista de 1978.

Importante entrave para a concretização do projeto de 1978 se fez também na esfera da representação política estadual. Dos 48 membros da Assembléia Legislativa, na legislatura de 1975 a 1978, somente dois deputados – Daniel Gomes e Gutemberg Soares Amazonas - representavam, por assim dizer, os interesses da região cacaueira, sendo que só este último se posicionou a favor da divisão territorial. O deputado Gutemberg Amazonas, em entrevista ao Diário de Itabuna, justificou sua posição favorável pela necessidade de descentralização administrativa das grandes regiões. Para ele, o Estado de Santa Cruz daria autonomia administrativa a uma região voltada basicamente para a economia cacaueira, afirmando que

> ... o Estado de Santa Cruz não prejudicaria a economia da Bahia que também ficará com vasta região agrícola potencialmente produtiva localizada na Chapada diamantina e São Francisco, além dos pólos industriais do petróleo e da petroquímica...[172]

Ainda na entrevista, o deputado Gutemberg Amazonas justifica que preferiu “guardar“ seu posicionamento para “este momento” – ano eleitoral – porque “somente agora foi apresentado alguma coisa concreta sobre o assunto, que antes era só idéia”. Argumenta ademais que a criação do Estado de Santa Cruz não deveria ser tema de campanha dos candidatos oposicionistas – emedebistas – do sul da Bahia, justificando que “a preocupação básica do MDB agora é com a campanha de redemocratização do país que é a nossa bandeira e será nosso tema de campanha”.

O Projeto de Lei Complementar n.º 194, de 1978, tramitou na Câmara Federal pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e Comissão de Finanças (CF), sendo aprovado pelas duas. Em 23 de agosto de 1978 foi apreciado pela Mesa, sendo arquivado em março de

---

[172] Entrevista do deputado Gutemberg Amazonas ao Diário de Itabuna, publicada em 19/04/1978, p. 2.

1979. O arquivamento se deu devido à mudança na deputação federal, pois no mesmo ano da apresentação do projeto, em novembro de 1978, houve eleições, sendo que o deputado Henrique Cardoso se candidatou à reeleição, contudo, não conseguiu se reeleger e, em 1979, já com novos deputados, o projeto foi arquivado.

Diferentemente da repercussão em 1978, a apresentação do projeto, em 1985, pelo deputado Fernando Gomes obteve uma ampla discussão e divulgação na mídia estadual, com forte mobilização nas casas de representação popular – Câmara Federal, Assembléia Legislativa e Câmaras de Vereadores e nos órgãos de representação regional. Eleito em 1982, para seu primeiro mandato como deputado federal, Fernando Gomes, em março de 1985, levantou novamente a questão separatista do Sul da Bahia, aproveitando o momento em que o Congresso Nacional debatia a criação de novos estados dentro da Federação brasileira, os quais seriam instalados a partir da promulgação da Constituição de 1988[173], reapresentou o projeto de criação do Estado de Santa Cruz, inclusive criando um slogan para a campanha separatista;

Com sua reeleição em 1986 – terceiro deputado federal mais votado - o deputado Fernando Gomes deu continuidade a campanha separatista na tentativa de agregar força política que possibilitasse a aprovação e implantação do novo estado. O projeto foi aprovado pela

[173] Através da Assembléia Nacional Constituinte de 1988 foram transformados em Estados Federados os territórios federais de Roraima e Amapá, e criado o Estado do Tocantins, por intermédio do desmembramento do Estado de Goiás – Art. 13º e 14º do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Comissão de Organização dos Estados e Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Percebendo a real e concreta possibilidade de se efetivar a divisão da Bahia, o governo estadual, através do governador Waldir Pires, da Assembléia Legislativa da Bahia e demais segmentos da sociedade civil, fundou, em julho de 1987 no plenário da Assembléia Legislativa, o Comitê em Defesa da Bahia, e lançou a campanha "A Bahia não se divide", a qual tinha como objetivo apresentar uma emenda popular à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando a retirada do projeto divisionista da pauta da Constituinte.

> Foi o próprio Waldir Pires, que ao por a sua assinatura e o numero do seu titulo eleitoral numa das listas, abriu oficialmente a coleta das assinaturas que se pretende que chegue a alguns milhares, embora sejam necessárias apenas 30 mil. A ele seguiram-se os demais integrantes da mesa deputado Coriolano Sales, presidente da AL e da Comissão de Defesa da Bahia; desembargador Almir Castro, presidente do Tribunal de Justiça; senador Luiz Viana Filho; vice-prefeito de Salvador Marcelo Duarte; vice-reitora da UFBa , Eliane Azevedo; o reitor UCSal José Carlos Almeida; presidente da União de Prefeitos da Bahia, Jorge Khouri; vice-presidente da Câmara Municipal do Salvador, Ivan Ramos; presidente da Associação Bahiana de Imprensa jornalista Samuel Celestino e o presidente da Associação Comercial da Bahia, Juvenalito Gusmão de Andrade; alem dos políticos, autoridades e de pessoas do povo presentes à solenidade.[174]

Durante a solenidade falaram representantes de todos os partidos com assento na Casa. A tônica dos pronunciamentos dos governistas e oposicionistas foi a mesma: a necessidade da união de todos em torno da integridade territorial, independentemente da ideologia partidária e dos interesses particulares. Além dos deputados, discursou na solenidade, Ubaldo Dantas (PMDB), prefeito da cidade de Itabuna e presidente da Associação dos Municípios da Região Cacaueira – AMURC. Em nota, o Jornal Tribuna da Bahia publicou:

---

[174] *Jornal A Tarde*, 11/07/1987, p. 7.

> O discurso do prefeito de Itabuna e presidente da AMURC, Ubaldo Dantas, por motivos óbvios foi um dos mais esperados na solenidade de ontem. Político com militância no núcleo gerador da proposta separatista, a região cacaueira, ele postou-se firmemente contra a idéia. Citando Adonias Filho, disse que um "corpo vivo não é o mesmo se for separado de um dos seus órgãos". Reconhecendo que sua região além de promissora é queixosa, combateu a idéia de transformar os lamentos em motivos para a divisão...[175]

A maioria dos deputados estaduais se posicionou contra a criação do Estado de Santa Cruz, inclusive alguns representantes das regiões a serem desmembradas, como Antônio Menezes (PFL), representante da região cacaueira e Coriolano Sales (PMDB), representante do sudoeste baiano. Dos três representantes da região cacaueira – o outro era João Lyrio (PMDB) – o único deputado que se pronunciou favorável à criação do estado de Santa Cruz foi Manoel dos Passos Galvão Filho, o qual era vinculado politicamente ao deputado Fernando Gomes.

Na Câmara Federal e no Senado, a maioria dos deputados e senadores baianos também aderiram à campanha contra o projeto de criação do Estado de Santa Cruz. Vários deputados federais se pronunciaram contrários à divisão, dentre eles, Prisco Viana (PMDB), Jorge Hage (PMDB) e Jorge Viana (PMDB), representantes da região cacaueira, além de Lídice da Mata (PC do B), Abgail Feitosa (PMDB), Jutahy Junior (PMDB), Luis Viana Neto (PMDB), Carlos Santana (PMDB) e Mário Lima (PMDB). Dos 39 deputados federais baianos, apenas Sérgio Brito (PFL) apoiava o deputado Fernando Gomes na criação do novo estado. As opiniões eram variadas quanto à viabilidade do Estado de Santa Cruz.

Nota-se que não havia uma justificação mais detalhada nas declarações da maioria dos deputados sobre o posicionamento contrário ao novo estado. Percebe-se um melhor esclarecimento nas palavras do deputado estadual Antônio Menezes, quando afirmou que o projeto "peca por não ser fruto de um estudo mais cuidadoso, mais judicioso, mais profundo da viabilidade econômica, social, política, cultural e sentimental do povo daquela região". O deputado federal Prisco Viana

---

[175] *Jornal Tribuna da Bahia*, 11/07/1987, p. 3.

também esclareceu que “apesar de ser representante da região do sul do estado, a qual seria contemplada pelo projeto, defende para essa área a participação de um estado forte e tradicional como a Bahia, em lugar de um estado pequeno e fraco”. Outros apenas afirmavam que a Bahia não podia ser dividida ou não podia perder a parte sul do seu estado.[176]

Os órgãos da mídia baiana prestaram total apoio a campanha “A Bahia não se divide”, deflagrando uma intensa oposição à idéia de se dividir o estado baiano. Através da imprensa baiana foram mobilizadas diversas entidades e associações da capital do Estado e do interior que, na pessoa de seus representantes, passaram a declarar repúdio à idéia de se separar a Bahia, declarações estas publicadas quase que diariamente nos principais jornais da Capital - A Tarde, Correio da Bahia e Tribuna da Bahia.

> ... diversos membros da comunidade científica baiana se posicionaram contrários à divisão do estado da Bahia. Na opinião de Inaiá Carvalho, coordenadora regional da Associação Brasileira Para o progresso da Ciência, e professora da UFBA, “o projeto em questão é absurdo, pois não atende os interesses das comunidades das regiões”... Segundo Ismênia Quintela, presidente da Associação Baiana de Biologia, a ênfase que tem sido dada à divisão da Bahia, só confirma a existência de interesses pessoais envolvidos nessa questão: “é hora dos baianos se unirem e irem de encontro àqueles que, contrariando os interesses do Estado, querem sua retaliação”... Representantes da Associação dos Sociólogos do Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Bahia, Associação dos Professores Universitários da Bahia e várias outras entidades que congregam o meio científico baiano, são veementemente contra a retaliação do estado, que atinge Interesses alheios à vontade popular.[177]

[176] Citações retiradas do Jornal A Tarde, 24/04/ 1987, n. 24.914, p 5-6. Análise feita a partir das declarações publicadas nos jornais A Tarde, Tribuna da Bahia e Correio da Bahia, entre o ano de 1986 e 1987.

[177] *Jornal A tarde*, 15/06/1987, p.3.

Além das diversas associações e entidades classistas, a campanha também teve apoio dos artistas baianos que faziam declarações defendendo a integridade do Estado. Participaram da edição de um vídeo os músicos Morais Moreira e Maria Betânia, onde convocavam o povo baiano para lutar contra a divisão e assinar a emenda popular. O discurso em defesa da unidade ressaltava as qualidades da Bahia, sua diversidade e riqueza cultural, utilizando-se da *ideologia da baianidade*. Segundo Milton Moura, a baianidade é um *texto construído* e divulgado principalmente pela elite local, contribuindo para modelar o caráter específico do lugar: a cidade da Bahia;

> ... fizemo-nos profissionais e militantes de nosso anúncio para nós mesmos e o mundo, numa magnitude que intriga, irrita, apaixona, envolve repugna... Tornamo-nos ocupados e concernidos em reeditar o acervo de enunciados sobre a

> baianidade, mais do que os acreanos, maranhenses e catarinenses fazem com relação aos seus *loci*. Tal reiteração certamente não decorre de que temos mais elementos em nosso bojo histórico ou existencial que eles. Uma aldeia situada no fundo de um vale ou numa rota do deserto sabe selecionar elementos que, em virtude de motivação que envolva um bom número de seus membros, podem ser elaborados em forma de um texto que represente aquela sociedade como boa, válida, vivível.[178]

Dessa forma, a mídia, num constante elogio às *coisas da Bahia*, utilizou-se da simbologia da baianidade, - dos traços característicos do que é apresentado como êxito da nossa civilização – para mostrar aos habitantes das regiões a serem desmembradas do Estado da Bahia a singularidade do *ser baiano*, fazendo com que estas regiões se voltassem contra o projeto divisionista, e contra a possibilidade de deixarem de ser baianos. O próprio escritor Jorge Amado, nascido na região cacaueira baiana, se posicionou contra a criação do Estado de Santa Cruz, e declarou à imprensa: "nasci baiano a quero morrer baiano".[179]

Além da capital, a campanha foi propagada nas regiões afetadas com o desmembramento, tendo uma forte repercussão regional e promovendo uma ampla discussão quanto à idéia de divisão. O Comitê em Defesa da Bahia, como estratégia de campanha, pediu aos deputados estaduais e federais contrários ao desmembramento que fossem às suas regiões e agregassem forças para a luta em prol da unidade.

Ubaldo Dantas, utilizando da sua influência como prefeito de Itabuna e presidente da AMURC, arregimentou forças com políticos regionais também contrários à criação do Estado de Santa Cruz, e lançou campanha "A Bahia não se divide" na Sul do Estado, se tornando coordenador da mesma. O lançamento da campanha aconteceu no plenário do CNPC – Conselho Nacional dos Produtores de Cacau – e contou com a presença de vários prefeitos e autoridades

---

[178] MOURA, Milton Araújo. *Carnaval e baianidade*: arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador. (Tese de Douturado). Programa de Pós Graduação em Comunicação. Salvador: FACOM, UFBA, 2001, p. 16.

[179] Declaração feita pelo escritor Jorge Amado ao coordenador da campanha "A Bahia não se divide", Wilson Pelegrini, publicada no Jornal A Tarde, em 30/07/1987, p.3.

do sul e extremo sul baiano, além do presidente da Assembléia Legislativa, o deputado Coriolano Sales, o qual fez um discurso explicando a inviabilidade do novo estado e conclamando o povo a declarar guerra ao projeto divisionista.

O deputado Fernando Gomes, apesar da grande mobilização de oposição ao Estado de Santa Cruz, feita inclusive pelos e seus correligionários do PMDB, lançou o Comitê Pró Estado de Santa Cruz, na cidade de Itabuna, e publicou o manifesto "Em defesa da Separação", que esclarecia os objetivos e justificativas do projeto e convocava a população regional a lutar pela criação do novo estado. O manifesto fazia alusão ao histórico descaso do governo do Estado da Bahia para com a região cacaueira nos últimos 50 anos, afirmando que

> Aqui, ficam as migalhas e as desesperanças, o sofrer resignado de um reconhecimento que tarda a chegar, mas que se constitui na sagrada bandeira da justiça ao que somos e queremos ser — a da reafirmação da nossa potencialidade económica....[180]

O manifesto denunciava ainda a exploração e a aplicação da riqueza regional gerada pelo cacau, delatando que os "dólares aqui gerados foram investidos em setores da economia baiana distante de nossas fronteiras". Ao final, conclamava a população a lutar pela autonomia político-administrativa, que seria possivel somente com a criação do Estado de Santa Cruz.

O Comitê Pró Estado de Santa Cruz trouxe à região 18 deputados e três senadores da Sub-Comissão dos Estados da Assembléia Constituinte para participarem de debates públicos nas cidades de Ilhéus e Itabuna, com o objetivo de discutir a viabilidade do projeto e cooptar lideranças regionais. Participaram ativamente desse processo os vereadores das Câmaras municipais das duas cidades.

A Câmara Municipal de Ilhéus promoveu um fórum de debates em suas sessões, convidando autoridades regionais e o povo para participarem das discussões sobre a criação do Estado de Santa Cruz.

---

[180] *Jornal Agora*, 12 a 18/04/1986, p. 2.

Os vereadores ilheenses João Batista Soares Lopes, Raymundo Alves dos Santos, Paulo Machado, Manoel Renato de Souza, Maria Célia Lemos, Roque Morais e Josevandro Nascimento moveram uma moção de solidariedade ao deputado Fernando Gomes, manifestando-se favoráveis à criação do Estado de Santa Cruz, alegando que "o nosso interesse pela criação do novo estado é prova da insatisfação pela discriminação política, sendo lembrados somente em vésperas de eleições". Argumentaram ainda a necessidade de mobilização da sociedade cacaueira para a aprovação do novo estado, afirmando que a "sua criação seria a solução da maioria dos nossos problemas regionais".[181]

Os vereadores Orlando Cardoso, Valdemar Cordeiro e Flávio Simões, da Câmara Municipal de Itabuna, também se manifestaram a favor do projeto, e enviaram um ofício ao deputado Fernando Gomes declarando-lhe apoio, parabenizando-o pela idéia de separação. [182] Contudo, em análise das atas, percebe-se que o assunto era abordado esporadicamente, não havendo uma amplitude e justificativa em relação aos posicionamentos contrários ou à favor do novo estado.

Em relação às aspirações da população da região cacaueira quanto à idéia da separação, notam-se justificativas bastante variadas, porém a maioria concordava com a criação do novo estado. No período em que o projeto tramitou na Constituinte, os jornais regionais – A Região e Agora - fizeram entrevistas e publicaram declarações de representantes dos vários segmentos sociais. Mostrando-se favorável ao desmembramento. Carlos A. Almeida argumentou,

> Sempre fui um intransigente defensor da criação do Estado de Santa Cruz, por desmembramento do Estado da Bahia...O novo Estado a ser constituído seria a única solução para os inúmeros problemas que afligiam as populações desta parte da Bahia, face a negligência de sucessivos governos que ocuparam o Palácio da Aclamação...A emenda não passou, Forças poderosas constituídas por deputados e senadores monitoradas pelos eternos "caciques" da política baiana, torpedearam-na. Mas, a idéia da criação do Estado de Santa Cruz, não morreu: hibernou. Um dia ela ressurgirá, revigorada, por força da dinâmica que gera a construção de

[181] Ata da 40º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ilhéus, em 13/09/1985.
[182] Ata da 7ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, em 03/09/1985.

> novas culturas, novos espaços territoriais, novas aspirações libertárias.[183]

Outro ilheense, Raimundo Sá Barreto, que exerceu um importante papel na política regional fazendo campanha a favor da separação, mostrou-se, anos depois, contrário à mesma.

> Esse movimento separatista é antigo, eu não tenho idéia de quem foi quem lançou, mas foi uma coisa que eu ouvia desde de menino. O Henriquinho foi quem lançou primeiro na Câmara, foi deputado federal, mas não passou. A Tarde e a Bahia se levantaram e as forças políticas eram mais fortes. E felizmente não passou, porque a vassoura-de-bruxa ia acabar com este Estado. A vassoura-de-bruxa e a baixa cotação tão demorada, porque as crises do cacau sempre existiram, eram cíclicas, eram periódicas.[184]

É certo que a idéia separatista, de tempos em tempos, ganha corpo na Região Cacaueira. Contudo, a idéia de criação do Estado de Santa Cruz jamais sairá do papel e das intenções se a mesma não entrar no rol das aspirações da população em geral. Percebe-se que o não enraizamento da idéia do Estado de Santa Cruz no seio das camadas menos afortunadas se deve à percepção popular de que a criação ou não do novo Estado pouco teria a oferecer para melhorar a vida das pessoas que vivem e labutam na região. Segundo Gasparetto,

> Até o momento, a idéia do Estado de Santa Cruz criou raízes apenas nas camadas mais abastadas desta terra, dando a impressão de que se trata de mais um negócio, talvez o principal dos que já por aqui se intentou. E, sem dúvidas, enquanto essa idéia não se enraizar em outras terras, mesmo que mais pobre, mais sofridas, espoliadas e sem perspectiva de levar vantagens diretas, essa idéia, realçamos, não passará de uma bela, grande, ousada, mas estranha aos anseios de nossa gente.[185]

---

[183] ALMEIDA, Carlos A. de . *Porto de Ilhéus e etc., etc., etc*. São Paulo: GRD, 1996, p. 48-49.
[184] FREITAS, Antônio F. Guerreiro de (Org.). *Série preservação da memória regional:* testemunhos para a História. Sá Barreto. Ilhéus: Editus, 2001. p. 169.
[185] GASPARETTO, Agenor. *Cacau, mitos e outras coisas mais*. Itabuna: Prolan, 1986, p. 121.

Gasparetto concorda com o argumento segundo o qual, para melhor administrar os problemas de uma região, é preciso conviver com os mesmos. Assim, as coisas funcionariam melhor quando apresentam o tamanho necessário, e isto vale também em relação à organização do espaço político-administrativo. Portanto, não apenas a Bahia, mas também, o Pará e outros estados, no momento certo, precisam ser desmembrados, assim como, os Estados do Mato Grosso e Goiás foram, mas que se faça isso em nome de uma maior racionalidade social, econômica e administrativa.[186]

O movimento, apesar de haver sensibilizado fundamentalmente todos os setores da região, não alcançou o êxito esperado, principalmente, porque não contou com o apoio, o que seria decisivo, dos deputados estaduais e federais baianos, principalmente, dos representantes das regiões a serem desmembradas. A Emenda Popular enviada à Assembléia Nacional Constituinte pela Comissão "A Bahia não se divide" recebeu, em 20 dias de campanha, cerca de 500 mil assinaturas de baianos – da capital e do interior - contrários à divisão do Estado da Bahia. Assim, apesar de ter sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão do Interior, o projeto de criação do Estado de Santa Cruz foi reprovado na Comissão de Finanças, sendo retirado das discussões da Constituinte de 1988.

[186] Idem, p.123.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procurou-se essencialmente identificar os aspectos que levaram ao aparecimento das primeiras manifestações separatistas na região cacaueira da Bahia, e como os grupos políticos e a população se posicionaram diante da possibilidade de criação do Estado de Santa Cruz.

Na primeira metade do século XX, o cacau já tinha se tornado o principal produto de exportação do Estado da Bahia, posição esta que transformou substancialmente a configuração social de todo sul baiano. Ali, se desenvolveu a chamada “civilização do cacau”, que teve na cacauicultura sua base de sustentação e desenvolvimento, definindo e estruturando a então região cacaueira.

Apesar da prosperidade, a região cacaueira sempre conviveu com as crises da cacauicultura, principalmente por ser uma região dependente exclusivamente da produção do cacau e da demanda do mercado externo. Percebe-se que os momentos mais críticos para toda a comunidade regional foram justamente nas décadas de 1930 e 1940, quando esta sofreu os reflexos da Crise de 1929 e da II Guerra Mundial, acontecimentos que envolviam diretamente os EUA, principal comprador do cacau baiano.

Diante dos momentos de crise, os órgãos de representação regional apelavam para os poderes públicos – estadual e federal - cobrando uma atitude que solucionasse os problemas regionais. No contexto das reivindicações por melhores condições de produção, estradas, escolas e saúde, o governo do Estado da Bahia era visto pela região cacaueira como um usurário cobrador de impostos, sem fornecer contrapartidas proporcionais ao que arrecadava na região. Realmente, nos primeiros anos de solidificação da cacauicultura não

houve uma efetiva assistência por parte dos setores públicos. Apropriando-se das receitas arrecadadas com o cacau para normalizar os constantes déficits do orçamento estadual e investir em outras áreas, o Estado se tornou um fator de descapitalização da região.

Essa atitude do governo estadual fomentou, durante anos, o ideal separatista na sociedade cacaueira. Nota-se que a população, expressava um sentimento de que a região se sentia excluída, maltratada, explorada, objeto apenas de retirada de recursos por parte do Estado da Bahia, sem dar a essa região a contrapartida que ela merecia. Refere-se à população porque esse sentimento estava no cotidiano dos moradores. Em algumas entrevistas feitas com antigos moradores da região[187], percebe-se que esse assunto rendia conversa em mesa de bar, em fila de ônibus, sendo passado de geração a geração. Era uma sensação que as pessoas carregavam e debitavam aos governantes do Estado, o conjunto de problemas que a região cacaueira viveu.

Ao longo do século XX, a burguesia cacaueira conseguiu legitimar-se como classe dominante dentro da região, contudo, não houve expressividade política diante do governo estadual. Esse fato gerou insatisfações e descontentamentos por parte de uma classe economicamente forte que queria alcançar o prestígio na esfera política do Estado. Isso decorreu da fraqueza dos representantes políticos na Assembléia Legislativa, na Câmara e no Senado, visto que os parlamentares dessa região estavam em menor número e não tinham condições de impor, como metas prioritárias, as reivindicações e necessidades da área da qual eram representantes.

Todo esse descontentamento culminou na elaboração e apresentação de um projeto que dividiria a Bahia, criando assim o Estado de Santa Cruz. Apesar de toda a mobilização e discussão sobre a criação do novo estado, tanto no plano estadual quanto

[187] Acompanhei essas entrevistas como bolsista do Projeto “Testemunhos para a História” da Universidade Estadual de Santa Cruz, cujo objetivo mais amplo era colher depoimentos de pessoas idosas da comunidade de Ilhéus e Itabuna, construindo um acervo sonoro para o Centro de Documentação e Memória Regional – CEDOC.

regional, nos dois momentos de sua apresentação – 1978 e 1985 - o movimento não congregou forças suficientes que levassem à efetivação da tão antiga aspiração regional.

Em primeiro lugar, isso ocorreu devido à falta de apoio da maioria dos políticos e representantes regionais, que se posicionaram contra a divisão da Bahia, sem, no entanto, analisar e levar em conta a opinião da maioria da população. Muitas vezes, os representantes da região eram criticados, principalmente, pelos jornais, por tomarem iniciativas que comprometiam o desenvolvimento regional, simplesmente, por estarem vinculados a uma corrente partidária ou a um chefe local. Esse tipo de comportamento refletia a falta de consciência dos problemas regionais e a falta de coesão por parte dos representantes da região cacaueira, que, muitas das vezes, colocavam as disputas políticas acima do interesse regional.

Em segundo lugar, embora tenhamos percebido uma adesão da maioria da comunidade cacaueira à questão da criação do Estado de Santa Cruz, não percebemos um envolvimento maior e articulado da população em geral ao projeto separatista. As opiniões e depoimentos publicados na maioria dos jornais de circulação regional demonstraram um posicionamento favorável à criação do novo estado, contudo, não houve uma mobilização por parte dos órgãos de representação civil, que pudesse pressionar os deputados estaduais e federais, donos do poder de decisão frente à questão.

Essa dificuldade e desarticulação da população, pode ser explicada - embora não querendo ser reducionista - pela falta de acesso dos grandes estoques populacionais aos benefícios gerados pelo cacau. A riqueza gerada pela cacauicultura era abstrata para a maioria da população da região cacaueira, que não comungava dos bens gerados pelos “frutos de ouro”. Assim, faltava a certeza e a esperança na perspectiva de que a criação de um novo estado fosse mudar e melhorar substancialmente a vida do povo em geral.

Atualmente, um e outro jornal da região ainda fazem menção ao separatismo e à possível criação de um novo estado no sul baiano. Em agosto de 2006, o Jornal Agora publicou uma matéria com o título

"*Estado de Santa Cruz, vamos à luta*!!!", a qual comentava o projeto de criação do Estado de Santa cruz e sua viabilidade diante da falta de soluções pelo governo estadual, aos tão remotos problemas regionais[188]. Essa matéria demonstrou a atualidade da questão separatista na sociedade cacaueira. Percebe-se que apesar de utópicas as aspirações autonomistas da região cacaueira da Bahia foram bem reais.

[188] *Jornal Agora,* 10/08/2006, p. 2.

LISTA DE FONTES

- ✓ Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB
- ✓ Arquivo Público de Ilhéus.
- ✓ Arquivo da Câmara de Vereadores de Ilhéus
- ✓ Arquivo da Câmara de Vereadores de Itabuna.
- ✓ Arquivo Câmara dos Deputados
- ✓ Arquivo do Congresso Nacional
- ✓ Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEB
- ✓ Biblioteca Governador Paulo Souto – UESC
- ✓ Biblioteca Isaías Alves - UFBA
- ✓ Biblioteca Municipal Adonias Filho em Ilhéus.
- ✓ Centro de Documentação e Memória Regional -CEDOC/UESC

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Rui de B. Alvares. “A federação no Brasil: impasses e perspectivas” In: *A federação em perspectiva:* ensaios selecionados*.* São Paulo: FUNDAP, 1995.

ALMEIDA, Manoel C. de. *Porto de Ilhéus, etc., etc,. etc*. São Paulo: Edições GRD, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.
_____. A Revolução Pernambucana de 1817. São Paulo: Ática, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia, ANDRADE, Sandra M. C. *A Federação Brasileira:* uma análise geopolítica e geo-social. São Paulo: Contexto, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia, DANTAS, T. C. *Nabuco e a Federação*. Recife: Massaangana, 1992

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AQUINO, Ramiro. *De Tabocas a Itabuna:* 100 anos de Imprensa. Itabuna: Agora, 1999.

ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial – Bahia, 1831-1833*. . (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1995.

ASMAR, Selem Rachid. *Sociologia da microregião cacaueira. Itabuna*, Ba: Itagrafe, 1983.

BAIARDI, A. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. *Notícias históricas de Ilhéus*. 4. ed. Itabuna-Ba: Colorgraf, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Preconceito e separatismo no discurso:* um discurso separatista gaúcho. Porto Alegre: Organon, v. 9, n. 23, 1995.

BARRETO, Raymundo Sá. *Notas de um tabelião de Ilhéus*. 2ª ed. São Paulo: Roswitha Kemf, 1988.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 4ª ed. V. 1. São Paulo: Brasiliense,1985.

BESSA, Vagner de carvalho e DINIZ FILHO, Luis Lopes. "Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil". *Estudos Históricos*, vol.8, n. 15, 1995.

BOURDIER, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BURKE, Peter. *A escrita da História:* novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, *Imprensa e História do Brasil*. Coleção Pensando a História. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História:* ensaios de teorias e metodologias. 6a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. *A República Vellha*: instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1972.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da* necessidade – Discurso e prática do regionalismo nordestino. (Tese de Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, IUPERJ.

CHIAVENATTO, Júlio José. *As várias faces da inconfidência mineira*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

COSTA, Emília viotti da. *Da monarquia à república:* momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres e matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da Matemática na Bahia.*. Tese (Doutorado em História Social). *São Paulo:* FFLCH, USP, 2002.

DINIZ, J. A F. & DUARTE, A C. *A região cacaueira da Bahia*. Recife: SUDENE, 1983.

DUARTE, Ana Tereza Sotero. *Divisão territorial em estados brasileiros:* benefícios e perdas para o Estado de origem e perspectivas para os novos estados. Estudo Consultoria Legislativa, junho/2003.

FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá / Centro Editorial da UFBA, 1995.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930:* historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FIORI, José L.uis. "O federalismo diante do desafio da globalização". In *A federação em perspectiva:* ensaios selecionados. AFFONSO, R. B. A.; (Org.) São Paulo: FUNDAP, 1995.

FREIRE, Felisbelo. *História territorial do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Gilberto. *Manifestor regionalista*. 4ª ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

FREITAS, Antônio F. Guerreiro. (Org.). Série Preservação da Memória Regional: *Testemunhos para a História. Sá Barreto*. Ilhéus: Editus, 2001.

_____."Oeste da Bahia: formação histórico-cultural". In: *Cadernos CEAS*, nº. 181/182, Salvador, 1999.

_____."Eu vou para a Bahia": a construção da regionalidade contemporânea. *Revista Análise e Dados*. SEI, v. 9, n. 4, Salvador-BA, mar 2000.

FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Bahia cacaueira:* um estudo de história recente. (Col. Estudos Baianos). Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo:* a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul – Ilhéus, 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *História econômica e social da região cacaueira*. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975.

GASPARETTO, Agenor. *Cacau, mitos e outras coisas mais*. Itabuna: PROPLAN, 1986.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: José

Olympio, 1979.
_____. “A Herança Colonial – sua desagregação”. *In: História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. V. 1, 1962.

IVO, Isnara P. *A Tragédia do Tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)*. DM (Mestrado em História), Belo horizonte: FFCH/UFMG, 1998.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um Mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”,. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem Incompleta. 1500-2000; a Experiência Brasileira. Formação: Histórias.* São Paulo: Senac/São Paulo, 2000.

JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia contra o império:* história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec; Salvador, Ufba, 1996.

LAVIGNE, Eusínio. Regionalismo e problemas correlatos. Salvador: Tipografia Ita, 1955.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques, *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições, 1970.

[1]LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação:* o abastecimento das cortes na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo, 1979.

MAESTRI, Mário. “Guerra Farroupilha: história e mito”. In: Revista *Espaço Acadêmico*. Ano II, n. 21, fev 2003.

MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca de seu território”. In: István Jancsó (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003.

MATTOSO, Kátia M. De Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.
_____. *Presença Francesa no movimento democrático baiano 1798.* Coleção Baiana. Salvador: Itapuã, 1969.

MATTOS, Ilmar Rohoff de*. O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa:* a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MILLS, C. Wright. *Poder e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MOURA, Milton Araújo. *Carnaval e baianidade:* arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador. (Tese de Douturado). Programa de Pós Graduação em Comunicação. Salvador: FACOM, UFBA, 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local:* fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

NEVES, Maricélia C. M. *A Idéia da criação do Estado de Santa Cruz:* análise do Projeto de Lei nº 194. Monografia de Graduação - Curso de História. DFCH/UESC, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião:* Sudeste, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 6 ed. Rio de Jeniro: Paz e Terra, 1981.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943:* a Bahia na primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PICCOLO, Helga. "*Nós os "gaúchos", os separatistas"*. In: *Revista Nós, os gaúchos*. V. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. Da descolonização à consolidação da república*:* a questão do separatismo versus federação no Rio Grande do Sul, no século XIX. In: *Revista Indicadores Econômicos.* Porto Alegre: FEE, nov./1993.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. 9.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo [1942*]. 18a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, Poder e mito:* o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

_____. *Memória e identidade:* reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira do sul baiano (1880-1950). DM (Mestrado em História). FFCH/UFBA, 2003.

ROSADO, Rita de Cássia S. C. Cronologia Portos da Bahia. Salvador: *Companhia das Docas do Estado da Bahia*, Centro de Documentação, 1987.

SAES, Décio. *Estado e democracia*: ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SALES, Fernando. *Memória de Ilhéus*. São Paulo: GRD, 1981.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na primeira República:* uma política de acomodação. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 1999;

SANTOS, Milton. *Técnicas, espaço e tempo*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SILVA, Henrique Weyl Cardoso e. *Pedaços de uma vida ou uma vida em pedaços*. Ilhéus: O Ateneu Artes Gráficas Ltda, 2003.

SILVA, Marcos A. da (org). *República em migalhas:* história regional e local. São Paulo : Marco Zero , 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Movimento constitucional e separatismo no Brasil (1821-1823)*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição:* intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVEIRA, Adelindo Kfoury. *Itabuna, minha terra*. 2. ed. Itabuna: O Autor, 2002.

SOUZA, Afonso Ruy de. *Primeira revolução social brasileira de 1798*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.

SOUZA, Edison. *Sinop: História imagens e relatos*. *Um estudo sobre a sua colonização*. (Dissertação de Mestrado) Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso, 2004.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. revista e ampliada. Salvador: UFBA; São Paulo: UNESP, 2001.

_____. *História da sedição intentada na Bahia em 1798:* a conspiração dos alfaiates. São Paulo: Pioneira, 1975.

VILLALTA, Luis Carlos. "Pernambuco, 1817, encruzilhada de desencontros" do Império luso-brasileiro - Notas sobre as idéias de pátria, país e nação". In: Lili Schwartz (Org.). Dossiê Brasil Império. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, jun./jul./ago. 2003.

VINHÁES, José Carlos. *São Jorge dos Ilhéus:* da capitania ao fim do século. XX. Ilhéus: Editus, 2001.